BIBLIOTECA VIRTUAL DE CIÊNCIAS HUMANAS

MUDANÇAS NA CLASSE POLÍTICA BRASILEIRA

Leôncio Martins Rodrigues

Leôncio Martins Rodrigues

Mudanças na classe política brasileira

Rio de Janeiro
2009

Esta publicação é parte da Biblioteca Virtual de Ciências Humanas do Centro Edelstein de Pesquisas Sociais – www.bvce.org

Ano da última edição: 2006

ISBN 978-85-7982-011-3

Centro Edelstein de Pesquisas Sociais
www.centroedelstein.org.br
Rua Visconde de Pirajá, 330/1205
Ipanema – Rio de Janeiro – RJ
CEP: 22410-000. Brasil
Contato: bvce@centroedelstein.org.br

Sumário

Agradecimentos

Este livro dificilmente chegaria ao fim se não fosse a extrema dedicação e competência de dois auxiliares: Maria Liene de Melo Silva e João Carlos da Silva, que se encarregaram de todo árduo trabalho de coleta de informações, organização das tabelas, tabulação, leitura dos originais e correção dos erros. Essas palavras não constituem simples agradecimento de praxe. Elas expressam uma realidade que poderia ser sintetizada numa frase: feliz o pesquisador que possa contar com auxiliares como Maria Liene e João Carlos.

Ao colega Tullo Vigevani agradeço as observações críticas e sugestões que vieram da leitura atenta e simpática dos originais.

Agradeço também à Fundação de Amparo à Pesquisa (Fapesp) e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) o apoio financeiro que me propiciou as condições para a realização desta pesquisa.

E, *last but not least,* a Maria Tereza Sadek — que interrompeu suas próprias pesquisas para a leitura e correção dos originais — devo os incentivos que me levaram a pôr fim à minha compulsão de estender quase indefinidamente a análise dos dados e a me decidir pela divulgação de um texto orientado mais ao grande público do que à academia. Sem o estímulo de Maria Tereza, esta pesquisa estaria ainda no computador. Por essa e outras razões, este livro foi a ela dedicado.

Siglas dos partidos registrados no TSE

Por ordem de inscrição definitiva

1	PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro
2	PTB – Partido Trabalhista Brasileiro*
3	PDT – Partido Democrático Trabalhista
4	PT – Partido dos Trabalhadores
5	PFL – Partido da Frente Liberal
6	PL (PST/PGT) – Partido Liberal**
7	PC do B – Partido Comunista do Brasil
8	PSB – Partido Socialista Brasileiro
9	PSDB – Partido da Social-Democracia Brasileira
10	PTC – Partido Trabalhista Cristão
11	PSC – Partido Social Cristão
12	PMN – Partido da Mobilização Nacional
13	Prona – Partido da Reedificação da Ordem Nacional
14	PRP (PP) – Partido Republicano Progressista
15	PPS – Partido Popular Socialista
16	PV – Partido Verde
17	PT do B – Partido Trabalhista do Brasil
18	PP (PPR) – Partido Progressista***
19	PSTU – Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados
20	PCB – Partido Comunista Brasileiro
21	PRTB – Partido Renovador Trabalhista Brasileiro
22	PHS – Partido Humanista da Solidariedade
23	PSDC – Partido Social Democrata Cristão
24	PCO – Partido da Causa Operária
25	PTN – Partido Trabalhista Nacional
26	PAN – Partido dos Aposentados da Nação
27	PSL – Partido Social Liberal
28	PMR – Partido Municipalista Renovador
29	PSOL – Partido Socialismo e Liberdade

Em 2003 ocorreram as seguintes fusões* O PSD incorporou-se ao PTB.** O PST (Partido Social Trabalhista) e o PGT (Partido Geral dos Trabalhadores) incorporaram-se ao PL. *** O PPR mudou o nome para PP (Partido Progressista). Fonte: TSE

Apresentação

Este livro analisa os dados do levantamento que realizamos durante os anos 2003-2004 sobre as mudanças na composição socioprofissional na Câmara dos Deputados decorrentes das eleições de 1998 e de 2002. Como resultado dessas disputas, houve importante alteração no quadro político brasileiro. Mantendo a classificação ideológica convencional, nas eleições de 1998, os partidos de centro-direita, representados basicamente pela coligação PSDB-PFL, foram amplamente vitoriosos. O PSDB foi o mais beneficiado.

Mas, em outubro de 2002, reverteu-se a situação partidária que se estabelecera com vitória de Fernando Henrique Cardoso e da coligação PSDB-PFL. Favorecidos principalmente pelo crescimento eleitoral da candidatura Lula e pela perda de prestígio do governo anterior, o PT e todos os partidos considerados de esquerda aumentaram seu espaço na Câmara de Deputados.[1] A transformação do contexto político foi o aspecto que mais atraiu a atenção da opinião pública. Comparativamente, pouca preocupação houve em saber se, com as mudanças partidárias, ocorreram também alterações de natureza social, quer dizer, dos grupos sociais que ascenderam com o novo presidente e que passaram a controlar partes importantes da alta administração pública federal.

No caso desta pesquisa, o interesse primordial não é investigar as alterações políticas, mas detectar as mudanças nas origens sociais dos políticos que, em princípio, nos representam na Câmara dos Deputados (CD, daqui para a frente). A tese que procuraremos defender é que, como decorrência das eleições de outubro de 2002, se acentuou a “popularização” da classe política brasileira. Esse objetivo leva a um levantamento da composição social da Câmara e dos partidos nela representados.

A CD é uma instância do poder político particularmente importante para o estudo da classe política brasileira. Nenhum outro órgão do Legislativo congrega um número tão elevado de representantes de todas as

[1] Na verdade, o crescimento do PT e de outros partidos de esquerda não aconteceu somente na disputa presidencial e na Câmara dos Deputados, mas também em outras disputas eleitorais. Esse aspecto, porém, não faz parte do presente trabalho, que se concentra nos resultados para o Legislativo federal.

unidades da Federação. É, assim, o órgão que pode fornecer a melhor amostra das características do pessoal político do país, além, naturalmente, de outros dados sobre nossa vida partidária.

Os elementos indicativos da popularização da representação política e recuo da participação das classes altas não vêm somente da ocupação de altos postos do Executivo federal por sindicalistas da CUT e do PT. Esse fato indicaria, sobretudo, uma mudança, ainda que parcial[2] na natureza da *elite governante.* Como salientamos, esse é o aspecto que mais chamou a atenção dos meios de comunicação e da opinião pública, se mais não for pela ascensão à Presidência da República de um ex-sindicalista vindo muito de baixo e, como consequência, pela nomeação de um número muito elevado de ex-sindicalistas para seu ministério.[3]

No primeiro ministério do novo presidente, 13 ex-sindicalistas foram indicados para ministros do novo governo. Três vieram de sindicatos dos metalúrgicos, três de bancários, dois de médicos, dois de petroquímicos e um dos seguintes sindicatos: professores, mineiros e um da direção da CUT, cujo ramo de atividade não fica muito claro. (Trata-se da ministra Marina Silva, filha de seringueiros e ex-empregada doméstica, que era da direção da CUT do Acre.) No grupo, predominam os de São Paulo: entre os 13 sindicalistas, seis eram de entidades paulistas.

A julgar pelos níveis educacionais, a maioria dos integrantes do novo governo veio de famílias das classes médias ou baixas. Segundo dados de José Pastore, entre os ministros petistas do governo, num total de 17 (presidente incluído), sete vieram de famílias cujos pais não completaram o

[2] Dizemos "parcial" porque muitos postos importantes do governo, na economia principalmente, foram ocupados por não-petistas, muitos dos quais de classe alta. Esse fato, que simboliza a aliança dos grupos ascedentes com facções da velha elite, corresponde ao que os italianos denominam de *transformismo.* O termo é indicado para descrever o abandono dos antigos princípios e promessas pelos recém-chegados ao poder e adoção de práticas e costumes das antigas elites.

[3] Em agosto de 2003, numa festa de comemoração de vinte anos de fundação da CUT, em São Bernardo do Campo (SP), com a participação de dirigentes sindicais e empresários, Lula declarou: "A CUT não está no governo como apêndice, mas como força determinante do que o governo pode fazer" *(Primeira Leitura,* 28/8/2003).

ensino fundamental (num dos casos, o pai era analfabeto). Mas em cinco, os pais tinham curso superior completo.[4]

Quadro 1: Escolaridade dos pais dos ministros petistas no primeiro ministério

Escolaridade	**Número de Ministros**
Analfabeto	1
1º grau completo	6
1º grau completo	1
2º grau completo	1
2º grau completo	2
Superior	5
Militar	1
Total	17

Fonte: José Pastore

Os dados acima indicam mudanças na composição social da *elite* governante. Entendemos, contudo, que, além desse fato, está em curso uma alteração social na *classe política* brasileira como um todo, alteração ampliada pelos resultados eleitorais de 2002.[5] A vitória de Lula não estava escrita de antemão como uma decorrência da evolução de fatores que levariam, quase fatalmente, um metalúrgico ao poder supremo da República. Contudo, quaisquer que tenham sido os elementos contingentes, a chegada de Lula ao Palácio do Planalto não foi um acontecimento que

[4] "Mobilidade Partidária dos Dirigentes do PT", *Estado de* S. *Paulo,* 12/8/2003.

[5] Por classe política, seguindo Weber, poderíamos entender todos os que vivem não somente *para* a política, mas *da* política, o que significa dizer que a atividade política se torna sua profissão. Mas em que a *elite* política se diferenciaria da *classe* política? Desde Mosca e Pareto, esses conceitos já produziram montanhas de textos. Não queremos entrar nesse assunto. Adiantemos, apenas, que estamos considerando a *elite* política como a minoria dos políticos mais interessados no poder do que nos benefícios e privilégios trazidos pela vida política. "O que motiva [os membros] a elite política em sentido estrito a realizar uma jornada de trabalho de 16h, frequentemente não são tanto os interesses econômicos, mas os interesses de poder" (p. 33). Como entende Von Beyme, à *classe* política pertenceriam os políticos que estão orientados primordialmente para a participação na estrutura de benefícios e privilégios que o poder político oferece. Formariam um grupo de interesse por si mesmo (Klaus von Beyme, *La Clase Política en los Estados de Partidos* [Madri: Alianza Editorial, 1995]). No presente trabalho, como estamos pesquisando os deputados federais e não a cúpula do poder, o conceito de classe política, que usaremos, parece mais adequada. Reconhecemos, todavia, que esses conceitos pedem uma discussão mais aprofundada.

veio na contramão da evolução de sistemas políticos de massa. Ou seja, não foi um fato sem relação com mudanças na sociedade brasileira, um resultado da genialidade de um *marketing* político e dos dotes de oratória do presidente Lula, os quais, na verdade, não funcionaram nas tentativas precedentes.

Nossa hipótese é que houve na CD a redução do espaço político dos parlamentares recrutados das classes altas e, por consequência, um aumento da parcela dos deputados federais vindos das classes médias assalariadas e também, mas em menor medida, das classes populares.

O termo "classes populares", que pressupõe mais de uma, é um conceito pouco preciso quando se faz necessário delimitar suas fronteiras — imprecisão, aliás, comum à maioria dos conceitos das ciências sociais, sempre terrivelmente "flexíveis" e imprecisos, dependentes amiúde das necessidades de operacionalização dos pesquisadores. (Às vezes, de suas ideologias.) Nunca se sabe precisamente onde as classes populares começam e onde terminam e quantas são. Mas, se o conceito não oferece uma ideia exata dos segmentos da sociedade nelas englobados, pelo menos sabemos os que delas não fazem parte. É intuitivo que entre as "classes populares" não devemos incluir as elites tradicionais, as classes ricas, as camadas politicamente dominantes, os grupos de elevada erudição, as cúpulas da intelectualidade, das profissões liberais, dos artistas etc.

No caso desta pesquisa, estamos chamando de "classes populares" os segmentos da sociedade de baixa renda, de escolaridade não superior ao ensino fundamental, que realizam atividades manuais, têm atividades situadas nos baixos níveis das escalas de prestígio das profissões e ocupações que requerem pouco tempo de estudo e de aprendizado. Na realidade, como se verá, são poucos os casos de parlamentares que vieram das classes populares assim definidas.

Mas o termo "popularização" sugere um deslocamento "para baixo" nas fontes sócio-ocupacionais de recrutamento de parcelas da classe política na CD. Esse movimento não significou uma forte ampliação do espaço ocupado pelos que vieram dos escalões mais baixos da estrutura social. Não foi um assalto dos plebeus a um dos órgãos mais importantes da democracia representativa brasileira. Mais exatamente, a popularização da classe dos que fazem da política a sua profissão indica, por um lado, a redução do

espaço ocupado pelos políticos das classes mais altas em termos de renda, educação e status e, por outro, a ascensão dos políticos das classes médias, mais corretamente, de *alguns* de seus estratos, majoritariamente os de escolaridade relativamente elevada. Não se trata, portanto, dos pequenos proprietários do meio urbano ou rural.

Por isso, o movimento de popularização não é tão restrito como seria se significasse apenas a ascensão dos grupos de trabalhadores manuais de renda e escolaridade muito baixas. A popularização, no sentido em que estamos utilizando o termo, representa uma tendência que parece decorrer mais da perda relativa de espaço político dos parlamentares que vieram das classes ricas e das chamadas elites tradicionais, notadamente dos que já eram empresários quando foram eleitos pela primeira vez (e provavelmente continuaram ou passaram a sê-lo depois de eleitos).

Ao considerar os movimentos de ascensão e declínio dos partidos e grupos sócio-ocupacionais na CD, este livro é levado a localizar as fontes sócio-ocupacionais de recrutamento de pessoal para a vida pública, ou seja, dos que fazem da política a sua profissão. A temática, consequentemente, tem um pé na sociologia política e outro na ciência política e se aproxima de outro estudo que efetuamos anteriormente sobre a composição social dos partidos na 51ª Legislatura (eleição de 1998). Naquela ocasião, focalizamos somente as bancadas dos seis principais partidos da CD. O objetivo foi verificar em que medida as composições sócio-ocupacionais das bancadas tinham alguma relação com as orientações ideológicas e políticas dos partidos ou se ambos os fenômenos não tinham relações entre si.[6] Nesse último caso, a conclusão seria que os políticos, não importando suas origens socioeconômicas, escolheriam aleatoriamente as legendas pelas quais entram na vida pública e por elas trafegam durante sua carreira política.

Como dissemos inicialmente, a preocupação agora é tentar detectar o que teria mudado sociologicamente na composição da Câmara depois dos resultados das eleições de 2002. Para tanto, foi necessário usar dois procedimentos, relacionados, porém distintos. Em primeiro lugar, comparamos a composição social da totalidade dos deputados eleitos para a 51ª Legislatura com os da 52ª. Em segundo lugar, examinamos a

[6] Os resultados da pesquisa estão publicados em *Partidos, Ideologia e Composição Social* (São Paulo: Edusp, 2002).

composição sócio-profissional das bancadas dos partidos nas duas legislaturas para controlar possíveis alterações nas fontes sociais de recrutamento e, principalmente, para saber se o aumento ou declínio numérico das legendas incidiria sobre o peso relativo dos segmentos profissionais e ocupacionais no interior da CD.

O resultado do exame comparativo das duas legislaturas mostrou que, em primeiro lugar, se *reduziu o número de parlamentares originários das classes ricas e aumentou a proporção dos que vieram das classes médias e das classes trabalhadoras;* em segundo lugar, do ângulo sociológico, mínimas alterações ocorreram nas bancadas dos *principais* partidos, quer tivessem aumentado ou reduzido a dimensão de suas representações na CD. Em outros termos, *os principais partidos mantiveram seu perfil social entre as duas eleições*, seja quando cresceram (caso do PT, principalmente), seja quando encolheram (casos do PFL e do PSDB, em especial).

Desse modo, os resultados sugerem que, pelo menos no curto prazo (digamos, entre duas ou três eleições), a variável mais estreitamente correlacionada às alterações na natureza social dos grupos que controlam o sistema político é a volatilidade na representação partidária, ou seja, as oscilações dos resultados eleitorais que mudam a força relativa dos partidos no sistema político. Em outras palavras: as alterações no peso dos setores sócio-ocupacionais presentes na CD, pelo menos no curto prazo, parecem depender mais dos resultados das disputas políticas que de mudanças na estrutura da sociedade, quer dizer, de elementos externos ao sistema político-institucional.

A hipótese aqui é que *as variações na importância dos grupos econômicos e profissionais no interior dos organismos legislativos dependem principalmente do perfil social dos partidos vencedores e perdedores.* De modo muito esquemático: se aumentar a proporção de cadeiras ocupadas por partidos de direita, aumenta a presença de empresários e de outros setores de classe alta. Se aumentar a proporção de cadeiras dos partidos de esquerda, aumenta a proporção de professores, de sindicalistas, de servidores públicos, de empregados e também de alguns trabalhadores manuais. Na realidade da composição da Câmara e de outros órgãos legislativos, o quadro é bem mais complexo porque não há uma divisão nítida esquerda-direita, nossos partidos não são assim tão consistentes programaticamente, e a conduta parlamentar é regida também

pelas ambições políticas individuais, o que abre um amplo leque para o oportunismo.

Voltaremos a esse ponto nos próximos capítulos, quando os vínculos entre as fontes sócio-ocupacionais de recrutamento político e a composição partidária dos partidos forem examinados. No momento, queremos chamar a atenção para outro ponto que deriva dos efeitos dos resultados eleitorais na representação parlamentar, ou seja, de modo mais amplo, nos espaços ocupados pelos setores sociais no sistema de poder.

Se efetivamente o fator principal nos perfis da representação parlamentar for a volatilidade eleitoral, em princípio, resta a possibilidade (em caso de mudanças significativas das tendências eleitorais) de reversão da tendência na direção à popularização da classe política.[7] De modo mais esquemático: se os partidos de direita e de centro conseguirem melhorar seu desempenho eleitoral nos próximos pleitos, possivelmente as classes altas e médias altas recuperem parte das posições perdidas na CD em 2002. Permanece, porém, a questão teórica, valorizada pelos marxistas, dos vínculos entre as mudanças partidárias no sistema político e as que se efetuam no meio externo, especialmente na estrutura social e no modo de produção.

No caso brasileiro, apesar dos acordos e coalizões partidárias, ideológica e programaticamente incoerentes, as diferenças significativas encontradas na composição interna das bancadas dos nossos partidos sugerem que eles não são a "mesma geléia geral" (apesar de às vezes parecerem) e que as alianças parlamentares e eleitorais, assim como a disciplina (ou indisciplina) e a fragilidade das estruturas partidárias, obedecem a lógicas diferentes, decorrentes da ambição individual dos políticos, ou seja, dos seus esforços para *permanecer* ou *ascender* na classe política.[8]

[7] A afirmação poderia ser válida também para outros órgãos legislativos.

[8] Nos termos de Schlesinger, uma "ambição estática" *(static ambition)* e uma "ambição progressiva" *(progressive ambition).* No primeiro caso, o político procuraria realizar uma longa carreira num mesmo posto; no segundo, o político se orientaria para a obtenção de outras posições consideradas mais importantes do que a que detém no momento. Mas a orientação para um ou outro tipo de ambição depende do leque de oportunidades de ascensão que não se abre do mesmo modo para todos. (O autor considera também um outro tipo de ambição política, que denomina de *discreta,* quando a luta pela obtenção de determinado

Lidamos aqui com dois fenômenos que talvez requeiram abordagens teóricas diferenciadas, uma de natureza sociológica, envolvendo o comportamento dos grupos humanos (coesão, valores e interesses comuns), e outra, centrada nos interesses individuais de poder dos políticos profissionais, numa linha de abordagem influenciada pela economia, ou seja, a atividade política orientada pela obtenção de vantagens individuais, pela realização de interesses. Nessa linha de interpretação, o foco se dirige mais aos homens do que aos partidos e grupos de pressão. A política, como diz David Mayhew, deve ser estudada como uma luta entre homens para ganhar e manter-se no poder. A conduta dos políticos estaria voltada basicamente para conseguir a reeleição ou subir na classe política.[9]

Nossa pesquisa fica numa linha intermediária entre, por um lado, um tipo de interpretação que parte dos interesses individuais dos políticos, quer dizer, da ambição política, mas, por outro, procura integrar também as condições sociais que afetam as estratégias individuais de continuidade na classe política. Basicamente, os trampolins de ascensão não são iguais para todos e variam significativamente segundo as origens familiares e os trunfos que são oferecidos aos membros das diferentes classes sociais.

Esse ponto, contudo, foi tratado marginalmente neste texto. Ocorre que este não é um livro destinado primordialmente aos cientistas políticos e outros especialistas da área. Embora os dados aqui divulgados possam ser de utilidade para os meus colegas que trabalham sobre os partidos e a política brasileira, a intenção principal foi colocar ao alcance do grande público os principais resultados da pesquisa, ou seja, oferecer algumas informações sobre aqueles que nos governam. Nesse sentido, reduzimos ao máximo as citações e referências teóricas que habitualmente se encontram nas obras mais acadêmicas.[10]

posto *é* de curto prazo, após o qual vem a retirada da vida pública.) Joseph A. Schlesinger, *Ambitions and Politics* (Chicago: Rand McNally & Company, 1966).

[9] *Congress. The Electoral Connection* (2ª ed., New Haven e London: Yale University Press, 2004).

[10] Seguramente, os cientistas políticos não deixarão de notar, em nosso enfoque, a influência de autores clássicos como Max Weber e de Joseph Schumpeter *(Capitalismo, Socialismo e Democracia)* e de muitos outros mais atuais, como Michel Offerlé *(La Profession Politique)*, Daniel Gaxie *(La Démocratie Représentative)* e muitos outros contra os quais cometo a injustiça de não citar.

Cumpre acrescentar, por fim, que na massa de material levantado e elaborado sobre as duas legislaturas há outros temas que mereceriam ser tratados neste livro. Mas decidimos não ultrapassar o objetivo deste trabalho, que era as transformações na composição da parcela da classe política representada na Câmara dos Deputados.

Metodologia

A composição social da Câmara dos Deputados foi examinada a partir de categorias profissionais e ocupacionais que estabelecemos para fins heurísticos. A classificação dos parlamentares foi feita com base na última atividade profissional ou ocupacional que eles exerciam antes da obtenção de um primeiro mandato para alguma função política de qualquer nível: vereador, deputado estadual, deputado federal ou prefeito. Mais precisamente, poderia ser mais de uma ocupação ou profissão, na hipótese de que o deputado, na ocasião da primeira eleição vitoriosa, tivesse mais de uma atividade ocupacional. A decisão de anotar todas as ocupações e atividades profissionais veio da impossibilidade de localizar com alguma segurança qual a principal.

A escolha da última atividade econômica ou emprego privado ou público oferece uma indicação do *status* social dos parlamentares antes da adoção da política como profissão. Ela oferece também uma indicação da fonte de recrutamento político e do meio social de onde veio determinado deputado. Trata-se de indicações com margens de erros variadas cuja dimensão depende da atividade profissional. Por exemplo: os que se declaram “lavrador” ou “trabalhador rural” não poderiam ser classificados de pertencentes às classes altas. Inversamente, os que se declaram “juiz” ou “diretor de banco” não poderiam ser inseridos entre as classes populares. Tomamos dois exemplos extremos. Entre eles há muitos casos de incerteza, gerando muitas dúvidas que procuramos sanar recorrendo a diversas fontes (ver *Fontes de Dados*, página 25).

Cabem aqui as seguintes observações:

Primeiro: a escolha da última atividade ocupacional ou profissão exercida não indica o meio familiar de origem porque o parlamentar tanto pode ter ascendido como declinado socialmente com relação a seus pais

antes de entrar para a política. Acreditamos que, na maioria das vezes, houve ascensão ou permanência no mesmo nível social porque a entrada para a política, especialmente a chegada à CD, já é indicativa de algum progresso socioeconômico anterior. Mesmo os deputados que foram trabalhadores rurais, que, em termos de origem social, são os que vieram mais de baixo, antes de entrarem para vida pública já tinham ascendido socialmente ao se tornarem sindicalistas e chegado à direção de um sindicato importante que lhes serviu de trampolim para entrar na política;

Segundo: o quadro da distribuição das profissões e ocupações não retrata a situação presente dos deputados, mas a situação passada, anterior ao início da carreira pública. A situação econômica e patrimonial dos que vieram de setores das classes médias pode ser — e provavelmente é — melhor do que a que usufruíam antes da entrada na política;

Terceiro: em muitos casos, antes da aquisição do primeiro mandato, muitos dos atuais deputados tinham mais de uma ocupação, exercidas concomitantemente. Nesses casos, todas as atividades profissionais foram tabuladas. Por isso, a somatória das profissões ou ocupações é superior a 100%;

Quarto: em apenas um caso o critério da última ocupação/profissão foi flexibilizado: no dos deputados classificados de empresários. O termo "empresário" deve ser entendido num sentido amplo. Ele abrange os homens de negócio, proprietários, diretores e sócios de empresas (aí incluídos hospitais, estações de rádio e TV e estabelecimentos escolares), comerciantes, administradores de empresas, corretores, acionistas, fazendeiros, administradores de fazenda, enfim todos os que têm atividades ligadas ao mercado, não importando a dimensão do empreendimento. A adoção desse critério, obviamente, tendeu a elevar o número de parlamentares oriundos do meio empresarial.

Mas houve também outro motivo que atuou no mesmo sentido. A atividade empresarial, segundo os critérios enumerados anteriormente, é uma das poucas que não precisam ser abandonadas com a entrada na classe política. Professores, médicos, advogados, funcionários públicos etc. não podem continuar a seguir a profissão de origem, uma vez eleitos. A carreira política exercida profissionalmente é incompatível com outras que requerem a presença assídua nos escritórios, consultórios médicos,

estabelecimentos comerciais, fábricas, bancos. Tampouco, uma vez eleitos, podem adquirir uma profissão que exija conhecimentos especializados. Nenhum político se torna médico, advogado, engenheiro ou técnico em alguma especialidade depois que entra para a chamada vida pública e passa a ser remunerado pela atividade política.

Mas não é assim com a situação de empresário. Donos e sócios de empresa podem manter a propriedade passando a administração cotidiana para outros sem deixar de ser empresários. Se forem sócios, podem manter essa condição. Mais ainda: podem tornar-se empresários *depois* de eleitos. Informações precisas foram difíceis de obter, especialmente porque mesmo os parlamentares que se classificavam empresários nos perfis biográficos da CD não ofereciam informações precisas sobre as datas de suas atividades. As declarações patrimoniais depositadas nos Tribunais Regionais Eleitorais, por sua vez, são terrivelmente imprecisas ou omissas não só quanto ao valor dos patrimônios, mas também quanto às datas de início de certas atividades empresariais.

Apesar disso, foi possível localizar com alguma segurança os políticos que eram do meio empresarial. Contudo, o critério da última atividade profissional antes da primeira eleição vitoriosa não pode ser mantido porque não conseguimos detectar todos os que se tornaram empresários depois de entrar para a política. Assim sendo, na categoria "empresários" estão todos os que eram empresários *antes* da entrada para a classe política e mais um certo número de deputados que provavelmente se tornaram empresários *depois* de eleitos: 209 casos na 51ª Legislatura e 166 na 52ª, num total de 230 e 190 profissões ou ocupações, respectivamente.[11]

Dois critérios foram utilizados para a elaboração da relação das categorias de atividade econômica ou profissional. O primeiro foi a importância numérica de cada uma das profissões ou ocupações encontradas numa listagem preliminar de *todas* as atividades exercidas pelos parlamentares. Esse critério pode ser denominado de quantitativo, porque serviu para indicar os segmentos sócio-ocupacionais de maior peso

[11] Na pesquisa anterior *(Partidos, Ideologia e Composição Social)*, a porcentagem de empresários na 51ª Legislatura achada por nós foi de 43,5%. Reelaborando os dados para a atual pesquisa e de posse de novas informações, encontramos 44,8% de empresários, aumento de 1,3%. Pequenas diferenças podem ser encontradas na comparação das outras categorias ocupacionais calculadas na pesquisa anterior e na atual.

na CD. A escolha do segundo critério foi mais de natureza qualitativa, porque guiada pela intenção de localizar a presença de grupos *numericamente* pouco expressivos na sociedade e mesmo no interior da CD, mas relevantes para indicar as diferenças de perfis entre os partidos. É o caso, para citar dois exemplos, dos trabalhadores rurais e dos pastores: o primeiro é quase inexistente na CD, embora numeroso na estrutura social brasileira; o segundo, pouco numeroso na sociedade, está bem mais representado na Câmara.

As categorias selecionadas, desse modo, são uma construção relativamente arbitrária, elaborada para fins da pesquisa e determinada pelas nossas preocupações. Mas não seria necessário ressaltar que o grau de autonomia na construção das categorias é limitado por uma lógica que advém do próprio material coletado e veta construções incongruentes e absurdas em face de um estoque de conhecimentos sociológicos e mesmo do senso comum. Assim, não faria sentido elaborar uma categoria "empresários e operários" ou "professores e comunicadores". Faria sentido, no entanto, segundo as intenções do pesquisador, incluir juízes e delegados de polícia, não na categoria de "advogados", talvez mais propriamente "bacharéis em Direito", mas na de membros da administração pública.

No caso de nossa pesquisa, um ponto importante era medir a dimensão da burocracia governamental como área de fornecimento de quadros para a classe política, importância mostrada em numerosos estudos brasileiros e de outros países. Na criação de uma categoria na qual pudessem ser alocados os funcionários públicos estava a suposição, anterior ao levantamento de dados e à tabulação, de que o setor público era um meio relevante de fornecimento de pessoal para a política brasileira. Cumpriria, ademais, tentar verificar as prováveis diferenças no peso do setor público nos diferentes partidos e regiões do país. Desse modo, os bacharéis em Direito que trabalhavam como profissionais liberais não foram situados na mesma categoria dos juízes, promotores e outros funcionários do Estado. Os bacharéis só foram classificados de advogados quando exerciam essa atividade. A ressalva serve para outras profissões liberais. Os diplomas não foram usados como indicador de profissão ou ocupação, a não ser quando serviam para o exercício profissional.

A mesma observação feita antes para juízes e advogados vale para os professores, cuja atuação e importância política oscilam bastante segundo a

legenda partidária. Se usássemos outro critério, os professores do magistério das instituições governamentais poderiam ser incluídos no setor público, com outras profissões cujo empregador é o Estado. Mas o magistério tem algumas características que fazem dos docentes uma categoria profissional muito específica, qualquer que seja o vínculo empregatício, público ou privado. Por essa razão, todos os docentes integraram uma só grande categoria, com suas divisões internas.

Os objetivos das pesquisas e interesses dos pesquisadores fazem as profissões e ocupações variarem e serem numericamente discrepantes. Vejamos alguns casos. Sérgio Soares Braga,[12] no seu estudo sobre os constituintes de 1946, distinguiu três grandes grupos com suas divisões internas: os proprietários, as profissões intelectuais e as profissões manuais. André Marenco dos Santos registrou 17,7% de advogados na 50[a] Legislatura,[13] enquanto, pelo critério que estabelecemos — o exercício efetivo da profissão —, seriam apenas 9,7%. Jales Ramos Marques e David Verge Fleischer, no exame da composição da CD eleita em 1990, não distinguem os professores e agrupam os vários setores empresariais (comércio, indústria e agricultura).[14] Já o Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap) apresenta uma relação bastante desagregada das profissões na CD, provavelmente porque o objetivo era a informação para os leitores, enquanto, no nosso caso, muitas das profissões foram reunidas para possibilitar a busca de correlações.[15]

---

[12] *Quem Foi Quem na Assembleia Constituinte de 1946: Um Perfil Socioeconômico e Regional da Constituinte de 1946* (Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicação, 1998).

[13] *Não se Fazem mais Oligarquias como Antigamente. Recrutamento Parlamentar, Experiência Política e Vínculos Partidários entre Deputados Brasileiros [1946-1998]*. Porto Alegre. Tese de doutorado apresentada no programa de pós-graduação em Ciência Política da UFRGS.

[14] *PSDB. De Facção a Partido* (Brasília: Instituto Teotônio Vilela, 1999).

[15] *Radiografia do Novo Congresso.* Legislatura 2003-2007. Série Estudos Políticos Ano II — Brasília/DF. Outubro de 2002.

Fonte de dados

A principal fonte de dados que utilizamos foram os perfis biográficos existentes no *site* da Câmara dos Deputados. O uso dessa fonte tem a vantagem de ser "oficial", quer dizer, ser de responsabilidade dos próprios deputados. Consequentemente, as informações ai contidas não estão sujeitas a contestação, embora possam conter erros e ausência de certos dados relevantes. Veio daí um obstáculo. Muitos parlamentares não informavam adequadamente (para os propósitos da pesquisa) as etapas de suas carreiras profissionais. Amiúde não indicavam as datas das atividades que exerceram antes de serem eleitos pela primeira vez. Quando isso acontecia, tivemos problemas para a definição profissional do parlamentar. Por isso, muita informação teve de ser procurada em outras fontes, jornais e revistas, geralmente na internet, além de no *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*, elaborado pelo Centro de Pesquisa e Documentação Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getulio Vargas sob coordenação de Alzira Alves de Abreu.

Para os deputados da 51ª Legislatura, utilizamos também as declarações patrimoniais dos parlamentares, material que permitiu completar informações contidas nos perfis biográficos publicados pela CD e, especialmente, verificar os casos dos políticos que deveriam ser classificados de empresários. Para a 52ª. pudemos contar apenas com os dados dos que tinham sido reeleitos (cerca de 50%).

Para terminar, uma observação importante para a apreciação das tabelas que trazem o número de deputados por legenda. Essa distribuição baseia-se nos resultados que saíram das urnas, *antes mesmo da posse*. Migrações posteriores de partido, quaisquer que tenham sido os motivos (renúncias, cassações de mandato, licenças para exercício de funções no Executivo etc.), não foram levadas em conta.

1. Mudanças partidárias na Câmara dos Deputados

Este capítulo limita-se a comparar os resultados da eleição de outubro de 1998 (51ª Legislatura, 1999-2003) com os da eleição de 2002 (52ª Legislatura, 2003-2007). A intenção é oferecer, ainda que resumidamente, uma visão das alterações partidárias na CD entre a eleição de 1998 e a de 2002. A primeira favoreceu o bloco de centro-direita; a segunda, o bloco dos partidos de esquerda, especialmente o PT, com o consequente recuo dos partidos de direita e de centro. Trata-se de um capítulo destinado a destacar somente as principais mudanças político-partidárias na CD que sirvam de base para a avaliação de seus efeitos sobre a composição social desse órgão.

2002 — A expansão do PT e da esquerda

As eleições de 2002 para a CD puseram fim a um período de crescimento constante dos partidos considerados de "centro", acentuaram os ganhos dos partidos de "esquerda" e aumentaram as perdas dos partidos de "direita", que, aliás, vinham decaindo, nesse órgão legislativo, desde 1990. (A partir de agora, esses termos serão usados sem aspas.)[1]

Podem-se discutir os variados fatores que costumam influenciar a orientação de voto nas disputas eleitorais. Pode-se, igualmente, indagar se o crescimento da votação nas legendas de esquerda significou uma opção relativamente consciente e definida do eleitorado por uma orientação governamental mais de esquerda ou se foi basicamente uma punição aos dois partidos (PSDB-PFL) que compunham a principal base de sustentação do governo anterior. Pode-se discutir o papel da figura de Lula e a eficiência do *marketing* político que acentuava as virtudes de "quem veio de

[1] Estamos considerando apenas a CD. Uma avaliação mais ampla da *performance* dos partidos em eleições gerais, que envolvem muitos cargos em disputa em todo o país, necessitaria ter em conta os resultados para outras instâncias do poder político, especialmente os governos estaduais de Estados como São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, onde o governo dos dois primeiros ficaram com o PSDB e do Rio com o PFL. Para o Poder Executivo dos Estados, os resultados para o PT foram indiscutivelmente negativos. O PT só venceu no Mato Grosso do Sul, Acre e Piauí, que somam apenas cerca 3% do eleitorado brasileiro. O PT perdeu também a disputa para o governo do Rio Grande do Sul, derrota que tem um sabor muito amargo pelo fato de havia muito o governador gaúcho sair da legenda petista.

baixo", da capacidade especial do ex-pobre compreender e melhorar a situação de todos os pobres. Muitos outros elementos poderiam ser destacados se o objetivo deste trabalho fosse a análise político-eleitoral do pleito de 2002. Contudo, neste momento, a análise dos fatores causais que poderiam explicar a vitória de Lula e o crescimento do PT e dos partidos de esquerda não é necessária. Quaisquer que sejam as razões que possam explicar os resultados eleitorais de 2002, e por mais frágil que possa ser a consistência ideológica dos partidos brasileiros, permanece o fato de que as legendas tidas como de esquerda ganharam cadeiras na CD enquanto as classificadas de centro e de direita (com exceção do PL) perderam, não importando o porquê.

Comparando-se as eleições para a CD de 1998 com as de 2002 por bloco ideológico (Tabela 1), vê-se que os prejuízos foram pronunciados para as legendas de centro e de direita; mais exatamente, maiores para o centro do que para a direita.

Tabela 1: Número de cadeiras por bloco ideológico nas eleições de 1998 e 2002

Blocos	**51A**	**52A**	**Diferença**	
	N	N	N	Perdas em %
Direita	216	201	-15	-6,9
Centro	182	145	-37	-20,3
Esquerda	115	167	+52	+45,2
CD	513	513	–	–

Foram considerados partidos de direita: PFL, PP (ex-PPB), PTB, Pl. PSD, PSC, Prona, PSL, PST e PSDC. Foram considerados partidos de centro: PMDB e PSDB. Foram considerados partidos de esquerda: PT, PDT, PSB, PCdoB, PPS, PMN e PV.

As perdas dos partidos da direita e do centro deveram-se basicamente aos resultados negativos do PSDB e do PFL. Em 1998, a aliança de centro-direita PSDB-PFL tinha conseguido mandar 204 deputados para a CD. Em 2002, esse número baixou para 154, perda de 50 cadeiras, correspondendo, em termos percentuais, a um declínio de 24,5% do total de cadeiras que esses partidos tinham em 1998 (Tabela 2). Esses resultados contribuíram fortemente para a queda do conjunto dos partidos de direita e de centro na CD. Mas, independentemente dos prejuízos do PSDB e do PFL, com exceção do PL, todos os principais partidos de direita e de centro tiveram suas bancadas diminuídas.

As perdas dos partidos de direita seriam maiores se nesse bloco não estivesse o PL. Esse partido elegeu mais do que o dobro de parlamentares, comparado a outubro de 1998: 12 e 26, respectivamente. Mas, já na posse, o número de parlamentares da legenda subiu para 33, ao contrário do que aconteceu na eleição passada, quando o número de deputados nesses dois momentos não se alterou. Tudo indica que o PL se beneficiou amplamente da aliança com o PT.[2]

Na comparação entre os *números absolutos* de cadeiras dos dois principais partidos de direita (PFL e PP), as perdas do PFL foram de 20,0%. As do PP, de 18,3 %. No bloco dos partidos de centro, além do PSDB, o PMDB também teve sua bancada reduzida. Mas bem menos do que a bancada tucana. A do PSDB declinou 29,3%; a do PMDB, 9,6% (Tabela 2).

No campo da esquerda, quase todas as bancadas cresceram. A única exceção foi a do PDT, que, na verdade, já vinha declinando na CD antes da eleição de 2002. No bloco da esquerda, como já dissemos, o partido que efetivamente deu um grande salto para a frente foi o PT, com um crescimento de 54,2% (59 para 91 cadeiras ganhas). Ascendeu, assim, à condição de maior partido da Câmara. Outros partidos de esquerda colheram igualmente bons resultados: o PPS passou de três para 15 parlamentares e o PCdoB de sete para 12.

Tabela 2: Número de cadeiras e partido nas eleições de 1998 e de 2002

Partidos	**51ª**	**52ª**	**Diferenças**	**Ganhos/Perdas**

[2] Do ângulo programático, o acordo PT-PL cai na categoria das alianças ou coligações incoerentes. Seria também mais uma demonstração da inutilidade do emprego dos conceitos de direita, centro e esquerda. Mas a aliança, se focalizada do ângulo da tese de que a estratégia eleitoral dos partidos é guiada pelo aumento das chances de vencer eleições, foi bastante racional e vantajosa. Desse ângulo, a união de um partido grande (PT) com um partido pequeno (PE) está na lógica dos acordos partidários da maximização dos lucros. Em caso de vitória, na distribuição dos benefícios (basicamente cargos na administração), o partido grande paga bem menos ao aliado fraco do que pagaria a um partido maior. Já o partido pequeno pode se contentar com pouca coisa porque sempre conseguirá mais do que conseguiria isoladamente. O problema, no caso brasileiro, é dos apoios parlamentares para poder governar *depois* de vencer as eleições. (O leitor interessado nas estratégias das coligações eleitorais no Brasil encontrará informações mais recentes e outras indicações bibliográficas no livro organizado para a Fundação Konrad Adenauer por Silvana Krause e Rogério Schmitt, *Partidos e Coligações Eleitorais no Brasil* [São Paulo: Editora da Unesp, 2005]).

	N	N	N	%
Direita				
PFL	105	84	-21	-20
PPB/PP	60	49	-11	-18,3
PL	12	26	+14	+116,7
PTB	31	26	-5	-16,1
Outros partidos de direita*	8	16	+8	+100
Subtotal-Direita	216	201	-15	_6,9
Centro				
PSDB	99	70	-29	-29,3
PMDB	83	75	-8	-9,6
Subtotal-Centro	182	145	-37	-20.3%
Esquerda				
PT	59	91	+32	+54,2%
PDT	25	21	-4	-16%
PSB	18	22	+4	+22,2%
PcdoB	7	12	+5	+71,4
PPS	3	15	+12	+400
Outros partidos de esquerda**	3	6	+3	+100
Subtotal	115	167	+52	+45,2
Total	513	513	–	–

Fonte: CD.”PSD, PSC. Prona, PSL, PST e PSDC.**PMN e PV

Os resultados de 2002 aceleraram uma tendência que vinha se configurando em eleições anteriores: crescimento da esquerda e encolhimento da direita. Essa tendência pode ser observada na Tabela 3, que traz os resultados para a Câmara em quatro eleições. A novidade na disputa de 2002 foi o declínio do centro, que até então vinha crescendo continuamente, e “o grande salto para a frente” do PT e dos partidos de esquerda. Comparando-se as eleições dos anos de 1990 e 2002, o bloco da esquerda ganhou aproximadamente mais 12% das cadeiras. O centro, apesar das fortes perdas de 2002, teve, no cômputo geral, um declínio insignificante: 0,7%. As legendas de direita, que tinham obtido quase metade das cadeiras da CD em 1990, caíram para 39,2% em 2002, uma perda de 11,7%.

Tabela 3: Evolução das tendências ideológicas na CD[3] entre 1990 e 2002

Blocos	**1990**	**1994**	**1998**	**2002**	**1990/2002**
Direita	50,9	44,6	42,1	39,2	-11,7
Centro	29,0	33,0	35,5	28,3	-0,7
Esquerda	20,1	22,4	22,4	32,5	+12,4
Total	100	100	100	100	–

Comparando-se os resultados que abrangem cerca de 12 anos e quatro eleições gerais com praticamente as mesmas regras do jogo e com os resultados não contestados pelos perdedores, convém sintetizar o desempenho dos blocos ideológicos ao longo do período. A direita, que saiu de uma posição dominante em 1990, foi perdendo espaço persistentemente em todas as eleições do período, mas não deixou de ser uma força importante no Legislativo federal.

O centro teve uma trajetória ligeiramente mais errática. Depois de uma espiral ascensional até as eleições de 1998, teve queda significativa nas eleições de 2002. Já a esquerda, que só conseguira eleger cerca de um quinto dos membros da CD em 1990, teve ganhos seguidos mas pequenos em cada disputa até a de 2002, quando registrou um avanço expressivo. Apesar disso, os dados do período revelam que as alterações na força dos blocos ideológicos foram pequenas.

De fato, a mudança mais importante, do ponto de vista dos objetivos deste trabalho, veio das eleições de 2002, em razão do grande crescimento da esquerda, fundamentalmente do PT, e do forte declínio dos partidos de centro e de direita, especialmente da união de centro-direita PSDB-PFL. Houve, pois, uma alteração forte na distribuição das forças políticas no Legislativo federal, fato que, na nossa avaliação, acelerou a redução do espaço de poder das classes altas na política brasileira e aumentou o das classes médias e populares. Os

[3] Nas quatro eleições gerais (municipais excluídas) de 1990, 1994, 1998 e 2002, algumas legendas partidárias sumiram da CD e do sistema partidário e outras apareceram. Para informação do leitor, no período, foram classificadas de direita: o PFL, o antigo PP, o PPR (que mudou várias vezes de nome e em 2002 transformou-se no atual PP), o PL, o PTB, o PSC, o PSD, o PRS, o PST, o PSDC, o PDC, o Prona e o PRN; foram classificadas de centro: o PMDB e o PSDB; foram classificadas de esquerda: o PT, o PDT, o PSB, o PCdoB, o PPS (ex-PCB), o PMN e o PV.

próximos capítulos destinam-se a captar mais detalhadamente os efeitos sociais dessa alteração.

2. As profissões da profissão política

A massificação da vida política é um fenômeno geral nas sociedades ocidentais, que marcha com a consolidação da democracia de massas, a profissionalização da atividade de representação política, a redução do poder das elites e a ascensão às instâncias do poder das classes médias e trabalhadoras, fenômeno que estamos chamando de "popularização da classe política".

Pode-se tratar, segundo os países, de um processo mais rápido ou mais lento e conjugar mudanças sociais com transformações políticas em extensões e ritmos variados. Mas esses pontos não serão discutidos aqui. Este trabalho limita-se a tentar detectar a manifestação do fenômeno na nossa Câmara dos Deputados.

Entre nós, a redução do espaço ocupado pelas classes altas na CD no curto espaço de tempo de quatro anos deveu-se especialmente ao grande crescimento da votação nos partidos de esquerda na comparação entre as eleições de 1998 e 2002, mostrada no capítulo anterior.

Como é comum nas disputas travadas sob regimes democráticos, as consequências sociais das mudanças políticas não devem ser vistas como dramáticas. O PT não obteve mais de 20% das cadeiras na Câmara Federal. Assim, no final, para dizer o mínimo, o resultado da eleição de 2002 não foi agradável para as classes altas e para os perdedores. Mas as perdas podem ser consideradas suportáveis e passíveis de reversão pelas legendas partidárias preferidas pelas camadas de alta renda e escolaridade.

Apesar disso, os prejuízos tiveram consequências na composição social da CD. (Deixamos de lado os efeitos óbvios decorrentes da perda do Executivo federal, que não faz parte de nossa pesquisa.) Basicamente, as flutuações partidárias ocorridas em 2002 correlacionam-se à ascensão da importância de certas fontes de recrutamento para a classe política, especialmente daquelas que vêm das camadas populares e se utilizam mais frequentemente dos sindicatos e das igrejas pentecostais para entrar na classe política.

Uma casa para todos os brasileiros

O *site* da Câmara dos Deputados na internet traz logo na sua abertura a informação: "A Casa de Todos os Brasileiros". O dístico é generoso, mas enganoso. A classe política, ou os que comandam o sistema político, é sempre bastante minoritária com relação ao eleitorado, ou seja, os que teoricamente representam. E nem poderia ser de outro modo. A probabilidade de o cidadão comum chegar a uma posição política importante é sempre muito reduzida e diminui ainda mais segundo a importância e o número de cargos em disputa. Para a Presidência, nos países presidencialistas, aproxima-se de zero. A probabilidade é tanto menor quanto maior o número de eleitores, porque o corpo eleitoral tende a aumentar mais, e mais rapidamente, do que o corpo político.

A probabilidade de um eleitor vir a ocupar uma cadeira na CD, estando 513 cargos em disputa, é certamente muito maior do que a de eleger-se presidente.[1] A afirmação poderia ser válida para outras instâncias do poder, sendo as probabilidades de êxito comandadas pela regra: quanto mais importante o cargo, menor o seu número — vale dizer, menor o número dos que podem ocupá-lo e maiores os obstáculos a superar. Logicamente, para esses cargos, o número de competidores é menor. No caso da CD, formalmente 5 13 cadeiras estão à disposição de todos os brasileiros, ou, mais exatamente, de todos os eleitores, com as chances variando segundo a magnitude de cada Estado, quer dizer, segundo o número de cadeiras que lhe cabe na dimensão do eleitorado.

Contudo, além das distribuições estatísticas, "na prática", as chances de conseguir uma cadeira na CD distribuem-se muito desigualmente entre os brasileiros (e entre todos os cidadãos em qualquer parte do mundo). Como regra geral, se todos os demais fatores forem iguais, a probabilidade de acesso de um brasileiro à Casa de Todos os Brasileiros, na condição de deputado, é significativamente maior para alguns segmentos ocupacionais e menor para outros. Em termos estatísticos, para quem vem de determinados meios sociais, é quase nula a probabilidade de que venha a ocupar uma cadeira na CD. Como regra geral, as chances de entrada para a classe dos

[1] As probabilidades, é claro, variam em cada colégio eleitoral estadual segundo o número de eleitores e a magnitude do colégio, ou seja, o número de cadeiras que cabe a cada Estado.

políticos profissionais são sempre bem mais baixas para pessoas das classes baixas e mais altas para as de classes altas.

Mas não gostaríamos que essa afirmação assumisse uma conotação demagógica e populista, do tipo: "no Brasil, em nossa sociedade elitista e autoritária, as classes baixas estão excluídas do jogo de poder"; "as posições de comando estão reservadas às elites" etc. Como indica a composição de alguns Legislativos de países democráticos e de renda mais bem distribuída do que a do Brasil, as profissões manuais e de baixo *status* não se encontram presentes significativamente nos Legislativos de todo o mundo. Em outros termos: algumas categorias sócio-profissionais não conseguem fazer-se representar por pessoas saídas do próprio meio e também não é seguro que os que vêm de um dado meio social, profissional ou ocupacional, se comportem, quando eleitos e distantes de suas origens ou região, como "representantes" ou, ainda, que sejam melhores representantes do que outros, de outra origem social.

A situação brasileira, nesse aspecto, não é uma exceção. A representação política, nas democracias, é tarefa dos políticos, de um corpo de profissionais que, do ponto de vista psicológico individual, possui certas habilidades e ambições que não estão ao alcance ou não são partilhadas pelos cidadãos comuns. Do ponto de vista social, os que entram na política vêm geralmente de certos círculos profissionais e familiares que proporcionam uma socialização política informal desde muito cedo e que desenvolvem habilidades especiais para a entrada, permanência e ascensão nos variados escalões do sistema de poder.

Essa colocação restringe a força da afirmação genérica anterior que situa diretamente o rendimento familiar elevado como a variável mais fortemente correlacionada à entrada na chamada vida pública. Na realidade, muitos outros elementos são importantes, como procuraremos mostrar mais adiante. Uma análise um pouco mais sofisticada mostraria que, *no interior das diferentes faixas de renda, existem atividades profissionais específicas que facilitam a entrada na classe política, oferecendo trampolins de ascensão em setores sócio-profissionais específicos de classe alta, média ou baixa.*

Nesses setores, apenas os que vêm de certos meios familiares e redes de parentesco que despertam a ambição política, que desenvolvem certas

habilidades que elevam as probabilidades de êxito no empreendimento, e os que dispõem de certos trunfos institucionais e organizativos são tentados a "entrar para a vida pública". A grande maioria das pessoas não se interessa pela política. Essa observação não elimina o fato de que, estatisticamente, as classes altas são mais favorecidas para o exercício da política, se mais não for, pelos índices de escolaridade mais elevados, contatos sociais, recursos financeiros, hábito de mando, domínio da palavra, capacidade de liderar e vários outros fatores que ajudam o homem ou a mulher comum a se tornarem uma pessoa pública e a ostentar o diploma de representante do povo.

Contudo, se essa afirmação parece correta no nível macro, o processo político seletivo no nível micro necessita ser mais bem calibrado quando olhamos os segmentos profissionais e ocupacionais, ou os setores das classes sociais que abastecem o pessoal político. Em todos os estratos sociais, camadas ou classes, alguns setores profissionais específicos se destacam como fontes de fornecimento de pessoas que abandonam a profissão original – para a qual foram preparados, geralmente por via da educação ou do treinamento profissional – para tentar a vida política, eufemisticamente designada como "vida pública".

Nas próximas páginas, procuraremos mostrar os principais meios sócio-profissionais que servem de viveiro para a formação do político profissional, o *homo politicus,* essa nova espécie de ator social que se desenvolve com a democracia política, recrutado, em princípio, de todos os meios sociais, mas de fato, especial e majoritariamente, de alguns deles. Esses meios sociais, estruturados em torno de certas profissões, ocupações e clãs familiares, tendem a se alterar sob o efeito de mudanças na estrutura ocupacional e também (mais direta e rapidamente) sob o efeito de resultados eleitorais que afetam a força dos partidos. Tentaremos verificar o que mudou na composição profissional e ocupacional da Câmara dos Deputados em razão das eleições gerais de 1998 e 2002. Essa comparação possibilitará também localizar os meios profissionais e ocupacionais representados na CD, os quais, de modo mais direto ou menos direto, são indicativos da presença diferenciada das classes sociais na Câmara dos Deputados.

Principais fontes sociais de recrutamento da classe política

O exame comparativo na distribuição ocupacional das duas legislaturas (Tabela 4) mostra alguns elementos de continuidade e outros de mudança. Do lado dos elementos de continuidade está o fato de o recrutamento para o segmento da classe política na CD continuar a vir, se fizermos abstração de suas subdivisões internas, de quatro grandes segmentos profissionais e ocupacionais: (1) o empresarial; (2) as profissões liberais; (3) o magistério e (4) a alta burocracia pública. Considerando-se que vários deputados tinham mais de uma atividade profissional quando foram eleitos pela primeira vez para algum mandato público, a soma dos quatro grandes segmentos profissionais e ocupacionais perfaz pouco mais de 100%, tendo havido uma ligeira diminuição (cerca de 4%) do espaço que esses grupos ocupavam.

A grande maioria dos políticos profissionais na CD continua — e provavelmente continuará — a sair durante certo tempo dos mesmos círculos e segmentos sociais e ocupacionais que são os principais celeiros de abastecimento do pessoal político brasileiro. Relacionado a esse elemento de continuidade está o fato de as mudanças quantitativas nos vários segmentos ocupacionais e profissionais listados na tabela a seguir terem sido relativamente pequenas, o que permite falar no caráter gradual da mudança nas fontes de recrutamento político.

É possível, contudo, encontrar elementos de mudança. Um fator importante, talvez o mais expressivo de todos os que contribuíram para reduzir o espaço dos parlamentares vindos das classes ricas, foi a forte queda, entre as duas CDs, do número de políticos que foram (ou continuam sendo) empresários, particularmente os do setor rural e de atividades mistas. Essa diminuição do número de empresários seguiu-se de pequeno aumento da presença de deputados vindos das classes populares, indicada principalmente, mas não unicamente, no aumento das bancadas informais dos sindicalistas e deputados pentecostais. Mas, no conjunto, foram as classes médias as que mais se beneficiaram das perdas sofridas pelas classes altas. Não houve, pois, nenhuma revolução social, mas abertura de lugar no sistema de poder para os que vinham de baixo, os quais logo se adaptaram às regras, normas, valores e práticas do funcionamento do Legislativo

federal. As perdas para os setores de classe alta não foram desprezíveis. Mas nada ocorreu que não se possa recuperar nas próximas disputas eleitorais.[2]

Tabela 4: Variação das profissões/ocupações

Profissão/Ocupação	**51ªLegislatura**		**52ªLegislatura**	
	N	%	N	%
Empresários urbanos	146	28,5	124	24,2
Empresários rurais	57	11,1	45	8,8
Empresários Mistos	27	5,3	21	4,1
Total dos empresários	230	44,8	190	37
Profissões liberais tradicionais	144	28,1	145	28,3
Outros profissionais	18	3,5	19	3,7
Setor público	103	20,1	121	23,6
Professores	81	15,8	86	16,8
Comunicadores	33	6,4	28	5,5
Pastores	16	3,1	26	3,9
Políticos	5	1,0	16	3,1
Empregados não-manuais em serviço	7	1,4	10	1,9
Técnicos	8	1,6	11	2,1
Metalúrgicos	7	1,4	8	1,6
Trabalhadores agrícolas/lavradores	3	0,65	5	1
Padres	2	0,4	2	0,2
Atleta profissional[3]	–	–	2	0,4
Base de cálculo	513	129,2	513	128,5
Total das profissões/ocupações	657	–	663	–

[2] Critérios para definir as variações da dimensão dos ganhos e perdas de cada grupo ocupacional ou profissional são construções arbitrárias. Intuitivamente, comparando-se o ocorrido com os grupos profissionais exibidos na próxima tabela, pode-se classificar a dimensão das variações ocorridas. No caso do setor empresarial como um todo, um declínio de aproximadamente um quinto do número de deputados que eram (ou são ainda) empresários parece-nos uma perda forte. No caso dos empresários rurais, a proporção da perda foi um pouco além de um quarto.

[3] Trata-se dos deputados Deley (Wanderley Alves de Oliveira, PSC-RJ) e Ronivon Santiago (José Edimar Ronivon Santiago de Melo, PP-AC). O primeiro foi futebolista profissional, tendo jogado em vários clubes importantes do Rio de Janeiro, São Paulo e no exterior e, posteriormente, trabalhado como técnico de futebol. Nasceu em Volta Redonda (RJ). Possivelmente, por ter sido gerente de futebol do Volta Redonda Futebol Clube, foi nomeado secretário municipal de Esporte e Lazer de Volta Redonda (1997-2002) antes de ser eleito diretamente para a CD nas eleições de outubro de 2002 (fonte: CD).0 segundo foi técnico de vários clubes de futebol do Acre (Juventus F. C., Atlético Acreano, Atlético Acreano e Independente F. C.). Ocupou alguns cargos públicos antes de ser eleito diretamente para a CD (Congresso Revisor), de 1991-1995. Foi coordenador da Secretaria de Educação do Estado do Acre; coordenador Municipal de Educação Física, de Rio Branco; diretor administrativo da Secretaria da Saúde de Rio Branco. Entre 1991 e 2005, não

Os empresários

Como indica a tabela anterior, entre uma legislatura e outra, houve acentuada redução do número de deputados que eram, são ou se tornaram empresários depois de eleitos pela primeira vez. Apesar disso, o setor empresarial continuou como o principal celeiro de abastecimento da classe política para o Legislativo federal. Esse setor, convém lembrar, inclui todos os proprietários de empresas privadas, executivos, comerciantes, industriais, diretores, gerentes, sócios, homens de negócio, fazendeiros, administradores de fazendas, donos e sócios de estações de TV e rádio, proprietários de estabelecimentos comerciais e todos os deputados que tiveram (ou têm) atividades de comando e administração ligadas ao mercado, independentemente do ramo, da dimensão, da importância ou do valor da propriedade, empresa ou patrimônio.[4]

O critério de inclusão no grupo de empresários, como se vê, foi amplo, o que, obviamente, aumentou o peso desse segmento ocupacional na Câmara.[5] (Nas páginas seguintes, algumas vezes, para facilidade de expressão, os que vieram desse setor serão designados apenas como "empresários", estando subentendido que poderiam ter-se tornado empresários depois de eleitos.)

Na legislatura anterior, o grupo dos que exerciam algum tipo de atividade empresarial antes de passar para a vida pública chegava a 230 da CD (44,8%). Na CD eleita em 2002, o número caiu para 190 (37%),

contando as filiações e retornos a um mesmo partido, esteve filiado a oito legendas. Em dezembro de 2005 perdeu o mandato de deputado federal (fonte: CD).

[4] Foram excluídos desse grupo os diretores de empresas estatais, que foram para o grupo da alta burocracia estatal.

[5] Nesse grupo, provavelmente a margem de erro seja maior por ser mais difícil localizar os que são sócios de empresas ou já tinham alguma vinculação com empresas antes de serem eleitos pela primeira vez. O exame das declarações patrimoniais fornecidas pelos candidatos aos Tribunais Regionais Eleitorais facilitou a localização dos que eram empresários, mas não resolveu inteiramente as dificuldades de classificação, porque frequentemente as declarações eram falhas ou incompletas.

diminuição de cerca de 17,4% no número de deputados desse meio ocupacional.

Foi do Nordeste, nas duas legislaturas, que veio o maior número de deputados do setor empresarial, tanto em termos relativos quanto absolutos. Pelos Estados nordestinos, foram eleitos 75 parlamentares na 51ª Legislatura (14,6% da CD) e 60 na 52ª (11,7%). Em segundo lugar, muito próximo, vem o Sudeste. Nessa região, na 51ª Legislatura, foram eleitos 71 deputados do mundo empresarial (13,8% da CD) e, na 52 Legislatura, 52 deputados, o que representa 10,1% do total da CD. A comparação entre as duas legislaturas mostra uma diminuição desse grupo de cerca de 27%.

Tabela 5: Distribuição da porcentagem de empresários no total de deputados por região

Região	**51ªLegislatura**		**52ªLegislatura**	
Deputados	N	%	N	%
Norte	33	14,6	30	15,8
Nordeste	75	32,7	60	31,6
Sudeste	71	30,9	52	27,4
Sul	33	14,3	33	17,4
C.-Oeste	18	7,8	15	7,8
Total de empresários	230	100	190	100

O cálculo da contribuição das regiões para o total de parlamentares que são ou foram empresários é afetado pelo número de cadeiras de cada região na CD. Em outros termos: se todos os demais fatores forem iguais, a probabilidade de haver mais parlamentares originários do meio empresarial é maior se essa região tiver mais cadeiras na Câmara. O viés decorrente do diferencial no número de parlamentares na CD pode ser controlado considerando-se o peso relativo do setor empresarial no interior da bancada de cada região, quer dizer, as porcentagens de deputados que foram (ou são ainda) empresários em relação com o número de representantes de cada uma das cinco grandes regiões na CD.

A proporção de empresários declinou nas bancadas de todas as regiões, exceção feita ao Sul, onde permaneceu praticamente a mesma. As perdas maiores foram no Sudeste e no Nordeste, justamente as regiões com maior número de cadeiras na Câmara. Contudo, apesar disso, a proporção de deputados que tinham atividades empresariais continuou bem elevada, como vimos na tabela anterior.

Nas eleições de 1998, os empresários representavam cerca da metade do total das bancadas do Nordeste e do Norte. Mas as perdas desse segmento ocupacional foram grandes nas eleições de 2002, especialmente no Sudeste e no Nordeste. No Sudeste, a “bancada empresarial” caiu para menos de 30%. No Norte, como resultado das eleições de 1998, 33 das 65 cadeiras a que essa região tinha direito na CD foram ganhas por parlamentares que tinham sido (ou são ainda) empresários. Nas eleições de 2002, o número caiu para trinta. Apesar disso, quase a metade dos parlamentares eleitos na região Norte veio do meio empresarial.

Tabela 6: Empresários por região

Região	**51ªLegislatura**	**52ªLegislatura**
Norte-65 cadeiras	33(50,8%)	30(46,2%)
Nordeste-151 cadeiras	75(49,7%)	60(39,7%)
Sudeste-179 cadeiras	71(39,7%)	52(29,1%)
Sul-77 cadeiras	33(42,9%)	33(42,9%)
C.-Oeste-41 cadeiras	18(43,9%)	15(36,6%)
Total	230(100%)	190(100%)

A redução do número total de empresários na CD entre as duas legislaturas foi particularmente influenciada pelos resultados eleitorais de São Paulo e da Bahia, colégios eleitorais importantes, onde a redução da “bancada empresarial” foi mais forte. Em São Paulo, 28 deputados do setor empresarial foram eleitos em 1998, número que caiu para 14 em 2002, o que representa 20% da bancada paulista (contra 40% em 1998). Já na Bahia (39 cadeiras na CD), o número de empresários eleitos por esse colégio eleitoral caiu de 19 para 11 (em termos proporcionais, de 48,7% para 28,2%). Nos demais Estados, as perdas da bancada empresarial foram menores.[6]

Os empresários urbanos

Até agora, consideramos em bloco o grupo de parlamentares que eram (ou são ainda) empresários, deixando de lado as diferenças de ramo e setor de atividade. Mas, como vimos, houve variação diferencial de perdas e ganhos no interior de cada grande setor de atividade empresarial (urbano, rural e misto). Como indica a Tabela 4, na página 39, entre os políticos que

---

[6] Os números relativos a cada Estado não foram apresentados nas tabelas para não sobrecarregar demasiadamente o leitor com excesso de dados fragmentados.

tinham profissões/ocupações empresariais do meio *urbano*, 124 foram eleitos em 2002, contra 146 na eleição anterior, diminuição de 15,1%, portanto. No caso dos deputados que eram (ou são ainda) empresários rurais,[7] a queda foi um pouco mais acentuada, de 57 para 45 (perda de aproximadamente 21%). No entanto, foi ligeiramente maior a queda entre os empresários com atividades conectadas entre os meios urbano e rural, como agronegócio (que vamos denominar de empresários "mistos" para facilidade de expressão). A redução foi de 22,2% (27 para 21, ver Tabela 4).

A redução da bancada empresarial urbana ocorreu em todas as regiões, com exceção do Norte. No pleito de 1998,41 parlamentares que eram (ou ainda são) empresários com atividades no setor urbano foram eleitos no Nordeste. Em 2002, o número baixou para 34, perda de 17,1%. Na região Norte, contudo, subiu de 19 para 230 o número de parlamentares que vieram do meio empresarial urbano (crescimento de 21,1%).

Contribuíram fortemente para o declínio desse subgrupo as perdas sofridas no colégio eleitoral de São Paulo. Em 1998, houve 22 casos de deputados paulistas eleitos para a CD que vieram do setor empresarial urbano, número que equivale a 31,4% das 70 cadeiras a que São Paulo dispõe na CD. Em 2002, somente 11 empresários paulistas do meio urbano foram eleitos, isto é, 15,7% dos deputados paulistas, o que representa uma perda de 50%.

Tabela 7: Empresários urbanos por região

Região	**51ªLegislatura**	**52ªLegislatura**
Norte	19(13%)	23(18,5%)
Nordeste	41(28,1%)	34(27,5%)
Sudeste	51(34,9%)	36(29%)
Sul	25(17,2%)	24(19,4%)
C.-Oeste	10(6,8%)	7(5,6%)
Total	146(100%)	124(100%)

Os empresários rurais

[7] Estão nesse subgrupo os parlamentares que se declararam pecuaristas, agropecuaristas ou empresários rurais sem especificação.

O grupo dos deputados com atividades rurais baixou de 57 para 45 (em termos percentuais, perda de 21%). Pesou fortemente para a redução do espaço da "bancada rural" na CD as perdas sofridas no Norte e no Nordeste. No caso do Norte, o número de deputados que eram empresários rurais caiu de 13 para sete e, no Nordeste, de 23 para 17. Para a redução da bancada rural nordestina contou especialmente o resultado da Bahia, onde o número de deputados que eram empresários rurais caiu de sete para dois. Na região Sudeste, os prejuízos foram pequenos (de 12 para dez deputados), enquanto no Centro-Oeste e no Sul praticamente não houve alteração com relação à eleição de 1998.

Tabela 8: Empresários rurais por região

Região	**51ªLegislatura**	**52ªLegislatura**
Norte	13(22,8%)	7(15,6%)
Nordeste	23(40,4%)	17(37,8%)
Sudeste	12(21%)	10(22,2%)
Sul	4(7%)	5(11,1%)
C.-Oeste	5(8,8%)	6(13,3%)
Total	57(100%)	45(100%)

Os empresários com atividades mistas

No interior do grupo de parlamentares vindos do setor empresarial, os deputados que eram (ou são ainda) empresários com atividades mistas formam um grupo pequeno: menos de um quinto do conjunto da bancada empresarial. A maior parte foi eleita por Estados do Nordeste (11 e nove casos nas duas legislaturas, respectivamente) e do Sudeste (oito e sete, respectivamente). Pernambuco e Paraná (quatro nas duas legislaturas) e Minas Gerais (cinco casos na legislatura eleita em 1998 e quatro na de 2002) foram os Estados que elegeram mais deputados que eram empresários desse setor. No conjunto desse subgrupo, houve declínio de 27 para 21 parlamentares (22,2%).[8]

[8] Os números para cada Estado não foram apresentados nas tabelas pelos motivos já especificados.

Tabela 9: Empresários mistos por região

Região	51ªLegislatura	52ªLegislatura
Norte	1(3,7%)	–
Nordeste	11(40,7%)	9(42,9%)
Sudeste	8(29,7%)	7(33,3%)
Sul	4(14,8%)	4(19%)
C.-Oeste	3(11,1%)	1(4,8%)
Total	27(100%)	21(100%)

Como vimos, entre as duas disputas eleitorais, diminuiu a proporção de deputados originários do setor empresarial. As perdas mais fortes, proporcionalmente, localizaram-se no grupo de empresários mistos, seguidos dos empresários rurais. De modo geral, essas tendências sugerem o declínio das elites políticas vindas do setor com atividades rurais, fenômeno ao qual se relaciona habitualmente o crescimento do eleitorado urbano, o aumento da escolaridade das classes populares, o avanço da sindicalização, o surgimento de novas elites políticas (empresários, segmentos de classe média e trabalhadora, médio funcionalismo, professores da rede pública e pastores das igrejas pentecostais).

Mas, com a diminuição do número de parlamentares que apresentavam (ou apresentam) atividades rurais, aconteceu a queda dos que eram (ou são) empresários urbanos. Esse fato reforça a hipótese de que a perda de importância do meio empresarial como fonte de recrutamento para a classe política brasileira deve-se mais a variáveis de natureza política do que socioeconômica ou demográfica, como procuraremos mostrar adiante.

A redução da dimensão do grupo dos deputados que vieram do meio empresarial é fortemente indicativa da diminuição da importância das camadas de renda elevada no interior da classe política.[9] O cruzamento entre as variáveis ocupação/profissão e valor do patrimônio mostrou estreita correlação entre deputados que tinham sido ou eram ainda empresários e o

[9] Em pesquisa anterior, referente à 51ª Legislatura, foi possível obter as declarações patrimoniais de 401 parlamentares (78,2%) fornecidas pelos Tribunais Regionais Eleitorais. Posteriormente, com auxílio do *site* do jornalista da *Folha de S.Paulo* Fernando Rodrigues, com dados publicados pelo Controle Público e publicado parcialmente na *Folha de S.Paulo* em 9 e 10/9/2002, chegamos a 484 declarações, ou seja, 94,3% do total de parlamentares.

valor do patrimônio declarado nos tribunais regionais eleitorais de seus Estados.

Não há razão para acreditar que essa correlação tenha deixado de existir e que a diminuição do número de deputados que eram (ou são) empresários não seja indicativa da diminuição do número de deputados de elevado patrimônio no interior da CD, quer dizer, de renda elevada. (Voltaremos a esse ponto no capítulo 4.)

Os profissionais liberais

Após os empresários, em ordem de importância quantitativa, o segundo meio ocupacional de recrutamento para a classe política é o das profissões liberais tradicionais tomadas em conjunto. Médicos, advogados e engenheiros, nesse grupo, predominam amplamente. Na 51ª Legislatura, havia apenas um ex-farmacêutico. Na 52ª, o grupo dos profissionais liberais diversificou-se ligeiramente com a entrada de três dentistas, dois veterinários e dois farmacêuticos. No conjunto, o grupo dos políticos que exerciam alguma profissão liberal praticamente não sofreu alteração na passagem das legislaturas que estamos examinando: na 51ª Legislatura, contabilizamos 144 casos (28,1%) da CD e, na 52ª, 145 (28,3%).

Isoladamente, e do ângulo de uma atividade profissional *efetivamente* exercida antes da obtenção do primeiro mandato, na CD eleita em 2002, os médicos compõem o grupo mais numeroso: 11% na 52ª e 12% na anterior. Esses números sugerem que a própria atividade médica (em hospitais públicos e outras instituições de saúde, além de postos importantes em órgãos do Estado ligados à rede de saúde) pode ser um bom trampolim para a entrada na vida pública. O Brasil, aliás, possui tradição de ter médicos entre grandes chefes políticos. Para citar apenas alguns poucos exemplos mais conspícuos: Adhemar de Barros, governador do Estado de São Paulo em duas ocasiões, várias vezes candidato à Presidência da República; Juscelino Kubitschek — seguramente o mais famoso de todos os médicos que chegaram à Presidência da República — e, mais recentemente, o governador Geraldo Alckmin.

A importância do grupo de profissionais liberais como celeiro de abastecimento da classe política varia regionalmente. Na comparação entre

as cinco grandes regiões do país, foi entre os deputados nordestinos que a presença de profissionais liberais foi mais forte. Como indicado na tabela abaixo, mais de um terço das 151 cadeiras da "bancada nordestina" é composto por ex-profissionais liberais.

Tabela 10: Profissionais liberais por região

Região	51ªLegislatura	52ªLegislatura
Norte-65 cadeiras	15(23,1%)	12(18,5%)
Nordeste-151 cadeiras	55(36,4%)	54(35,8%)
Sudeste-179 cadeiras	42(23,5%)	45(25,1%)
Sul-77 cadeiras	21(27,3%)	20(26,0%)
C.-Oeste-41 cadeiras	11(26,8%)	14(34,1%)
Total na CD	144(28,1%)	145(28,3%)

O setor público

O terceiro setor de recrutamento em ordem de importância para a classe política é o serviço público. Desse setor vieram (ou por ele passaram rapidamente como um estágio para a política) 103 deputados (20,1%) da 51ª Legislatura e 121(23,6%) da 52ª. Nesse número estão incluídos cinco casos de ex-militares das Forças Armadas e das polícias militares estaduais da 51ª Legislatura e seis da 52ª. Excluindo-se os militares — e contando apenas o funcionalismo civil —, chega-se a 98 ex-funcionários para a legislatura eleita em 1998 (19,1% da CD) e 115 (22,4% da CD) para a eleita em 2002, ou seja, houve um aumento de 17,3% na comparação entre os números absolutos de deputados vindos do setor público (com os militares, chega a 17,5%), aumento relativamente expressivo se comparado com o crescimento de outros grupos de profissões e ocupações na CD.

Posteriormente, faremos algumas observações mais detalhadas quanto à natureza do emprego público como fonte de abastecimento ou oficina de preparação de candidatos para a classe política e de distribuição de recompensas, benefícios, pagamentos e troca de favores. No momento, notemos que a passagem de funcionários para a vida política está limitada quase exclusivamente aos que ocupavam funções e cargos elevados na administração pública, setores que poderiam ser classificados de alta

burocracia pública.[10] Tendo-se em conta todos os setores do funcionalismo (municipal, estadual e federal), mas excluindo-se os militares e os membros do baixo funcionalismo, há 94 casos na 51ª Legislatura e 103 na 52ª de políticos que vieram da alta burocracia do Estado antes de conseguirem o primeiro mandato para a vida pública. Esses números representam 91,3% e 85,1%, respectivamente, do total de funcionários que tiveram emprego no Estado antes de conseguirem um primeiro mandato e 18,3% e 20,1% do total da CD nas duas legislaturas.

Eles indicam, em primeiro lugar, o aumento do setor público como uma fonte de abastecimento político da Câmara; em segundo lugar, mostram que, entre os funcionários públicos que conseguem chegar à CD, é muito reduzida a parcela de pequenos funcionários: 3,9% na 51ª Legislatura (quatro casos num total de 103) e 9,9% na 52ª (12 casos num total de 121). Em terceiro lugar, percebe-se por essas últimas porcentagens que entre uma eleição e outra aumentou a participação do baixo e médio funcionalismo, ou seja, dos que se declararam simplesmente "servidores públicos", dado que novamente indica o aumento da presença das classes médias na política brasileira.

A expansão do espaço do setor público na CD decorreu principalmente do aumento de parlamentares recrutados da alta burocracia dos governos estaduais (de 47 para 57), municipais (oito para 15) e de ex-funcionários da administração intermediária (de quatro para 12).

No exame da Tabela 11, na página seguinte, chama a atenção a queda, ainda que pequena, dos parlamentares que vieram da alta burocracia *federal* entre as duas legislaturas: de 25 para 21. Esse decréscimo vai novamente no sentido da diminuição da proporção de membros das classes altas na CD. Com o mesmo significado pode-se entender o crescimento do número de servidores públicos de nível intermediário ou da média burocracia,[11] que aumentou três vezes: quatro para 12. Como veremos

[10] Foram incluídos na alta burocracia os seguintes cargos e funções: diretores e chefes de departamento, chefes e assessores de gabinete, diretores de empresas e de bancos estatais, procuradores, promotores, fiscais de renda e delegados de polícia. Cinco oficiais das polícias militares estaduais, na 51ª Legislatura, e seis na 52ª não foram incluídos.

[11] Os números da Tabela 11 devem ser entendidos como uma indicação de uma possível margem de erro difícil de detectar. Nem sempre as fontes, principalmente os perfis biográficos elaborados pelos parlamentares, são precisas nas indicações das *datas* de

posteriormente, a diminuição do recrutamento na alta burocracia federal tem relação com as alterações no mapa partidário da CD, particularmente com a diminuição do número de cadeiras do PFL.

Tabela 11: Cargos no setor público

Setor Público	**51ªLegislatura**	**52ªLegislatura**
	N	N
Altos Cargos do governo federal	25(4,9%)	21(4,1%)
Altos Cargos do governo estadual	47(9,2%)	57(11,1%)
Altos Cargos do governo municipal	9(1,8%)	15(2,9%)
Diretores de bancos (federais, estaduais e municipais)	13(2,5%)	10(1,9%)
Militares (Forças Armadas e PM)	5(1%)	6(1,2%)
Funções e Cargos da administração (federais, estaduais e municipais)	4(0,8%)	12(2,3%)
Total na CD	103(20%)	121(23,6%)

O número de ex-assessores e ex-chefes de gabinete é elevado entre os deputados que tiveram algum cargo público. Agregando-se as administrações pública federal, estaduais e municipais, há 23 deputados (4,5% da CD) na 51ª Legislatura e 31, na 52ª (6%) que foram assessores ou chefes de gabinete nos governos e legislativos federais e estaduais pouco antes de serem eleitos para um primeiro mandato.

As funções de assessoria e chefia de gabinete servem, geralmente, de via de acesso inicial para os aspirantes a políticos. *Entra-se para o serviço*

exercício dos cargos que ocupavam *antes* de obter um primeiro mandato. Apesar disso, as carreiras profissionais expressas nos perfis biográficos possibilitam, de alguma forma, a localização na hierarquia do funcionalismo. As indicações que utilizamos foram: (1) a profissão declarada nos perfis biográficos elaborados pelos próprios parlamentares; (2) o nível de escolaridade; (3) a carreira profissional; (4) as instituições onde trabalharam e, especialmente, (5) as funções que exerciam no setor público quando foram eleitos na primeira vez. Por exemplo: na 52ª Legislatura houve cinco casos de parlamentares que se classificaram de “servidor” ou “funcionário público”. Em três outros casos, os parlamentares assinalaram apenas “advogado” como profissão. Mas, em dois desses deputados, o exame das atividades profissionais indicadas sugere que o diploma foi tomado como sinônimo de atividade profissional, indicação que não coincidia com nosso critério de atividade efetivamente exercida. Em seis casos, todos acrescentaram o termo “técnico” em sua atividade profissional pré-política na administração pública (técnico legislativo, eletrotécnico, técnico de tributação, técnico judiciário ou simplesmente técnico).

público para entrar na vida pública, ou melhor, ocupa-se um cargo público importante para aumentar o cacife para participar do jogo político. Trata-se aqui de empregos na burocracia estatal que decorrem de amizade, relações partidárias ou de parentesco com chefes políticos com postos importantes no Executivo ou no Legislativo. São funções de confiança que supõem vínculos de lealdade pessoal com as lideranças mais velhas e mais poderosas, com mais tempo na vida pública. Mais do que um simples emprego no setor público (usado habitualmente para recompensar seguidores e aliados), as funções de chefia de gabinete e assessoria destinam-se frequentemente a habilitar os membros das novas gerações para o exercício do poder.[12]

Por isso, a função de assessor ou chefe de gabinete não equivale exatamente a outros empregos públicos, não importando se obtidos por indicação clientelística, por concurso ou por alguma outra forma de escolha. Contudo, na tabela anterior, os deputados que tiveram essas funções de assessoria e chefia de gabinetes foram incluídos entre os que exerceram outras funções públicas. A intenção foi manter o critério adotado para a classificação profissional ou ocupacional dos parlamentares (último emprego ou ocupação antes da obtenção do primeiro mandato) e mostrar o papel do setor público não como simples armazém de abastecimento da classe política, mas como uma oficina de preparação para a vida política.

Assim, *stricto sensu*, os políticos que ocuparam posições de chefia de gabinetes ou assessores não são funcionários do Estado. As assessorias e chefias de gabinete foram apenas uma rápida etapa preparatória para a atividade política futura a que um parente ou *protege*, geralmente bem mais jovem, vai dedicar-se ao término dos estudos, às vezes antes.

A variação do número dessas situações no interior da classe política não é um bom indicador do aumento ou declínio da importância do setor público como fonte de quadros para a política, porque não se trata de funcionários ou servidores do Estado que entram para a vida pública, mas de pré-políticos que *passam* pelo serviço público para entrar para a política. Considerando esses aspectos, se retirarmos do setor público os assessores e

[12] As funções de secretários de governos municipais ou estaduais, cargos políticos por excelência, não foram incluídas no funcionalismo público. Examinaremos, ao final desta seção, essas vias de ascensão.

os chefes de gabinete, a contribuição da burocracia estatal como um dos celeiros de abastecimento da classe política representada na CD brasileira baixa para 80 casos (15,6%) e 90 (17,5%), nas duas legislaturas, respectivamente.

Essas observações não significam que todas as atividades de assessoria e chefia de gabinetes sejam preparatórias para a vida pública. É possível, em muitos casos, que essas funções e outras equivalentes sirvam de recompensa a companheiros, servidores, parentes ou amigos que compõem o séquito de um chefe político, sem que essas pessoas tenham pretensão de tentar uma carreira política e, consequentemente, de serem futuros competidores do chefe. São formas de recompensa de membros do círculo de apoio e não de preparação de futuros políticos.

Assim, as finalidades das funções de chefias de gabinete e assessorias pessoais são variadas. Em alguns casos, servem para a preparação dos herdeiros dos patriarcas de parentelas de políticos, fornecendo-lhes um apoio financeiro enquanto completam os estudos e possam tentar um mandato logo depois da obtenção de um diploma de nível superior. Em outros casos, destinam-se mais a recompensar o séquito de apoio ao partido ou, mais comumente no Brasil, ao chefe político. Algumas vezes, os assessores podem ter qualificação profissional elevada, mas, sem vocação ou capacidade para a vida política, ficam satisfeitos onde estão.

As funções de chefias de gabinete ou de assessoria estão na fronteira entre atividades administrativas e políticas, compondo uma equipe técnica e política (e às vezes um círculo de amizade) que os chefes políticos, quando ascendem, levam consigo para novas funções. Essas atividades configuram um tipo de profissional que pode ser definido, apesar de o emprego ser pago pelo Estado, como assessores políticos pessoais que circulam em torno do poder e passam de um cargo para outro aos azares dos resultados eleitorais.

Esse tipo de profissional tende a existir em toda parte, variando apenas seu número e os controles da opinião pública sobre seu uso. A profissionalização da atividade política e a complexidade da administração pública contemporânea aumentaram a importância e o número desses assessores, sem os quais os chefes políticos têm dificuldade para atuar e encontrar algum tipo de resposta para as múltiplas questões especializadas que a política contemporânea põe na arena pública.

Entre nós, o uso do aparelho estatal para fins políticos, em comparação a países com maior transparência e vigilância sobre seus representantes, envolve uma relação de patronagem, de clientelismo e de fidelidade de cunho pessoal e apartidário. Os chefes políticos, como aparece quase todos os dias nos meios de comunicação, usam e abusam da administração pública como forma de distribuição de benefícios seletivos e recompensas individuais por serviços políticos pessoais que lhes são prestados, mas que não pagam do próprio bolso. (Não estamos considerando os casos de nepotismo e as ações destinadas a "arrumar a vida" de parentes.)

A utilização do aparelho estatal para fins partidários, porém, é prática geral, utilizada em toda parte como uma espécie de prêmio concedido sem alarde aos partidos vencedores, um direito de colonização do aparelho estatal e de seu loteamento entre os companheiros. Seria equivocado considerar que essa prática "só acontece entre nós".[13]

Mas voltemos ao exame do grupo de parlamentares que vieram do setor público. Em termos quantitativos, depois dos que exerceram funções de chefia de gabinete ou de assessores, vem o subgrupo dos que tinham sido diretores de autarquias e diretores de bancos estatais, cargos da alta burocracia que também dependem de relações político-partidárias. O número de ex-diretores de bancos estatais (federais e estaduais juntos) caiu de 13 para dez casos,[14] o que novamente conta a favor da diminuição da presença das classes altas na CD.

A região que possui a maior proporção de políticos vindos do setor público (assessores e chefes de gabinete incluídos) é o Nordeste, seguido do Sudeste, ambos com mais de um quarto de casos. Como indica a tabela seguinte, houve aumento da porcentagem de ex-funcionários no Nordeste,

[13] O cientista político italiano Angelo Panebianco entende, no seu monumental estudo sobre as organizações partidárias da Europa ocidental, que, em muitos casos, se tem "funcionários de partido camuflados": "Mais do que verdadeiros empregos, trata-se frequentemente de 'sinecuras' que permitem ao militante dedicar-se quase em tempo integral à política, mas sem onerar o orçamento do partido com seu salário" (p. 430). *Modelos de Partido. Organización y Poder en los Partidos Políticos* (Madri: Alianza Editorial, 1990 [1 ed. italiana, 19821). No Brasil, os vínculos de dependência e lealdade provavelmente são mais fortes com a pessoa do chefe político do que com o partido como organização. Mas podem existir, principalmente nos partidos de esquerda.

[14] Na verdade, o número de ex-diretores de bancos *federais* era muito pequeno: dois casos na 51ª Legislatura e dois na 52ª.

Sudeste e Centro-Oeste e diminuição no Sul. No Norte, a porcentagem permaneceu praticamente a mesma.[15]

Tabela 12: Setor público por região

Região	N	N
Norte-65 cadeiras	13(20%)	14(21,5%)
Nordeste-151 cadeiras	40(26,5%)	44(29,1%)
Sudeste-179 cadeiras	35(19,6%)	47(26,3%)
Sul-77 cadeiras	9(11,7%)	8(10,4%)
C.-Oeste-41 cadeiras	6(14,6%)	8(19,5%)
Total na CD	103(20,1%)	121(23,6%)

Antes de encerrar a parte referente ao setor público como fonte de recrutamento político, vale a pena trazer uma informação geral sobre as relações simbióticas entre a ocupação de setores do Estado e a carreira política. Na Tabela 13, que indica os níveis do funcionalismo de onde veio grande parte dos deputados das duas legislaturas, não constou o número de políticos que exerceram, *antes de vencer alguma eleição*, alguma função no setor público decorrente de nomeação ou indicação partidária. Referimo-nos às indicações políticas legítimas para altos cargos no governo como ministros (poucos casos) e secretários de governo (a imensa maioria). Quase todos os dados levantados referem-se a cargos ocupados *antes* da eleição para um primeiro mandato. Deixamos de lado os ocupados *depois* que os deputados tinham sido eleitos para algum mandato.[16]

Tabela 13: Cargos políticos antes da primeira eleição

Cargos Políticos	51ªLegislatura	52ªLegislatura
	N	N
No gov. federal	12	13
No gov. estadual	68	71
N gov. municipal	59	65
Total de deputados	126	135

Obs.: O número de funções públicas exercidas é maio que e de deputados porque vários tiveram mais de uma função.

[15] As diferenças entre as regiões ficarão mais significativas quando examinarmos conjuntamente o grupo dos assessores e chefes de gabinete e o grupo dos que iniciaram a vida profissional pela atividade política remunerada.

[16] Na 51ª Legislatura, houve oitos casos (num total de 135 deputados) em que não conseguimos ter certeza do momento da ocupação de um dos cargos, se antes ou depois da primeira eleição. Na 52ª Legislatura, houve seis casos assim (num total de 127).

No total, na 51ª Legislatura, foram 126 deputados (24,6% da CD) que ocuparam algum posto em governo municipal, estadual ou federal *antes* do primeiro mandato: na 52ª. foram 135 (26,3%). São funções de governo que indicam uma aproximação com a vida política antes da primeira eleição vitoriosa, ou seja, uma iniciação na vida política decorrente da ocupação de uma função na administração pública. Na imensa maioria das vezes, trata-se de secretarias estaduais ou municipais. Na CD da 51ª Legislatura, em 127 casos, os deputados ocuparam o cargo de secretários municipais ou estaduais (24,7%). Na 52ª,o mesmo ocorreu em 136 casos (26,5%).

Tal como nos casos dos assessores e chefes de gabinete, as secretarias são distribuídas por razões políticas pelos chefes dos Executivos, ou seja, governadores e prefeitos. Como já observamos, a nomeação para esses postos foi *anterior* à obtenção de um primeiro mandato pelos ocupantes desses postos. Entre a indicação e a obtenção de um mandato eletivo, correu certo lapso de tempo, em geral anos. Não se trata, pois, de uma situação igual à dos assessores e chefes de gabinete que ocuparam essas funções por um tempo curto e daí saíram para disputar um mandato, geralmente no poder Legislativo.

Essas funções de secretários de governo envolvem fortemente um aspecto administrativo e político: por um lado, requerem certa competência e capacidade técnica e, por outro, ajudam a tornar familiar a figura dos ocupantes dos cargos e ajudam na obtenção de apoio no interior da própria classe política. Mas é difícil calcular, em comparação com outros trunfos, qual a importância relativa desses cargos para o êxito eleitoral posterior. Trata-se de uma via de qualificação política que não passa pelas portas de entrada habituais. Mais especificamente: pelo uso de recursos financeiros, por sindicatos, por associações de classe, pelo movimento estudantil, por alguma ONG, pela atividade partidária, pela popularidade obtida em outros campos profissionais (meios de comunicação de massas, pregação religiosa, proezas esportivas, prestígio intelectual, chefia de movimentos reivindicatórios etc.).

Esses cargos são valorizados não apenas em razão de vantagens materiais, lícitas ou ilícitas. Ocorre que eles colocam seus ocupantes em posição privilegiada para a disputa de um mandato. Os que fazem parte dos círculos políticos mais íntimos sabem bem das renhidas disputas *intramuros* que costumam preceder a nomeação para uma dessas funções, disputas que frequentemente acabam vazando para as ruas e expondo as fraturas

partidárias internas. O exame da lista dos nomes que vieram a ocupar posteriormente posições de destaque na política brasileira, tendo passado antes por secretarias de governo, sugere que o exercício dessas funções desempenha um papel importante para alargar e alicerçar as ambições políticas subsequentes.

Ocorre que a ocupação desses cargos executivos já significa colocar um pé na classe política, um primeiro passo para a ascensão a patamares mais altos dos escalões do poder. Mas talvez o lucro político mais importante decorrente da passagem por uma secretaria de governo venha da maior familiarização com o mundo político, da construção de uma rede de apoio que vem da prestação de favores aos chefes locais, da distribuição de recursos seletivos e coletivos para cabos eleitorais e para uma clientela mais ampla de simpatizantes que favoreça a continuidade do projeto político.

A distribuição dos partidos pelos quais se elegeram os deputados que foram secretários é ampla e partidariamente variada. Sua tabulação nos pareceu inútil porque os resultados se correlacionariam fortemente com o número de municípios e Estados controlados por determinada legenda ao longo de muitos anos. Além disso, a tabulação poderia estar muito contaminada pelas sucessivas mudanças de legenda. O controle de um viés dessa natureza exigiria um tempo que não compensaria o resultado. Adiantamos apenas que a grande maioria dos deputados que tiveram cargo público importante por indicação política antes de eleitos vem, como é lógico, dos grandes partidos, basicamente do PFL, do PMDB e do PSDB, que controlaram um número mais elevado de administrações públicas.

O magistério

Tal como na 51ª Legislatura, os professores (ou os ex-professores) formam o quarto maior grupo de ocupações e profissões na Câmara eleita em 2002.[17] No conjunto, entre os deputados que vieram do magistério, não houve modificação relevante entre as duas legislaturas: foram 81 casos na CD eleita em 1998 (15,8%) e 86 (16,8%) na eleita em 2002, crescimento de

[17] Foram incluídos no grupo dos professores (ou ex-professores) os deputados que foram docentes de instituições públicas ou privadas, dos ensinos fundamental e médio, do ensino superior e de cursinhos. Já os proprietários de estabelecimentos de ensino foram incluídos no grupo dos empresários.

6,2%, mas que vem somar-se às outras pequenas mudanças que vão na direção da "popularização" da composição social da Câmara e, ao que tudo indica, do sistema político brasileiro.[18]

Os parlamentares que vieram do magistério superior, público ou privado, são ampla maioria no bloco dos ex-docentes na CD. São sessenta casos na 51ª (11,7%) e 61 na 52ª (11,9%), fato indicativo de que, em comparação com seus colegas de nível inferior, os que vieram do ensino superior possuem mais trunfos para a entrada e ascensão na política brasileira: redes de apoio familiar e político, recursos financeiros, visibilidade social, acesso aos meios de comunicação de massas, postos no aparelho de Estado que facilitam a carreira política etc. Apesar disso, o forte crescimento do grupo dos professores veio dos níveis inferiores. No cotejo entre as duas eleições, o número de deputados vindos do ensino médio e fundamental público aumentou de nove para 17, quase dobrou, fato que novamente vai a favor do aumento do espaço da classe média na CD.

Tabela 14: Professores por setor e nível de ensino

Setor de ensino	**51ªLegislatura**	**52ªLegislatura**
	N	N
Superior público	37(45,7%)	34(39,5%)
Superior privado	23(28,4%)	27(31,4%)
Colegial público	5(6,2%)	10(11,6%)
Colegial privado	3(3,7%)	3(3,5%)
Fundamental público	–	1(1,2%)
Fundamental privado	–	–
Cursinho público	1(1,2%)	–
Cursinho privado	2(2,5%)	3(3,5%)
En. fund.e/ou médio (rede pública)	4(4,9%)	6(7,0%)
Sem identificação	6(7,4%)	2(2,3%)
Total de professores	81(100%)	86(100%)

[18] O pessoal docente, nos países latinos principalmente, tem forte tradição de ativismo político. Na França, a presença de professores foi bem maior do que no Brasil. Em 1981, um deputado em cada três vinha do magistério. "A expressão 'República dos professores' não era, portanto, exagerada", como diz Mattei Dogan em seu ensaio "Les Professions Propices à la Carrière Politique. Osmose, Filières et Viviers", em: Michel Offerlé (org.), *La Profession Politique. XIXe.-XXe. Siècles* (Paris: Belin, 1999), p. 180.

Dissemos que o aumento da proporção de professores no interior da CD, ainda que pequeno, pode ser tomado, de modo geral, como mais um indicador do aumento do espaço ocupado pelas classes médias na política. Mas convém relativizar essa avaliação, que, em vários casos, pode não ser correta. Na realidade, quando não se tem outros dados sobre renda e patrimônio dos políticos que eram professores e sobre o tipo de instituição educacional em que estavam empregados (ensino superior ou elementar, rede pública ou privada, principalmente), a avaliação do *status* social apenas com base na definição profissional de "professor" (constante dos perfis biográficos dos deputados) requer ao menos duas observações restritivas.

A primeira vem das próprias diferenças existentes no interior dessa categoria profissional: docentes das grandes universidades, por um lado, e docentes do ensino elementar público, por outro, por exemplo. Os primeiros, numa separação esquemática, poderiam ir para classe média alta ou mesmo alta, embora não necessariamente milionária; os segundos, para a classe média baixa. É para esses que a aquisição de uma cadeira na CD significa ascensão social mais pronunciada.

A segunda observação vem do fato de a atividade docente poder ser exercida com outras, frequentemente mais rendosas, como a medicina ou a advocacia, o que eleva a renda do "professor", pois o magistério é uma das ocupações que com mais facilidade pode ser exercida concomitantemente com outras, como a advocacia, medicina e o emprego no setor público.[19] A atividade docente em universidades importantes, que não impeça a manutenção de funções públicas elevadas (por exemplo, professor numa faculdade de direito e juiz; atividade médica com consultório particular e professor numa faculdade de medicina), situa os que conseguem conjugar as duas atividades no grupo de classe alta, ou mais exatamente na facção da classe alta de elevado capital intelectual, social e cultural, em alguns casos levando esses profissionais liberais para o grupo das pessoas de altíssimo

[19] Para fins de tabulação, todas as profissões ou ocupações exercidas foram assinaladas. Na 52ª Legislatura, houve 34 casos de deputados que, antes de entrar para a política, acumulavam o magistério com outras ocupações. Não foi possível identificar, na 52ª Legislatura, dois casos de parlamentares que declararam apenas "professor" como profissão, sem que fosse possível localizar o nível do magistério. Na 51ª Legislatura, houve o mesmo em seis casos.

capital econômico. A dupla atividade profissional amplia as bases potenciais de captação de votos e aumenta a legitimidade e a qualificação para entrar "por cima" na classe política.

Desse modo, essas qualificações profissionais, e provavelmente intelectuais e culturais, tendem a fazer desses profissionais de atividade múltipla "personalidades" importantes cuja adesão a um partido é procurada para valorizá-lo. São figuras que correspondem aos antigos "notáveis" das fases que antecedem a política de massas e que, justamente por sua notabilidade, tendem a ficar menos dependentes de um partido e de um sindicato profissional. Podem ter, portanto, uma entrada que os cientistas políticos classificam de lateral. Já para os professores do ensino elementar e da rede pública, de *status* social muito mais baixo, a militância sindical (e também partidária) dificilmente pode ser dispensada como trampolim de entrada para a vida pública.

Desse modo, a presença de ex-professores na CD só é efetivamente um bom indicador de popularização do corpo político quando se focalizam os deputados que vieram do ensino público fundamental e colegial e, especialmente, dos que tinham apenas a atividade docente como ganha-pão. (No caso da pesquisa, trata-se dos deputados que, em sua biografia, indicaram apenas o magistério como profissão.)

Tendo-se essas observações como pano de fundo, os dados sobre valor do patrimônio dos deputados que vieram do magistério indicam que os ex-professores têm geralmente patrimônio modesto, ao menos antes de entrar para a classe política.[20] Como salientamos, na 52ª Legislatura encontramos 17 casos de deputados que foram professores da rede pública do ensino fundamental ou médio. Desses, 13 declaram apenas a docência como atividade profissional. Considerando-se a existência de uma única

[20] Na pesquisa sobre a composição sócio-profissional da Câmara eleita em 1998, 44% dos deputados vindos do magistério estavam na faixa de baixo patrimônio (menos de R$ 200 mil); 24% na de médio-baixo (de R$ 200 mil a menos de R$ 500 mil); 27% na de médio-alto (de R$ 500 mil a R$ 2 milhões) e 4% na de alto patrimônio (mais de R$ 2 milhões). No outro extremo, 38% dos deputados vindos do setor empresarial estavam na faixa de alto patrimônio, e somente 7%, na faixa de baixo patrimônio. Os 6% de profissionais liberais que tinham patrimônio elevado eram também empresários. (Os valores patrimoniais referem-se ao ano de 1997.) Ver Leôncio Martins Rodrigues, *Partidos, Ideologia e Composição Social* (São Paulo: Edusp, 2002), p. 89.

fonte de renda e os baixos salários no ensino público fundamental e médio, provavelmente esses deputados poderiam ser situados sociologicamente num dos segmentos de classe média baixa, com alguma inconsistência de *status:* escolaridade relativamente elevada e renda baixa. Trata-se de uma combinação que, em geral, ocasiona incongruência de *status* e predispõe ao radicalismo político.

Não por acaso, 11(65% do total de ex-docentes do setor, ensino fundamental ou médio) haviam sido eleitos pela legenda do PT e um pelo do PC do B. Todos foram sindicalistas antes de serem eleitos pela primeira vez para um cargo eletivo.[21] Na legislatura anterior, eram nove casos, aumento que novamente vai a favor da confirmação da popularização da classe política brasileira.[22]

Por fim, mais uma observação sobre a participação regional do grupo de parlamentares que tinham sido professores. Tal como exposto na tabela seguinte, não existe relação entre as variáveis "proporção de ex-docentes nas bancadas regionais" e variáveis socioeconômicas. Observando-se a proporção de deputados que foram professores nas bancadas de cada grande região, nota-se que no Sudeste cerca de 20% da bancada estava composta por políticos que iniciaram sua carreira vindos do magistério. Mas o Sudeste é suplantado pelo Centro-Oeste, onde os ex-professores chegaram a pouco menos de 29% da bancada regional nas eleições de 2002.

Por outro lado, o Nordeste, que possui péssimos indicadores de desenvolvimento socioeconômico, tem quase a mesma proporção de ex-professores do que o Sul. Em outros termos: nesse nível de agregação dos colégios eleitorais estaduais, não se percebe uma linha que relacione a maior ou menor participação de ex-professores com níveis de

[21] Todos os cinco casos de deputados que foram professores do ensino fundamental e médio da rede pública *sem outra atividade profissional* tinham baixo patrimônio pessoal, segundo declaração aos tribunais eleitorais de seus Estados para as eleições de 1998. São estes os casos: Gilmar Machado (MG), Iara Bernardi (SP), Professor Luizinho (SP), todos reeleitos em 2002 pelo PT. A eles deve-se acrescentar: Eduardo Seabra (AP), eleito pelo PTB, e Paulo Baltazar (RJ), eleito pelo PSB. Quase não seria necessário enfatizar que não estamos associando dimensão de patrimônio com maior eficiência, padrões éticos ou qualquer outra característica negativa ou positiva dos que estão na vida política.

[22] Na França, no começo do século 20, os professores da rede pública se dividiam entre o Partido Radical e o Partido Socialista. Em meados desse século, entre o Partido Socialista e o Partido Comunista (Manei Dougan, op. cit., p. 179).

desenvolvimento econômico e social. Nossa hipótese aqui é que as variações nas dimensões dos grupos ocupacionais e profissionais nas bancadas regionais têm relações mais fortes com os resultados eleitorais obtidos pelos diversos políticos que vêm do setor de ensino.[23]

Tabela 15: Professores por região

Região	**51ªLegislatura**	**52ªLegislatura**
	N	N
Norte-65 cadeiras	13(20%)	11(16,9%)
Nordeste-151 cadeiras	14(9,3%)	16(10,6%)
Sudeste-179 cadeiras	36(20,1%)	37(20,7%)
Sul-77 cadeiras	8(10,4%)	10(13%)
C.-Oeste-41 cadeiras	10(24,4%)	12(29,3%)
Total na CD	81(15,8%)	86(16,8%)

Conclusão

Em conjunto, os quatro grandes grupos profissionais e ocupacionais — empresários, profissionais liberais, funcionários do setor público e professores — formam, de longe, os principais celeiros de abastecimento da classe política brasileira. São atividades profissionais muito diferentes entre si, mas que têm em comum horários flexíveis e controle do próprio tempo de trabalho (às vezes, poucas horas), proporcionando mais tempo para reuniões, conchavos, contatos com potenciais eleitores, cabos eleitorais e políticos, formação de uma rede de apoio (aí incluída a obtenção de suporte financeiro), militância pessoal em alguma associação ou organização de representação de interesses. Além disso, os que exerciam essas profissões encontram mais facilmente apoio corporativo (sindicatos e associações profissionais, especialmente) indispensável para os que vêm das classes

[23] Uma investigação mais acurada dessas relações causais necessitaria preliminarmente desagregar as grandes regiões pelos Estados que as compõem e investigá-los individualmente, uma vez que as circunscrições eleitorais estaduais são bem diferentes entre si, como é o caso na região Sudeste, de São Paulo, por um lado, e Espírito Santo, por outro. Diferenças entre Rio de Janeiro e Minas Gerais são também muito pronunciadas, como aliás acontece entre quase todas as unidades da Federação que compõem as grandes regiões. Contudo, o esforço para localizar as correlações entre a importância de certas categorias profissionais e ocupacionais na CD e as características socioeconômicas dos respectivos colégios eleitorais nos afastaria demasiadamente do objeto desta pesquisa.

médias ou trabalhadoras e não dispõem de recursos financeiros para o financiamento de uma campanha.

O tipo de trampolim para a profissão política, obviamente, varia de acordo com os trunfos individuais de cada candidato: classe social, profissão, idade, sexo, religião, etnia etc. Do ponto de vista institucional, pode ser um sindicato patronal ou de empregados, uma associação esportiva, um diretório estudantil, uma ONG de defesa da natureza, de uma minoria (mulheres, homossexuais, etnia etc.), enfim, qualquer entidade que legitime a pretensão do futuro político de pedir voto como futuro representante do setor, ou seja, apoio para a conquista de um mandato de representante do povo.

Em princípio, as chances de aumento do número de deputados originários de um dado meio são tanto maiores quanto maior o número dos membros desses meios sócio-ocupacionais que estão postulando um cargo eletivo, quer dizer, de candidatos potenciais. Portanto, a presença de deputados originados dos quatro grandes grupos socioprofissionais destacados acima pode advir do simples fato da existência de grande número de pessoas dessas ocupações nas listas de candidatos apresentados pelos partidos aos eleitores, um dado quantitativo que, *se todos os demais fatores forem iguais*, eleva a probabilidade de encontrar mais empresários, profissionais liberais, professores e funcionários públicos no grupo dos políticos profissionais.

São essas, pois, atividades que, além da flexibilidade de horários de trabalho e de certas qualificações educacionais, elevam as chances de chegar à "Casa de Todos os Brasileiros". É possível também, de um ângulo mais psicológico, que sejam ocupações e profissões que despertem mais ambições de participação na vida política, quer dizer, de comando e poder. Muitas outras variáveis são, nesse aspecto, heuristicamente relevantes, mas deixaremos para examiná-las mais tarde, quando tivermos avançado na descrição do perfil das bancadas das 51ª e 52ª Legislaturas e mostrado a contribuição de outros segmentos profissionais na constituição da classe política brasileira.

3. Fontes secundárias de recrutamento político

Como vimos, a representação parlamentar não reflete, nem de longe, a composição social da sociedade. A variável quantitativa é importante somente entre as profissões e ocupações que qualificam mais adequadamente seus membros para a atividade política, ou seja, quando há conjunção de uma variável quantitativa com outras qualitativas. Há ocupações pouco numerosas no mercado de trabalho, mas que são super-representadas nos organismos políticos. O fator quantitativo desfavorável é compensado por outros que proporcionam certos trunfos para a aquisição do *status* de representante do povo e do vocativo "Vossa Excelência".[1] Comecemos com os profissionais dos meios de comunicação, algumas vezes designados como "comunicadores" pelo tipo de atividade que envolve profissionais da palavra, da escrita e da imagem.

Comunicadores

Depois dos deputados dos quatro grandes grupos de profissões e ocupações de onde veio a maioria dos deputados das duas legislaturas examinadas, seguem-se os deputados que eram jornalistas, radialistas, locutores e apresentadores de TV, isto é, os especialistas da comunicação comercial. Juntos com os advogados, professores, pastores e sindicalistas, formam tipicamente a ala dos profissionais da palavra e da escrita,

[1] Esses meios sócio-profissionais, não será demais lembrar, são uma construção relativamente arbitrária que serve aos objetivos de uma pesquisa e de verificação de uma ou mais hipóteses. Portanto, o número e a natureza desses meios podem variar. Mas não indefinidamente. Os limites de variação e de construção das categorias podem sofrer um processo de aproximação por meio de múltiplas subdivisões que permitem "olhar cada vez mais de perto" cada grupo e subgrupo. Por exemplo: a categoria dos profissionais liberais poderia ser subdividida em advogados, médicos, engenheiros, farmacêuticos, etc. Com algum esforço, seria possível acrescentar subdivisões a essas categorias (advogado trabalhista, por exemplo), além de associá-las a variáveis de outra natureza (por exemplo: advogados trabalhistas recém-formados de São Paulo). No limite, as categorias profissionais podem-se fragmentar até se reduzirem a número mínimo de casos individuais, chegando quase a uma situação em "cada caso é um caso". Mas, então, a própria noção de meio de recrutamento perderia sentido como fator causal e indicativo de orientações dos sujeitos.

atividades que desenvolvem ou aprimoram a arte da oratória e do convencimento, essencial para a ascensão na política. Além disso, não seria necessário dizer, trata-se de profissões — especialmente as de radialistas e/ou apresentadores de TV — que permitem a popularização rápida e ampla do nome e da imagem no eleitorado.

É fácil imaginar que os custos financeiros das suas campanhas sejam menores. O próprio trabalho profissional serve para tornar o candidato conhecido de um grande número de eleitores potenciais, em especial entre os dos segmentos que habitualmente são menos interessados pelas questões políticas, como os de baixa escolaridade, as donas-de-casa das classes baixas etc. Com a possível exceção dos jornalistas que são de fisionomia menos conhecida, os comunicadores, em virtude da própria atividade profissional, já são pessoas populares, conhecidas dos potenciais eleitores que com eles tendem a estabelecer vínculos de empatia. Entram na competição numa situação de vantagem.

O número de deputados que integrou a categoria de comunicadores na CD não é grande, embora certamente bem elevado se comparado ao número desses profissionais no mercado de trabalho. Trata-se de um subgrupo que variou pouco entre as duas legislaturas: 33 deputados na 51ª e 28 na 52ª, respectivamente 6,4% e 5,5% da CD. O subgrupo dos radialistas e locutores compreendia 14 deputados nas duas legislaturas, entre os quais cinco pastores nas duas legislaturas. Já o número de deputados que foram jornalistas (atividade que não tem o mesmo potencial de popularização proporcionado pelo rádio e pela TV) declinou de 15 para sete.

Além desses casos de locutores, radialistas e proprietários de meios de comunicação, na 51ª Legislatura 24 deputados *declararam* que são donos, sócios ou diretores de estações de rádio ou de canais de TV Na 52ª Legislatura, o número baixou para vinte. Mas outras pesquisas indicam que o número de canais de TV e de estações de rádio concedidos a políticos é muitas vezes mais elevado. De fato, é um dos grandes instrumentos de barganha do poder Executivo com o poder Legislativo, pois, como se sabe, os canais de TV e estações de rádio — importantes instrumentos de promoção política — são concessões governamentais.[2]

[2] Segundo levantamento de 2005 de autoria do professor Vinício de Lima, do Núcleo de Estudos sobre Mídia e Política da UnB, com base em dados da CD e do Ministério das

Mas a proporção de deputados vindos do setor de comunicação seria 15% menor se não fosse a presença de pastores evangélicos que eram (ou são ainda) radialistas ou locutores de rádio. Na 51ª Legislatura, no grupo dos comunicadores, havia cinco pastores que se declaram também radialistas/locutores e dois que disseram ser proprietários ou sócios de estação de rádio ou TV, portanto, sete pastores ligados aos meios de comunicação.[3] Na 52a, quatro pastores declararam ser donos ou sócios de rádio e de TV e sete disseram ser radialistas ou apresentadores de TV.[4]

Quase a metade dos casos de comunicadores eleitos em 1998 e 2002 veio da região Sudeste, proporção maior que a de cadeiras que cabem a essa região na CD (aproximadamente 35%). Foi basicamente o aumento do número de pastores da Igreja Universal do Reino de Deus (Iurd) eleitos em 2002 que elevou a proporção de deputados incluídos na rubrica "comunicadores".

Comunicações, 51 parlamentares seriam concessionários de uma ou mais estações de rádio e TV. De acordo com o autor, 13 seriam do PMDB, oito do PFL, sete do PP e sete do PL. PSDB, PSB e PTB teriam cada um quatro deputados (fonte: *Congresso em Foco*, 30/11/2005). Por outro lado, a tabulação realizada por nós com dados da mesma fonte indicou a seguinte distribuição percentual de deputados concessionários de TVs por região: Nordeste, 47%; Sudeste, 25%; Sul, 18%; Centro-Oeste, 2%. Piauí e Bahia, cada um com cinco parlamentares, lideram os Estados com mais deputados com concessões desses meios de comunicação. Segundo levantamento feito pela *Folha de S.Paulo* (6/7/2001), os políticos controlariam 24% das TVs do país, ou, mais precisamente, 24% das 250 concessões de TVs comerciais então existentes.

[3] Trata-se dos deputados De Velasco (Prona-SP), Marcos de Jesus (PTB-PE), Pastor Oliveira Filho (PP-PR), Pastor Valdeci (PSDB-RJ), Pastor Paulo José Gouveia (PTB-RS), Bispo Rodrigues (PFL-RJ), Bispo Wanderval (PTB-SP).

[4] Nesse grupo de proprietários, sócios, locutores de rádio ou TV estão incluídos os pastores: Almir Moura (PL-RJ); Bispo Rodrigues (Carlos Rodrigues) (PL-RJ), Bispo Wanderval (Wanderval Santos), (PL-SP), Heleno Silva (PL-SE), João Batista (PFL-SP), Jorge Pinheiro (PMDB-DF), Marco de Jesus (PL-PE), Oliveira Filho (PL-PR), Pastor Paulo Gouveia (PL-RS), Pastor Reginaldo (Reginaldo Germano, PFL-BA), Vieira Reis (PMDB-RJ).

Tabela 16: Comunicadores por região em cada legislatura

Região	51ªLegislatura	52ªLegislatura
Norte-65 cadeiras (12,7%)	3(4,6)	5(7,6)
Nordeste-151 cadeiras (29,4%)	5(3,3)	5(3,3)
Sudeste-179 cadeiras (34,9%)	16(8,9)	12(6,7)
Sul-77 cadeiras (15%)	4(5,2)	4(5,2)
C.-Oeste-41 cadeiras.(8%)	5(12,2)	2(4,9)
Total	33(6,4)	28(5,5)

Profissões religiosas: os pastores na política

As considerações acima levam-nos ao exame sociológico do grupo dos pastores na Câmara dos Deputados.[5] À primeira vista, poderia parecer estranho incluir a atividade de "pastor" na relação das profissões ou ocupações. Ocorre que os que são pastores, bispos ou ministros evangélicos e ganham (ou ganhavam) a vida dessa atividade definem-se profissionalmente desse modo.[6] Esse grupo profissional não deve ser confundido com o dos deputados que são evangélicos, mas têm outra profissão ou ocupação, quer dizer, não são pastores.

[5] Dissemos "exame sociológico" porque os aspectos políticos e programáticos da atuação dos pastores (e de outras categorias profissionais e ocupacionais) estão fora dos objetivos deste livro.

[6] Entendendo sua atividade como uma profissão, um grupo de pastores, em começos de 1999, criou um sindicato, o Simeesp (Sindicato de Ministros Evangélicos e Trabalhadores Assemelhados do Estado de São Paulo). Em abril daquele ano, o Simeesp foi reconhecido pelo Ministério do Trabalho. O presidente da nova entidade, pastor José Lauro Coutinho, da Assembleia de Deus, seguindo o modelo corporativo brasileiro, indicou o Sindicato das Instituições Beneficentes Filantrópicas e Religiosas do Estado de São Paulo como representante do lado patronal. Reconhecido pelo Ministério do Trabalho, o Simeesp obteve o direito de receber a contribuição sindical. Um projeto já havia sido desenvolvido por um grupo de sindicalistas evangélicos ligados à CUT visando à obtenção de verba do FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador). Em meio a dissensões no meio evangélico sobre a nova entidade, em junho o então ministro do Trabalho, Francisco Dornelles, retirou o reconhecimento provisório do Simeesp. Mais e melhores informações estão em Newton Caskill, "Estrutura Política e a Mobilização de Líderes Religiosos: O Caso do Simeesp e do Conselho de Pastores do Estado de São Paulo", em Joanildo A. Burity e Maria das Dores Machado (orgs.), Os *Votos de Deus. Evangélicos, Política e Eleições no Brasil* (Recife: Fundação Joaquim Nabuco/Massangana, 2006).

Na CD resultante da eleição de 1998, os parlamentares que compõem o grupo das "profissões religiosas" totalizava 18: 16 pastores, bispos ou ministros de denominações evangélicas (daqui para a frente, por facilidades de expressão, designados apenas como *pastores)* e mais dois padres.[7] Na legislatura eleita em 2002, o número de pastores passou para 26. O número de padres permaneceu o mesmo.[8] Dos 26 pastores eleitos em 2002, cerca de 80% são da Iurd e da Assembleia de Deus. Os pastores de outras denominações não obtiveram êxito equivalente (Quadro 1).[9]

Quadro 1: Pastores por igreja

52ª Legislatura	
Igreja	N
Iurd	12(46,2%)
Assembleia de Deus	9(34,6%)
Batista	1(3,8%)
Outras	5(15,4%)
Total	26(100%)

A atividade profissional mais frequentemente associada à de pastor é a de radialista/locutor ou dono/sócio/ou diretor de TV e/ou de rádio (frequentemente as duas se confundem). Nas duas legislaturas que estamos examinando, sete e 11 parlamentares respectivamente, que se declararam pastores (por profissão), disseram também ter vínculos com os meios de comunicação de massas, basicamente TV e rádio.

Os deputados-pastores distribuem-se por várias siglas, mas preferentemente pelos partidos de direita. Contudo, entre os dois pleitos,

[7] Segundo o critério de seguir os resultados eleitorais e de não considerar alterações posteriores, o deputado Reginaldo Germano (PP-BA) não foi incluído na relação dos pastores da 51 ª Legislatura porque assumiu como suplente o mandato de deputado federal.

[8] Trata-se dos deputados Padre José Linhares Ponte (PP-CE) e Luiz Couto (PT-PB). O padre Roque (Roque Zimmerman, PT-PR) licenciou-se no final do mandato da 51ª Legislatura para ocupar o cargo de secretário de Estado do Trabalho e Emprego e Promoção Social no Estado do Paraná. Para evitar o viés da agregação de duas atividades religiosas diferentes num mesmo grupo profissional, os deputados que declararam "padres" como profissão foram para o grupo de "outras profissões". O grupo das profissões religiosas inclui, pois, apenas os pastores, bispos ou ministros das denominações evangélicas.

[9] No Senado, os evangélicos passaram de dois para quatro representantes: o Bispo Marcelo Crivela (PL-RJ), Paulo Octávio (PFL-DF), Benedita da Silva (PT-RJ) e Magno Malta (PL-ES).

houve alterações nas legendas de direita que elegeram mais pastores. Na 51ª Legislatura, o PTB foi a legenda pela qual mais pastores chegaram à CD (seis casos). Seguem-se o PP, com cinco, e o PFL, com três. Nesse pleito, nenhum pastor elegeu-se pelo PL. Nas eleições de 2002 para a 52ª, porém, o PL superou, de longe, os demais em número de pastores em sua legenda: 11 (42%) dos 26 pastores eleitos chegaram à CD pelo PL. O PTB, com três deputados, partilhou o segundo lugar com o PFL e o PMDB. De todo modo, as siglas de direita continuaram a ser as preferidas pelos pastores, apesar de que três se elegeram por legendas de esquerda (dois pelo PSB e um pelo PTB).

Tabela 17: Pastores por legenda

Direita	**51ªLegislatura**	**52ªLegislatura**
PTB	6	3
PP	5	2
PFL	3	3
Prona	1	–
PL	–	11
Subtotal	15	19
Centro		
PMDB	–	3
PSDB	–	1
Subtotal	–	4
Esquerda		
PSB	–	2
PDT	1	1
Subtotal	1	3
Total	16	26

Chama a atenção o espaço conquistado pelos pastores na legenda do PL entre as duas eleições. Por um lado, o grande aumento de deputados pentecostais eleitos pelo PL pode ser resultado de uma preferência dos pastores que concorriam a deputado por essa legenda e não apenas da força política de alguns candidatos que teria levado à eleição grande número de seguidores da Iurd. Para a CD, considerando-se apenas os cinco principais partidos preferidos pelos políticos dessas igrejas, o PL foi o que teve o maior número de *candidaturas* evangélicas (28), seguido pelo PSB do governador Garotinho (19), PSDC (14), PSL (13) e do PT do B. Maria das

Dores C. Machado observa que o PL atraiu maior número de candidatos da Iurd, enquanto o PSB, então legenda do governador Garotinho, foi o partido que mais atraiu os candidatos da Assembleia de Deus e dos batistas.[10]

A aliança com o PT provavelmente trouxe mais candidatos pentecostais para a legenda do PL. Ocorre que os pentecostais, especialmente a partir de 2000, foram deixando de lado sua orientação fortemente antagônica ao PT. Este, por sua vez, aproximou-se dos pentecostais, da Iurd principalmente, cujos votos passaram a ser essenciais na disputa para a Presidência da República e outros cargos de disputa majoritária.[11]Alguns pesquisadores das religiões entendem que por trás do acordo PT-PL de 2002, além da intenção manifesta de mostrar aos empresários que o candidato Lula e o PT eram políticos nos quais poderiam confiar, havia o interesse de conseguir, no segundo turno, os votos dos fiéis da Iurd.

Essa interpretação encontra fundamento no apoio dado a Lula pelo então Bispo Rodrigues (vice-presidente nacional do PL e coordenador político da Iurd) e no seu empenho em trazer outras igrejas evangélicas para o Bloco Evangélico Pró-Lula:[12] "-Temos a obrigação de entrar de cabeça na campanha do Lula", declarou o Bispo Rodrigues. A opção por Lula teria sido decidida não apenas pela cúpula do PL, mas também pela da Universal.[13] Joanildo Burity viu nas eleições de 2002 o estabelecimento de uma nova estratégia de um protestantismo maciçamente pentecostal: operar no plano do poder executivo com uma candidatura nacional (a de Anthony Garotinho), ao lado de uma aliança eleitoral (a chapa Lula e José Alencar) que, apesar de se tratar de dois partidos, claramente teria sido um pacto entre um partido e uma igreja (a Universal do Reino de Deus).[14]

[10] Maria das Dores Campos Machado, "Evangélicos e as Eleições de 2002 no Rio de Janeiro: As Disputas pelo Poder Legislativo em Perspectiva", em Joanildo A. Burity e Maria das Dores C. Machado (orgs.), op. cit (nota 6), p. 106.
[11] Na verdade, todos os candidatos, em 2000, passaram a cortejar o eleitorado evangélico.
[12] Alexandre Brasil Fonseca, *Religion and Democracy in Brazil (1998-2001): A Study of the Leading Evangelical Politician* (no prelo), *apud* Ari Pedro Oro, "A Igreja Universal e a Política", em Joanildo A. Burity e Maria das Dores Machado, op. cit., p. 138.
[13] Ari Pedro Oro, op. cit.
[14] "Religião, Votos e Instituições Políticas: Notas sobre os Evangélicos nas Eleições de 2002", em Joanildo A. Burity e Maria das Dores C. Machado, op. cit., p. 176.

A aliança, formal ou informal, entre petistas e pentecostais, apesar das diferenças ideológicas, aproxima duas forças políticas vindas de fora dos círculos políticos dominantes e das classes altas. Os perfis sociais dos pastores, bispos e ministros, detectados pelos níveis de escolaridade, sugerem, para a maioria desse grupo, uma origem familiar de classe baixa, ou média baixa, que pode ser percebida na análise do grupo de pastores das duas legislaturas que estamos examinando (Tabela 18).A comparação entre as bancadas indica, por um lado, aumento da escolaridade média e declínio da proporção dos que tinham curso superior. O número dos que só tinham completado o ensino médio passou de três para quatro; o dos que tinham curso superior *incompleto* aumentou de um para seis. Esses aumentos decorrem, em parte pelo menos, do crescimento do número de pastores, que passou de 17 para 26. Em termos percentuais, nesse nível de instrução, houve queda de 66,7% para 50,0%, embora, em números absolutos, a diferença seja apenas de um caso. Nesse ponto, essas mudanças vão no sentido de outras que indicam popularização da representação política na CD.

Tabela 18: Escolaridade dos pastores

Níveis de escolaridade	**51ªLegislatura**		**52ªLegislatura**	
	N	%	N	%
Até o ensino fundamental completo	1	6,7	1	4,5
Até o ensino médio completo	3	20	4	18,2
Até o ensino superior completo	1	6,7	6	27,3
Ensino superior	10	66,7	11	50
Mestrado	0	–	0	–
Doutorado	0	–	0	–
Base de cálculo	15	100	22	100
Sem informação	1	–	4	–

Note-se que não há nenhum deputado-pastor com mestrado ou doutorado. Mas essa ausência não deve surpreender. Em primeiro lugar, o número de casos é baixo, o que diminui bastante a probabilidade de encontrar alguém com essas titulações fora da academia; em segundo lugar, a existência de títulos de mestrado e doutorado tende a ocorrer principalmente entre os deputados que vieram das profissões liberais e do magistério. Para outros setores profissionais e ocupacionais, diplomas de mestrado e doutorado são de menor valia para a carreira. Mesmo deixando

de lado os títulos de pós-graduação, as tabulações das distribuições dos deputados-pastores mostram níveis de escolaridade mais baixos do que os do conjunto da CD.

Para não sobrecarregarmos excessivamente os leitores com tabelas, mas sem querer deixar de oferecer alguns dados, cotejamos os níveis de escolaridade do conjunto da CD com o dos pastores. Mas tomamos apenas a 52ª Legislatura, na qual o número de pastores é mais elevado do que na 51ª. Trata-se de uma comparação que, do ângulo de níveis de escolaridade, favorece os pastores porque os níveis da 52ª são mais baixos do que os da anterior.

Tabela 19: Níveis de escolaridade — CD e pastores

52ªLegislatura				
Escolaridade	CD		Pastores	
	N	%	N	%
Até o primeiro grau completo	12	6,7	1	4,5
Até o segundo grau completo	44	20	4	18,2
Superior incompleto	50	6,7	6	27,3
Superior completo	318	67,4	11	50,0
Mestrado	28	6,0	–	–
Doutorado	18	3,7	–	–
Base de cálculo	470	100	22	100

Obs.: Da base de cálculo da CD, a fim de evitar dupla contagem, foram retirados os deputado que eram pastores. Para os cálculos dos dois grupos foram retirados também os casos para os quais não obtivemos informação sobres escolaridade.

À primeira vista, as diferenças entre os níveis de escolaridade dos pastores em comparação com os dos demais deputados parecem irrisórias. A proporção de pastores com curso superior completo é de 50% contra 67,4% na CD. Mas, para fins de adequado cotejo, cumpre levar em conta os 9,7% dos membros da CD que tinham mestrado e doutorado, quer dizer, que tinham curso superior completo. Somada aos 67,4 % de deputados com esse nível de instrução, a porcentagem de deputados na CD com curso superior completo chega a 77,1% contra 50% dos pastores. Esse resultado, novamente, vai a favor de outros que são indicativos das origens mais populares dos pastores.

Mas cursos e diplomas de nível superior, por si sós, não são indicação segura de *status* se não se leva em conta o tipo de curso e de

estabelecimento de ensino. Cumpre, assim, recorrer também a outros indicadores. Em virtude do pequeno número de casos existentes em outras igrejas evangélicas, vamos examinar com mais detalhe apenas os pastores-deputados da Iurd e os da Assembleia de Deus. São 12 casos da primeira e nove da segunda. Os dados sugerem um recrutamento político-religioso dessas igrejas basicamente nas classes populares ou na classe média baixa.

No caso da Iurd, se não contarmos o curso de Teologia (dois deputados), entre os pastores eleitos em 2002, somente dois tinham curso superior completo (de Economia) efetuados em instituições que não compõem o circuito das grandes universidades do país. Cinco não tinham ido além do ensino médio completo, incluindo aqui um deputado que começou, mas não terminou um curso superior (Leo Reginaldo Germano indica Direito incompleto com data de 2004 – ele já estava eleito, por isso não foi aqui computado). Já o Bispo Wanderval, no repertório da 51ª legislatura, indica primário incompleto e agora — 2003 — declara Direito incompleto (foi computado pela primeira indicação, seguindo a regra de levar em consideração o momento antes da eleição).

Entre os cursos profissionais apontados estão: Técnico Agrícola (1), Contabilidade (1) e Auxiliar de Enfermagem (1), áreas profissionais procuradas principalmente pelas camadas das classes médias baixas, cujas famílias não têm recursos financeiros para arcar com o custeio dos estudos dos filhos em cursos superiores que possibilitem carreiras futuras de mais prestígio e rentabilidade.

Além disso, reforça a hipótese das origens populares dos pastores as ocupações que alguns tiveram antes de entrar para a vida religiosa e política. Entre essas atividades profissionais estão várias que requerem habilitação profissional média, como auxiliar de escritório, enfermagem, corretor imobiliário, bancário, técnico agrícola, auxiliar de administração, técnico em eletrônica, motorista de táxi, carteiro e outras equivalentes.

Chama a atenção, por outro lado, o fato de todos os pastores da Iurd terem declarado algum vínculo com a TV ou com o rádio, como sócios, locutores ou radialistas, o que não acontece com os pastores da Assembleia de Deus. Nessa denominação, houve apenas uma indicação de relacionamento com os meios de comunicação. O fato é indicativo da importância que a mídia assume nas campanhas políticas dos seguidores de

Iurd. Na realidade, tendo em conta os seus meios sociais de origem, os pastores da Iurd dificilmente conseguiriam entrar na vida pública diretamente pela Câmara dos Deputados se, ao lado da ação religiosa, não houvesse a atividade de radialista ou locutor de programas religiosos no rádio e na TV. Assim, na ausência de outros trunfos para a captação de votos, o trampolim de ascensão política dos pastores vem de duas atividades importantes do ponto de vista do êxito eleitoral, que se interpenetram: a de pastor e a de radialistas/locutor/apresentador de programas de TV, geralmente da Rede Record, função exercida por todos os deputados que eram pastores, bispos e ministros da Iurd eleitos em 2002.

No grupo de deputados que são pastores da Assembleia de Deus, a ligação com o rádio ou a TV pareceu bem mais fraca do que entre os pastores das Iurd: apenas um deputado dessa denominação registrou, entre as suas atividades profissionais, a de diretor do programa *Cristo no* Lar, da Rádio Clube de Salvador.[15] Por outro lado, o exame das profissões e ocupações dos deputados da Assembleia Deus indica um *status* social um pouco mais elevado do que entre os das Iurd. Entre as profissões e ocupações mencionadas pelos deputados que são pastores da Assembleia de Deus, houve três menções à profissão de empresário, duas à de técnico de contabilidade, duas à de delegado de polícia, uma à de servidor público e uma à de professor, essa exercida por muito curto período. Outros dois deputados informaram apenas “pastor” como profissão.

Chama a atenção, na relação das profissões, a ausência de exprofissionais liberais, principalmente de médicos, advogados, e de professores (um caso, função que, exercida por apenas dois anos, não foi incluída no grupo de professores da CD).[16] Ocorre que não há, nas duas

[15] Deputado Milton Barbosa (PFL-BA).

[16] Trata-se do deputado Takayama (Hidekazu Takayama), de Rolândia, no Paraná, atualmente no PMDB, porém eleito pelo PTB para a legislatura federal de 2003-2007. O deputado Takayama definiu-se profissionalmente como professor, empresário e ministro evangélico da Assembleia de Deus. A atividade no magistério secundário em Irai (PR) durou pouco tempo (1972-1974). O deputado iniciou, mas não concluiu o curso de Ciência na Universidade Católica, em Passo Fundo (RS) (1972-1973). Mais tarde, começou um curso de Letras, na UFPR, (1975-1976) em Curitiba, mas não chegou a terminá-lo. Um dos seus currículos na CD indica que iniciou sua carreira política elegendo-se pela primeira vez para a Câmara de Vereadores de Curitiba (1989-1993) pelo PMDB. Depois teria se elegido duas vezes deputado estadual no Paraná para as seguintes legislaturas; 1996-1999 e 1999-2002, os

denominações religiosas, pastores com formação nessas áreas profissionais. Entre os parlamentares da Assembleia de Deus, dois declararam apenas Teologia como curso superior, e um, Teologia e Contabilidade. Somente dois terminaram um curso superior além dessas matérias.

O número de deputados que eram pastores da Assembleia de Deus é muito baixo para uso estatístico (nove casos). Mas queremos assinalar que, entre os pastores dessa igreja, cinco conseguiram eleger-se diretamente para a CD, quer dizer, começaram por cima, sem carreira política anterior. Outros quatro, porém, começaram mais de baixo: três como vereadores e outro como deputado estadual. Os da Iurd saíram-se um pouco melhor: dos seus 12 pastores eleitos em 2002, nove estrearam diretamente como deputados federais e somente três tiveram carreiras locais: dois como vereadores e um como deputado estadual. Vários fatores podem ajudar a compreender o melhor desempenho dos pastores da Iurd com relação aos da Assembleia de Deus, mas muito provavelmente os da Iurd foram favorecidos pelos vínculos com os meios de comunicação.[17]

A análise das profissões e níveis de escolaridade do grupo dos pastores das duas igrejas pentecostais mais importantes é indicativa da extração popular da maior parte dos pastores eleitos para a CD. O exame de suas biografias indica que se trata de um grupo em processo de mobilidade ascensional vindo de fora das camadas dominantes e das elites políticas tradicionais. Reforça a tese, para o caso da Assembleia de Deus, o fato de que dos nove pastores, oito nasceram em cidades do interior do país. (O que nasceu numa capital veio de Boa Vista, Roraima, cidade que, no momento, não pode ser incluída no rol dos grandes centros urbanos.) Do ângulo regional, quatro nasceram no Nordeste, três, no Norte, um, no Centro-Oeste, e um, no Sul.

dois mandatos pelo PFL. Em seguida, elegeu-se deputado federal para a legislatura de 2003-2007, pelo PTB. Atualmente está no PMDB. Em princípio, teria sido uma carreira política de inicio local. Acontece, contudo, que num dos perfis biográficos da CD elaborado em maio de 2006 não consta o mandato de vereador e o primeiro mandato de deputado estadual (fonte: CD).

[17] Segundo Ronaldo R. M. de Almeida, a entrada dos pentecostais na televisão de modo mais expressivo, na década de 1980, ocorreu sob influência dos "pregadores eletrônicos" norte-americanos. "A Universalização do Reino de Deus", *Novos Estudos Cebrap,* nº 44, março de 1996.

Não é assim para os pastores da Iurd, "mais urbanizados": seis nasceram em grandes capitais (cinco no Rio de Janeiro, um no Recife) e seis, em cidades do interior. Seis eram do Sudeste, quatro, do Nordeste, um, do Sul, um, do Centro-Oeste. Obviamente, cidades de nascimento não definem a origem social, mas aqui essa variável se une a outras que reforçam as hipóteses sobre as origens populares da maior parte dos pastores que chegaram à CD.

A expansão dos pentecostais

O crescimento dos pastores na CD decorre de um movimento de mudança no mapa religioso brasileiro, que é a retração do catolicismo e a expansão das igrejas evangélicas, especialmente as pentecostais da Iurd e da Assembleia de Deus. Esse fenômeno teve consequências no plano político, levando ao grande crescimento da chamada "bancada evangélica" na Câmara dos Deputados e em outros órgãos legislativos. Faremos uma breve referência ao crescimento do número de pastores e de evangélicos na CD baseando-nos em estudos de outros pesquisadores da sociologia das religiões. A intenção é chamar a atenção para as consequências na composição social da CD.

Os estudiosos dos fenômenos religiosos — basicamente das denominações pentecostais — mostram que elas atraem principalmente pessoas vindas das camadas pobres, de baixa escolarização e, principalmente, marginalizadas e desamparadas, que perderam seus laços de sociabilidade e de identidade ao migrarem para o mundo urbano e localizarem-se nas periferias, ou nas áreas centrais decadentes das grandes cidades.

No caso dos fiéis da Igreja Universal do Reino de Deus, 63% ganham menos de dois salários mínimos e 28%, entre dois e cinco salários. No caso da Assembleia de Deus, as porcentagens são, respectivamente, 62% e 30%.A Iurd tem as maiores porcentagens de pessoas pobres, de baixa escolaridade e de cor negra. Cinquenta por cento teriam menos de quatro anos de escolaridade, e 85% não passaram do ensino elementar. Do ponto de vista étnico, a Universal e a Assembleia de Deus têm 36% e 34%,

respectivamente, de brancos, o restante sendo formados por pardos e negros — mais pardos do que negros — nas duas igrejas.[18]

A caracterização dos pentecostais feita pelo *Atlas da Filiação Religiosa e Indicadores Sociais* no Brasil vai na mesma direção: os pentecostais localizam-se principalmente na periferia imediata ao município central das regiões metropolitanas. "Os níveis de remuneração são muitos baixos, uma vez que recebem basicamente até três salários mínimos. [...] Em matéria de educação, se caracterizam por um nível muito elementar, uma vez que os fiéis possuem, sobretudo, cursos de alfabetização de adultos, antigo primário e primeiro grau".[19] Por isso, Fernandes considera que "o crescimento notável dos evangélicos decorre, sobretudo, de escolhas feitas pelos pobres".[20]

A pobreza, o baixo nível de escolaridade e outras características dos fiéis pentecostais (como sentimento de ilegitimidade, de insegurança e de perda de identidade social, características essas ligadas à migração para grandes metrópoles) têm sido apontados pelos pesquisadores.[21] Para essa população, os que são chamados às vezes de neopentecostais dirigem uma atividade de tipo assistencialista, que atende também pessoas pobres de outras crenças e que pode servir de base eleitoral para apoios políticos.[22]

Além da existência do voto dos fiéis, os pastores e bispos que se lançam à vida política contam com uma estrutura de apoio material e

[18] Os dados são de Rubens César Fernandes (coord.), Leandro Piquet Carneiro, Cecília Mariz e Clara Mafra, *Novo Nascimento:* Os *Evangélicos em Casa, na Igreja e na Política* (Rio de Janeiro: Mauad, 1998), p. 23.
[19] César Romero Jacob et al., *Atlas da Filiação Religiosa e Indicadores Sociais no Brasil* (São Paulo/Rio de Janeiro: Loyola/Editora PUC, 2003), p. 40.
[20] Rubens César Fernandes et al., op. cit., p. 24.
[21] Pesquisa efetuada por Ronaldo de Almeida numa favela de São Paulo (Paraisópolis), onde cerca de 80% dos moradores eram nordestinos, mostrou o papel da religião e das igrejas pentecostais na formação de novas redes de sociabilidade e de solidariedade que atraem as pessoas em estado de maior vulnerabilidade, como constata o autor. "Os nordestinos no Nordeste são católicos, enquanto no Sudeste tendem a se tornar evangélicos." "Religião na Metrópole Paulista", *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 49, nº 56, outubro de 2004, p. 21.
[22] Ver a pesquisa de Maria das Dores Campos Machado sobre a atuação política dos neopentecostais nas eleições para a Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro e a importância das práticas clientelísticas utilizadas pelos candidatos ligados à Assembleia de Deus e à Universal do Reino de Deus, op. cit.

humano, para não falar de recursos financeiros arrecadados por suas igrejas, os "dízimos".[23] Referindo-se à Universal, escreve Ricardo Mariano: "Durante as eleições, os templos exibem faixas com o nome e o número dos candidatos oficiais da igreja. Pastores e bispos pedem abertamente votos para eles do alto do púlpito. Obreiros distribuem 'santinhos'. Suas emissoras de rádio e TV fazem propaganda eleitoral, convidando seus candidatos, por exemplo, para participar de entrevistas em programas `jornalísticos''.[24]

Os pastores e candidatos evangélicos são apoiados ainda por uma rede de TV e de rádios, a cuja importância para obtenção de um mandato fizemos menção no exame das profissões dos pastores na CD. A Universal, entre outros empreendimentos, controla três redes de TV: Record, Família e Mulher.[25] Com um eleitorado semicativo composto por uma população evangélica que não tem parado de aumentar, com apoio de recursos financeiros de doações variadas,[26] com uma rede de TV e rádios e com

[23] Em princípio, o dízimo corresponderia a 10% da renda individual dos fiéis, mas alguns não contribuem e outros contribuem acima dessa porcentagem. De modo geral, a contribuição sobe com a renda individual e varia segundo a igreja. Conforme indica a pesquisa de Rubens César Fernandes et al. com evangélicos do Rio de Janeiro, 23% dos crentes incluídos na amostra que tinham renda inferior a dois salários mínimos não tinham contribuído, enquanto cerca de 30% tinham feito uma contribuição igual ao valor do dízimo. Informações mais detalhadas sobre o assunto em Fernandes et al., op. cit.
[24] Ricardo Mariano, *Neopentecostais* (São Paulo: Loyola, 1999), p. 91.
[25] Na comparação com os políticos de outras religiões, o controle de uma rede de comunicações, como vimos, conferiu aos neopentecostais da Iurd uma grande vantagem no esforço de popularização de seus candidatos. Essa vantagem foi potencializada com a aquisição da Rede Record de TV pela Igreja Universal. Comentando os efeitos do uso da televisão na pregação pentecostal, Ronaldo R. M. de Almeida nota a superioridade obtida por essa denominação diante dos políticos que se dirigem a um eleitorado em que a religião não é uma clivagem significativa, como acontece, por exemplo, com a grande maioria dos que se declaram católicos: "A concessão de participar dessa arena política de forma autônoma — possibilitada aos partidos políticos somente nos horários eleitorais gratuitos — colocou a Igreja Universal num patamar distinto do restante dos evangélicos ao poder realimentar, pela Rede Record, sua participação nas esferas de poder" (Ronald R. M. Almeida, "A Universalização do Reino de Deus", *Novos Estudos Cebrap,* nº 44, mar. de 1996, p. 18).
[26] 67 No dia 16 de julho de 2005, o deputado João Batista Ramos da Silva, do PFL, bispo da Igreja Universal do Reino de Deus, foi detido pela Polícia Federal no Aeroporto de Brasília com sete malas contendo R$ 10,2 milhões que seriam contribuições (dízimos) de fiéis a

auxilio de uma militância voluntária que se assemelha à dos partidos de mobilização política, o sucesso do empreendimento político-eleitoral dos evangélicos (dos neopentecostais principalmente) foi amplo e rápido.

A Iurd não limitou sua atuação aos empreendimentos exclusivamente religiosos. "Nas mãos da Igreja Universal, a TV Rio foi tratada antes de tudo como um negócio que precisa se auto-sustentar e dar lucro", diz Ronaldo Mariano.[27] Nessa linha, "demonstrando agudo senso empresarial", a Igreja Universal não restringiu seus negócios à televisão. Além da Record, a Iurd possui, entre outras coisas, o Banco de Crédito Metropolitano, trinta emissoras de rádio no Brasil, duas gráficas, a gravadora Line Records, uma editora, uma produtora de vídeo, uma fábrica de móveis, dois jornais e outros tantos imóveis espalhados por 47 países de todos os continentes".[28]

Os fiéis pentecostais da Iurd, embora não se liguem a nenhum partido (e talvez por isso mesmo), costumam descarregar seus votos nos candidatos indicados por suas igrejas. Segundo resultado de pesquisa efetuada em 1994, com 1.332 entrevistas na região metropolitana do Rio de Janeiro — o Estado menos católico do Brasil—, 95% dos pentecostais da Universal descarregam seus votos nos candidatos da própria igreja,[29] que tende a estreitar seus vínculos com o PL. Em alguns Estados, a aproximação é forte. Segundo a pesquisadora Júlia Miranda, no Ceará, os candidatos membros da Iurd são todos do PL: "No estado do Ceará torna-se cada vez mais difícil dissociar Igreja Universal do Reino de Deus e Partido Liberal".[30]

serem transportados a bordo de um jatinho particular. Em razão do acontecido, o bispo-deputado foi logo em seguida expulso do PFL.

[27] Op. cit., p. 19.

[28] *jornal do Brasil*, 25/12/1995, apud Ronaldo Mariano, op. cit., p. 19.

[29] Rubem César Fernandes et ai., op. cit., p. 125.

[30].Mia Miranda, "Nós, Vocês e Eles: Os Desafios de Uma Convivência (In)Desejada", em Joanildo B. Burity e Maria das Dores Machado, op. cit., p. 149. Contudo, o relacionamento da Iurd com o PL parece ameaçado pelo surgimento do novo partido, cujas possibilidades de concretização, no momento em que escrevemos [maio de 20061 não são muito perceptíveis. Em março de 2006, o TSE registrou o 28º partido brasileiro, o Partido Republicano Brasileiro (PRB), que viria a substituir o Partido Municipalista Renovador (PMR), patrocinado pelo Bispo Crivella, senador pelo Rio de Janeiro, e pelo deputado federal José Divino. Os pentecostais da lurd passariam a contar, então, com um partido que seria de esquerda. Mas esses projetos estão ainda no papel e talvez daí não saiam diante da nova lei eleitoral que estabelece uma cláusula de desempenho de 5% dos votos apurados (nulos e

A aceleração do avanço dos evangélicos começou com a eleição para a Assembleia Nacional Constituinte e depois foi impulsionada pelo rápido progresso dos pentecostais. Estes subiram de dois deputados, na eleição anterior, para 18 parlamentares na de 1986 para a Assembleia Nacional Constituinte. No total dos evangélicos, 33 foram eleitos.[31] Na avaliação de Ricardo Mariano e Antônio Flávio Pierucci, foi o "marco histórico da imersão dos evangélicos na política", posteriormente acentuado com o apoio à candidatura Collor na eleição presidencial de 1989.[32]

Segundo Ari Pedro Oro, a Igreja Universal criou um novo método de fazer política ao adotar uma "candidatura oficial". Um recenseamento do eleitorado potencial, quer dizer, dos membros e fiéis, é realizado e submetido à cúpula da igreja para decidir quantos candidatos podem ser lançados em cada circunscrição eleitoral. "Dependendo da eleição, ela distribui os candidatos conforme o bairro, cidades ou regiões para serem apoiados separadamente pelas várias igrejas locais [...]. A escolha dos candidatos é prerrogativa única e exclusiva dos dirigentes regionais e nacionais da Igreja. [...] Não há nenhuma consulta democrática aos membros das igrejas locais. Estes recebem, no momento, oportuno, o(s) nome(s) que devem apoiar. Muitas vezes, trata-se de pessoas pouco conhecidas pelos 'irmãos de fé'. Isso, entretanto, não inviabiliza suas eleições".[33]

Mas há diferenças entre as igrejas pentecostais. Ari Pedro Oro observa que na Assembleia de Deus a cúpula indica os candidatos, mas dá aos fiéis liberdade para votar em que desejarem.

O êxito eleitoral dos neopentecostais não é alheio ao recuo da influência da Igreja Católica e à persistente diminuição da população católica no Brasil. Pesquisa divulgada pela Conferência Nacional dos

brancos excluídos), além de outras exigências, sem o quê os partidos não contarão com certos benefícios.

[31] Ricardo Mariano e Antônio Flávio Pierucci, "O Envolvimento dos Pentecostais na Eleição de Collor", *Novos Estudos Cebrap*, nº 34, nov. de 1992, p. 93.

[32] Ibidem, p. 93.

[33] "A Política da Igreja Universal e Seus Reflexos nos Campos Religioso e Político Brasileiros", *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 18, n. 53, out. de 2003, p. 53. Ricardo Mariano, op. cit., p. 92. Mais informações em Paul Freston, *Protestantes e Política no Brasil: da Constituinte ao Impeachment*, 1993. Tese de doutorado defendida no Instituto de Ciências Humanas da Unicamp.

Bispos do Brasil (CNBB) em agosto de 2005 indicou que nos últimos cinco anos a porcentagem de católicos no país caiu de 73,9% para 67,2%. A mesma pesquisa mostrou, confirmando estudos anteriores, que aproximadamente 60% dos que abandonaram o catolicismo aderiram às denominações pentecostais.[34]

Os evangélicos eram, no ano de 2000, estimados em cerca de 26 milhões, ou seja, 15% da população brasileira. Entre as várias denominações evangélicas, os pentecostais totalizavam cerca de 18 milhões nesse mesmo ano. No conjunto, os evangélicos passaram de 2,6% da população em 1940 para 15% em 2000.[35]

Foi basicamente com apoio dessa população pobre que se constituiu um tipo novo de liderança política que, embora não pareça significar uma manifestação política *autônoma* dos pobres, atua para favorecer a popularização da classe política brasileira. Esse novo ator, que tenta romper a hegemonia da Igreja Católica, combina na arena eleitoral velhas práticas clientelísticas e assistenciais com um estilo mais agressivo e "moderno", em que a televisão e o rádio, além da propagação da fé, servem de trunfos eleitorais.

A presença dos pentecostais na política brasileira tem sido algumas vezes avaliada como um reforço das posições conservadoras no sistema político, especialmente em razão da oposição intransigente a certos "modernismos" na área das questões dos costumes e valores, como direito ao aborto, liberdade sexual, casamento entre pessoas do mesmo sexo, uso de células-tronco, clonagem e outros experimentos genéticos.

São questões controvertidas, que levam a diferentes interpretações. Uma avaliação dura das bandeiras das igrejas pentecostais encontra-se em Flávio Pierucci. Para esse sociólogo pesquisador das religiões no Brasil, trata-se de uma "nova direita cristã" defensora da família tradicional e adversária de "modernismos" dos costumes (feminismo, movimento *gay*,

[34] O *Estado de* S. *Paulo,* 11/8/2005, José Maria Mayrink, "Pentecostais São o Grupo que mais Atrai Católicos no País", p. A18.
[35] Informações mais detalhadas em César Romero Jacob et al., op. cit. Antônio Flávio Pierucci, "Bye Bye, Brasil — O Declínio das Religiões Tradicionais no Censo 2000", e Ricardo Mariano, "Expansão Pentecostal no Brasil: o Caso da Igreja Universal", ambos em *Estudos Avançados,* vol. 18, nº 52, set./dez., 2002, *Dossiê Religiões no Brasil*.

liberação dos contraceptivos abortivos etc). Essa nova direita seria também um novo populismo. Com seu conservantismo cultural, assinala Pierucci, "essa direita religiosa, bíblico-fundamentalista e moralista, tem a vantagem de fazer contactos mais imediatos, mais profundos e mais persuasivos com as massas inseguras e assustadas do que outras formações ou linhagens de direita mais secularizadas".[36]

Outros vêem a ascensão dos protestantes e pentecostais de modo mais positivo. Para Freston, por exemplo, boa parte da mídia busca desqualificá-los como atores legítimos no campo religioso e no campo político. Uma das razões, mas não a mais importante, seria porque vêem a Iurd como concorrente. Mas a razão principal, de acordo com Freston, viria do fato de que os pentecostais são "pobres que se expressam autonomamente".[37]

O trabalho de Freston, que contém um excelente estudo do protestantismo no Brasil é, contudo, de começos da década de 1990, mas encontra apoio nas mudanças na orientação política dos pentecostais decorrentes da aliança da Universal com o PT e do apoio que essa igreja prestou posteriormente ao governo Lula. O denominador comum entre o PT e a igreja, como indica Ari Pedro Oro, foi o discurso pela ética na política. Um exemplo citado pelo pesquisador foi o comparecimento do então Bispo Rodrigues ao programa eleitoral do PT em Porto Alegre, apoiando Lula no segundo turno e "enaltecendo a 'ética em governar' desse partido".[38]

A bancada evangélica

O exame dessas diferenças, assim como do conteúdo religioso, das formas de manifestação de fé e de outras características das muitas denominações evangélicas, como já dissemos, não é objeto desta pesquisa. O ponto que interessa aqui é *a ascensão dos pentecostais como fator de popularização da classe política brasileira.*

[36].Antônio Flávio Pierucci, "Representantes de Deus em Brasília: A Bancada Evangélica na Constituinte". *Ciências Sociais Hoje* (São Paulo, 1989), p. 116-17.
[37] Paul Freston, op. cit., p. 278.
[38] Ari Pedro Oro, "A Política da Igreja Universal e Seus Reflexos nos Campos Religioso e Político Brasileiros". *Revista Brasileira de Ciências Sociais,* vol. 18, nº 53, out. de 2003, p. 63.

Há consenso na avaliação de que o número de evangélicos vem aumentando no interior da classe política. Mas há divergência quanto ao número exato até mesmo para as últimas legislaturas.

Por exemplo: o Diap estimava, logo após as eleições de 2002, que a bancada dos evangélicos — composta pelos parlamentares que professam a fé segundo a doutrina de uma das igrejas evangélicas — contava com aproximadamente 50 deputados.[39] Outras fontes falam em 56 evangélicos.[40] O jornal O *Globo (13/10/2002)* apontava 48 evangélicos em 2002 na CD e quatro no Senado. Pelo *site* da Câmara Federal (22/8/2005), no entanto, seriam 58 deputados evangélicos espalhados em 14 partidos.

Em 2003, os deputados evangélicos, embora repartidos por várias legendas, criaram a suprapartidária Frente Parlamentar Evangélica. Em fins de novembro de 2004, a Frente realizou, em Brasília, a 1ª Conferência Nacional Evangélica. Declarou contar entre seus membros 55 deputados e quatro senadores: Paulo Octávio (PFL-DF), Marcelo Crivella (PL-RJ), Magno Malta (PLES) e a senadora Marina Silva (PT-AC), atualmente ministra do Meio-Ambiente e afastada do Senado.[41]

Mais recentemente, o jornal O *Estado de S. Paulo,* numa longa matéria assinada por Roldão Arruda, trazia a relação nominal dos parlamentares evangélicos por denominação. A matéria contou 54 deputados e três senadores (em exercício), divididos em nove denominações religiosas e nove partidos.[42]

Combinando os dados de O *Estado de* S. *Paulo,* de outras fontes e de nosso levantamento realizado por meio dos perfis biográficos, localizamos, com algum grau de segurança, 54 deputados na 52ª Legislatura, distribuídos pelas seguintes denominações: Assembleias de Deus, 20 deputados; Iurd, 17; Igreja Batista, seis; Igreja Evangélica Quadrangular, quatro; Igreja

[39] Diap. *Radiografia do Novo Congresso — Legislatura* 2003-2007, out. de 2005.
[40] *Carta Capital,* 30/3/2005, ano XI, nº 335.
[41] Fonte: *site Brasil Presbiteriano,* 1º de abril de 2005.
[42] Roldão Arruda, "Na Câmara, Tropa Protege Império da Comunicação", O *Estado de S.Paulo,* 17/7/2005, p. A11. A lista de O *Estado de S. Paulo* não incluiu três parlamentares eleitos como titulares — o Bispo Rodrigues (PL-RJ), Bispo Wanderval (PL-SP) e o pastor Jorge Pinheiro (PL-DF) — e incluiu três suplentes que foram excluídos de nossa relação, porque estamos trabalhando apenas com os titulares.

Luterana, dois; Igreja Presbiteriana, dois; Sara Nossa Terra, um; Primeira Igreja Batista, um; Igreja Internacional da Graça, um.

Desse universo de deputados *evangélicos* excluímos os que eram *pastores* (analisados anteriormente). Ficaram apenas os *evangélicos que tinham outras profissões.* Assim, as próximas tabelas referem-se exclusivamente aos deputados evangélicos que *não* são pastores. São 28 casos.

Nesse grupo, aumenta um pouco o número de deputados que não eram da Iurd e da Assembleia de Deus, denominações que predominam entre os *pastores* (80,8%). (Ver Tabela 18, página 73.) Essas duas denominações declinam para 57,1% entre os evangélicos não-pastores, enquanto ganham um pouco mais de espaço os deputados da Igreja Batista (cinco) e os de outras denominações muito minoritárias (Igreja Luterana, Primeira Igreja Batista, Igreja Evangélica Quadrangular).

Quadro 2: Deputados evangélicos por igreja (pastores excluídos)

52ª Legislatura	
Igreja	N
Assembleia de Deus	10
Iurd	6
Igreja Batista	5
Igreja Luterana	2
Igreja Presbiteriana	2
Primeira Igreja Batista	1
Sara Nossa Terra	1
Igreja Evangélica Quadrangular	1
Total de evangélicos	28

Com a exclusão dos pastores dessas denominações, eleva-se o *status* social de origem do grupo de evangélicos. Referimo-nos aqui às fontes de recrutamento político-religioso e não à situação patrimonial atual dos deputados, aspecto cuja verificação é ainda mais difícil do que a localização das origens sociais. Mas, antes de passar à análise da composição ocupacional do grupo, cabe uma ressalva: uma vez que a proporção de donos ou sócios de meios de comunicação é maior entre os pastores da Iurd (o que aumenta o número de empresários), é provável que o patrimônio atual desses pastores seja mais elevado do que o dos evangélicos não-

pastores. Se o foco da análise fossem os níveis atuais de patrimônio, outra variável a ser levada em conta seria o número de legislaturas de cada parlamentar. Como verificamos em pesquisa anterior, o valor dos patrimônios dos deputados tende a crescer de acordo com o número de legislaturas exercidas. Por isso, para o exame comparativo do *status* dos pastores com o dos evangélicos de outra profissão, estamos nos baseando — com os erros que daí podem advir — no exame das ocupações e profissões exercidas e nos seus níveis de escolaridade.

No conjunto, as profissões e ocupações dos deputados evangélicos (pastores excluídos) indicam que dez deles (em 28) eram empresários. Por outro lado, as profissões liberais que estavam ausentes no grupo dos deputados-pastores chegam a cinco casos, número igual ao dos que tinham ocupações governamentais de nível médio ou elevado. Nesse grupo, aparecem os professores (quatro casos), profissão também ausente no grupo anterior, se excetuarmos o caso do Pastor Takayama, que já comentamos.

Mas o grupo inclui também um deputado que se classificou, no *site* da CD, como agricultor, técnico em contabilidade, comerciário e seringueiro, e que tem um início de carreira tipicamente local por ter sido eleito duas vezes vereador de uma cidade do interior do Acre. Foi classificado pelo Diap de estudante, talvez porque tenha iniciado em 2001 (mas não terminado) o curso de Educação Física na Universidade Federal do Acre.[43]

[43] Trata-se do deputado Zico Bronzeado (João Antônio Rodrigues Bronzeado, PT-AC), que fez na 52 Legislatura sua estreia na CD, mas não na política: foi eleito vereador (1993-1996), em Brasiléia (AC), pelo PDS; voltou a se eleger para a mesma função na legislatura de 1997-2000 pelo PMN. Em 2002, elegeu-se deputado federal pelo PT Foi membro do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Brasiléia entre 1988-1990. (Fonte: CD e Diap, op. cit.)

Quadro 3: Profissões dos evangélicos (pastores excluídos)

52ªLegislatura		
Profissões	N	%
Empresários urbanos	8	28,6
Empresários rurais	1	3,6
Empresários mistos	1	3,6
Total dos empresários	10	35,8
Profissionais liberais tradicionais	5	17,9
Ocupações governamentais	5	17,9
Professores	4	14,3
Comunicadores	4	14,3
Outros profissionais	1	3,6
Empreg.não-manuais em serviços	1	3,6
Técnicos	2	7,1
Trabalhadores rurais/lavradores	1	3,6
Políticos	1	3,6
Total de evangélicos	28	121,4

Obs.: A soma das profissões é superior a 100% porque alguns deputados exerceram mais de uma profissão/ocupação.

O número de casos é pequeno para permitir generalizações, mas o exame das ocupações e profissões dos evangélicos por denominação religiosa dá algumas indicações que possibilitam levantar a hipótese de que os deputados das igrejas protestantes tradicionais vieram de meios familiares mais abonados do que os pentecostais, o que, aliás, é sugerido pelas origens dos fiéis pentecostais. Excluindo-se os pastores, entre os 12 deputados evangélicos que não pertenciam à Iurd e à Assembleia de Deus,[44] há três empresários, três professores, dois economistas e mais um advogado, um radialista, um técnico em comunicação e um deputado, já mencionado, de difícil identificação profissional, uma vez que entrou na política muito cedo.[45]

Com ou sem a inclusão dos deputados da Iurd e da Assembleia de Deus entre os que não eram pastores, o grupo dos deputados de fé evangélica com outras profissões vem de camadas mais altas do que os que

[44] Cinco da Igreja Batista, um da Igreja Evangélica Quadrangular, um da Sara Nossa Terra, dois da Igreja Luterana, dois da Igreja Presbiteriana e um da Primeira Igreja Batista.

[45] Já nos referimos, em nota anterior, a esse caso, do deputado Zico Bronzeado, que se iniciou na vida pública com cerca de 24 anos, quando se elegeu para a Câmara Municipal de Brasiléia, no Acre.

indicaram pastor como profissão. (Como já dissemos, mas convém repetir, não estamos nos referindo à situação *atual* dos dois grupos, mas às origens sociais, porque a permanência na classe política tende a elevar o patrimônio e o *status.)*

Quadro 4: Escolaridade dos evangélicos (pastores excluídos)

52ªLegislatura		
Escolaridade	N	%
Ensino fundamental incompleto	–	–
Ensino fundamental completo	–	–
Ensino médio incompleto	–	–
Ensino médio completo	5	17,9
Superior incompleto	4	14,2
Superior completo	19	67,9
Mestrado	–	–
Doutorado	–	–
Total	28	100

A avaliação dos níveis de escolaridade permite ter um pouco mais de segurança na afirmação precedente sobre as origens sociais dos que eram pastores em cotejo com os que seguiam uma religião evangélica, mas tinham outra atividade profissional.

A comparação da escolaridade entre os dois grupos favorece amplamente os deputados evangélicos que não eram pastores e reforça a hipótese de que vieram de escalões sociais mais elevados. O primeiro dado a chamar a atenção é que todos têm instrução de nível médio completo para cima. Além disso, 67,9% têm curso superior completo contra 50% dos pastores (Tabela 18, página 73). A comparação dessa variável com a do conjunto da CD (52ª Legislatura) — pastores excluídos — mostra que os níveis de escolaridade do grupo dos deputados das denominações protestantes superam os da Câmara no seu conjunto.

Quadro 5: Evangélicos por partido (pastores excluídos)

52ªLegislatura		
Partido	N	%
PFL	6	21,4
PT	4	14,3
PMDB	3	10,7
PTB	3	10,7
PDT	2	7,1
PP	2	7,1
PL	2	7,1
PSB	2	7,1
PST	2	7,1
PSL	1	3,6
PPS	1	3,6
Total de evangélicos	28	100

A mudança na composição ocupacional e nos níveis de escolaridade reflete-se no espectro ideológico, como mostrado no quadro na página seguinte. Lembremos que entre os *pastores* nenhum havia sido eleito pela legenda do PT nas duas legislaturas examinadas. Ademais, a direita era amplamente dominante. Já entre os evangélicos de outras profissões houve certo deslocamento para a esquerda. O PFL continuou como a legenda preferida (seis deputados), mas quatro evangélicos elegeram-se pelo PT. Pela classificação ideológica que estamos usando, a direita continuou dominante, mas esquerda avançou.

Quadro 6: Distribuição ideológica dos evangélicos (pastores excluídos)

52ª Legislatura	
Ideologia	N
Direita	16
Centro	3
Esquerda	9
Total	28
Total de evangélicos	28

Obs.: Direita: PFL, PP PTB, PST, PSL, Centro: PMDB. Esquerda: PT, PDT, PSB, PPS

O exame da bancada evangélica — um pouco longo, mas necessário para uma melhor visualização da composição da CD — mostrou as

diferenças nas fontes sociais de recrutamento entre, por um lado, os deputados que exercem a profissão de pastor, ministro ou bispo de alguma igreja evangélica (basicamente Assembleia de Deus e Igreja Universal do Reino de Deus) e, por outro, os que são apenas fiéis das igrejas evangélicas. Desse modo, a popularização da composição da CD deve-se aos deputados vindos das igrejas pentecostais. A comparação entre os deputados evangélicos que eram pastores e os evangélicos que tinham outras profissões indica que o crescimento ou a diminuição desses últimos tem efeitos reduzidos nos níveis de *status* social da CD.[46]

Essa observação vale mais notadamente para os deputados das denominações protestantes tradicionais, como a Igreja Batista, que claramente é preferida por deputados de classe mais alta. Imaginando uma hipótese absurda e que iria contra as tendências de popularização, se a proporção de deputados da Igreja Batista aumentasse, deveríamos esperar uma elevação do nível de escolaridade da CD. É possível que essa hipótese seja válida também para outras igrejas evangélicas de reduzida presença na CD, como a Igreja Evangélica Quadrangular, a Igreja Presbiteriana, a Primeira Igreja Batista.

Entretanto, o número de casos de parlamentares dessas denominações é muito pequeno para caracterizar socialmente os deputados dessas igrejas. No momento atual, a redução dos espaços das classes altas e dos grupos políticos tradicionais na política brasileira deve-se aos pentecostais, por um lado, e aos sindicalistas, por outro. Mas, antes de chegarmos a esses últimos, cumpre examinarmos outras categorias profissionais e ocupacionais que reforçam o peso das classes médias e populares na classe política brasileira.

"Outros profissionais"

Com esse termo, na falta de melhor, designamos as profissões e ocupações "modernas" que requerem alto nível de escolaridade (geralmente diploma de nível superior) e não fazem parte das profissões liberais mais

[46] Não estamos nos referindo aos níveis de patrimônio dos pastores, especialmente dos que têm ligações com os meios de comunicação.

antigas: advogados, médicos, engenheiros, farmacêuticos e veterinários, daqui para a frente designadas como "tradicionais".[47]

Trata-se de um grupo numericamente reduzido, que não quisemos juntar às profissões liberais tradicionais. Esse grupo praticamente não variou entre as duas legislaturas: 18 casos na 51ª e 19 na 52ª, cerca de 3,5 % nas duas CD. Estão nesse grupo, algumas "profissões modernas" de escolaridade elevada: economistas, sociólogos, geólogos, contadores, assistentes sociais e arquitetos. Na comparação entre as duas legislaturas, chama a atenção o aumento do número de economistas (seis para nove casos) e a diminuição dos sociólogos (quatro para um).

A grande maioria dos deputados desse grupo vem das regiões mais desenvolvidas: na 51ª, dez deputados foram eleitos por Estados do Sudeste e dois por Estados do Sul. Por Estados do Nordeste, apenas dois; do Norte, três, e do Centro-Oeste (DF), um. Na 52ª, a predominância dos parlamentares eleitos nos Estados mais desenvolvidos continuou: sete foram eleitos por Estados do Sudeste; seis, por Estados do Sul; cinco, por Estados do Nordeste e um por Estados do Norte. Nenhum pelo Centro-Oeste.

No interior desse grupo, entre uma eleição e outra, aumentou o número dos deputados eleitos pelos partidos de esquerda e diminuiu os de direita, que, na realidade, não eram especialmente procurados por esses profissionais de escolaridade mais elevada. A legenda que mais perdeu foi o PDSB, que caiu de oito para três, enquanto o PT passou de dois para seis. Nesse grupo de profissionais, nas eleições de 1998, o PL e o PFL ainda conseguiram eleger um deputado cada um. Nas eleições de 2002, nenhum dos deputados desse grupo profissional foi eleito por essas legendas.

[47] Em escritos anteriores já mencionados o grupo que agora denominamos "outros profissionais" foi classificado de "profissões intelectuais". Com esse termo pretendíamos distinguir um grupo de profissões e ocupações de escolaridade e educação elevadas (economistas, sociólogos, geólogos, por exemplo) que não fazem parte das profissões liberais tradicionais. À distância, entendemos que a escolha do termo "profissões intelectuais" não foi feliz. Apesar de que tivéssemos especificado, na ocasião, as categorias profissionais e ocupacionais incluídas nessa rubrica, o termo "profissões intelectuais" tendeu a fazer com que inevitavelmente se entendessem os integrantes do grupo como "intelectuais", produtores e divulgadores de ideias, o que não seria o caso da grande maioria dos deputados aí incluídos.

Tabela 20: Profissionais por partido

Direita	**51ªLegislatura**	**52ªLegislatura**
PSDB	8	3
PDT	2	1
PMDB	2	2
PT	2	6
PP	1	3
PSB	1	1
PFL	1	–
PL	1	–
PCdoB	–	1
Prona	–	1
PSD	–	1
Total	18	19

Seguindo-se ainda a classificação ideológica, observa-se, nesse grupo, uma variação semelhante à que aconteceu no conjunto da distribuição do número de cadeiras por bloco ideológico no conjunto das duas legislaturas. A esquerda avançou, devido ao espaço cedido pela direita e pelo centro, mais particularmente pelo declínio do centro.

Tabela 21: Profissionais *versus* ideologia

Ideologia	**51ªLegislatura**	**52ªLegislatura**
Direita	3	5
Centro	10	5
Esquerda	5	9
Total	18	19

Empregados não manuais em serviços

Esse grupo, com duas exceções, é composto por deputados que foram empregados em estabelecimentos bancários.[48] Em 1998 foram eleitos quatro bancários, um registrador de imóvel e um analista financeiro, total de seis casos, incluindo o falecido deputado Nelson Marchezan, apesar de seu perfil bastante atípico de funcionário de banco.[49]

Na eleição de 2002, desse mesmo grupo profissional, foram para a Câmara dez deputados: oito bancários, um analista financeiro e um registrador de imóvel.[50] Dobrou, portanto, o número de ex-bancários. A expansão veio principalmente do aumento do número de sindicalistas dessa categoria. Na legislatura de 1999-2003, foram eleitos quatro, três dos quais funcionários do Banco do Brasil; na seguinte, sete, dos quais três desse mesmo banco.

O grupo dos empregados de banco não é socialmente homogêneo. De modo um pouco mais específico, e aumentando a probabilidade de errarmos, o grupo dos que se definiram profissionalmente como bancários parece composto, de um lado, por políticos de origem mais popular e, de

[48] Estão sendo designados como bancários apenas os deputados que se declararam como tais nos seus perfis biográficos ou que tiveram emprego em estabelecimento bancários e dirigiram sindicatos de bancários. O deputado Rodrigo Maia (PFL-RJ), que foi funcionário dos bancos BMG (1990) e Icatu (1993-1997), antes de obter o primeiro mandato, declarou como profissão “analista financeiro” e não teve atividade sindical. Por isso, não foi incluído entre os bancários, mas ficou mantido no grupo dos empregados não-manuais em serviço. Na verdade, seu perfil partidário destoa do perfil típico do grupo de ex-bancários caracterizado pela filiação ao PT e cargo de direção num sindicato de bancários, além, obviamente, de emprego em estabelecimento bancário.

[49] Pelos critérios que adotamos, de classificação profissional pela última profissão efetivamente exercida antes do primeiro mandato, o deputado Nelson Marchezan — que se classificou como “advogado e bancário” — iniciou a vida profissional como funcionário do Banco do Brasil em Santa Maria (RS). Por esse critério, integraria o grupo dos bancários. Não conseguimos informação sobre a data em que começou a trabalhar no Banco do Brasil, mas seguramente foi por um período muito curto porque, aos 21 anos, elegeu-se vereador da mesma cidade pelo extinto PDC. A partir daí iniciou uma fulgurante e partidariamente variada carreira política. Elegeu-se deputado estadual (legislatura de 1963-1967) ainda pelo PDC. Voltou à Assembleia Legislativa do RS pela Arena (legislatura 1971-1975). Foi eleito deputado federal várias vezes nas seguintes legislaturas: 1975-1979, pela Arena; 1979-1983, pelo PDS; 1983-1987, também pelo PDS; 1995-1999, pelo PPR, e 1999-2002, pelo PSDB. O diploma de bacharel em ciências jurídicas e sociais foi obtido em 1964, pela Universidade de Santa Maria, depois de ter sido eleito deputado estadual. Seu currículo profissional não indica atividade profissional como advogado, motivo pelo qual não foi incluído no grupo de profissionais liberais. (Fontes: CD, *Dicionário Histórico-Geográfico Brasileiro;* Diap, *“Os ‘Cabeças’ do Congresso Nacional,* ano VI, 1999.)

[50] O analista financeiro é o deputado Rodrigo Maia, eleito diretamente para a CD em 1998 e 2002, sempre pela legenda do PFL, o que já comentamos. O registrador de imóveis é o deputado Alex Canziani, do Paraná, que começou sua carreira pública como vereador de Londrina (1989-1992 e 1993-1996), eleito duas vezes pela legenda do PTB. Nas eleições de 1998, foi para a CD também pelo PTB. Em 2002, foi reeleito deputado federal pela legenda do PSDB. Em 2003, voltou para o PTB.

outro, por políticos de *status* mais elevado, formado pelos que tinham emprego no Banco do Brasil. Coincidentemente, foram os que alcançaram posições mais importantes no PT, no sindicalismo, na política nacional e no governo Lula.

Essa diferenciação é sugerida pelo exame das seguintes variáveis: 1) ocupações e atividades profissionais exercidas antes do primeiro mandato; 2) cursos efetuados e instituições de ensino onde foram obtidos os diplomas e 3) os passos seguidos para a entrada na classe política. O estrato mais elevado — os exemplos são da 52ª Legislatura — é composto pelos deputados que foram funcionários do Banco do Brasil. Todos entraram na classe política diretamente para Câmara dos Deputados, eleitos pelo PT. Nenhum registra mudança de legenda. Com exceção do deputado José Pimentel (PT-CE), que declarou como profissão "advogado e bancário", os demais — Ricardo Berzoini (PT-SP) e Paulo Bernardo (PT-PR) — se classificaram apenas como "bancários".

Mas — se assim se pode dizer — o deputado Berzoini parece o mais bancário de todos e talvez também o mais sindicalista de todos. Entrou para o Banco do Brasil/SP, com 18 anos; com cerca de 30, era secretário-geral do Sindicato dos Bancários de São Paulo. A partir daí, ocupou vários outros cargos no sindicalismo bancário, entre os quais o de presidente da Confederação dos Bancários da CUT, até ser eleito para a CD nas eleições de 1998, seu primeiro mandato.

O deputado Paulo Bernardo foi diretor da Federação dos Bancários do Paraná (1987-1990) apenas uma vez, com cerca de 35 anos, tendo sido eleito para a CD em 1990 (primeiro mandato). O deputado José Pimentel (PT-CE) registra como seu primeiro cargo no sindicalismo a participação na diretoria do Sindicato dos Bancários de Fortaleza (1988-1991) com cerca de 35 anos e secretário-geral da CUT do Ceará (1991-1994). Foi eleito deputado federal nas eleições de 1994. Formado em Direito pela Ufce, é o único desse grupo com curso superior. O deputado Berzoini começou, mas não terminou o curso de Engenharia pela Faculdade de Engenharia Industrial, de São Bernardo do Campo (SP). O deputado Paulo Bernardo,

que teve militância no movimento estudantil, não terminou o curso de Geologia na UnB.[51]

Nesses casos, além dos dotes pessoais dos parlamentares, três fatores profissionais e políticos parecem ter facilitado a entrada por cima" na classe política: 1) emprego no BB; 2) cargos de direção no sindicalismo bancário de Estados importantes e na CUT; e 3) postos na alta cúpula do PT; ou seja, uma variável ocupacional (o emprego no Banco do Brasil), uma variável sindical (postos de direção num sindicato de uma categoria importante) e uma variável partidária (a filiação ao PT). É difícil dizer qual dos três fatores teve mais peso para a entrada direta para a CD sem passar pelas etapas inferiores da carreira política. Na realidade, os três fatores são importantes e estão relacionados: o emprego no Banco do Brasil fornece uma ampla base de apoio eleitoral. A atuação sindical "populariza" o candidato, legitima a busca de votos para um companheiro de profissão. A filiação ao PT fornece a legenda, uma ideologia, apoio material e colaboração de uma militância sindical. Obviamente, a esses fatores institucionais é preciso integrar muita habilidade pessoal e ambição política, sem o que ninguém entra e sobe na vida pública.

O grupo dos bancários de origem mais popular teve carreiras profissionais mais variadas. Em seus perfis biográficos, a profissão de bancário é indicada junto com outras características das classes médias baixas: professor do ensino municipal, professor de escola municipal, professor de português de escola técnica, agricultor, comerciário, auxiliar de escritório etc. Mas, ao contrário dos bancários que eram funcionários do BB, todos eles, com uma exceção,[52] conseguiram terminar um curso de

[51] Berzoini e Paulo Bernardo viriam a ocupar posições importantes no governo Lula. O primeiro foi ministro da Previdência e Assistência Social e, depois, ministro do Trabalho e Emprego. Paulo Bernardo foi ministro do Planejamento, depois de ter sido secretário da Fazenda do Mato Grosso do Sul. O deputado José Pimentel foi membro do Diretório Nacional do PT e secretário de Finanças e Planejamento do PT (fonte: CD).

[52] Trata-se da deputada Perpétua de Almeida (PCdoB-AC), auxiliar bancária do Banco do Estado do Acre em Cruzeiro do Sul e depois em Rio Branco. Seu currículo registra Letras (incompleto), Ciências Sociais (incompleto) e Pedagogia (incompleto), todos pela Ufac. Única mulher desse grupo, foi eleita pela legenda do PT. A coincidência de datas (por exemplo, Pedagogia, 2000) e a vereança (eleição de 2000, para a legislatura de 2001-2005), mandato que ficou também incompleto em razão da eleição da deputada para a CD de 2002, sugerem a dificuldade de conciliar estudos e a política e/ou o desinteresse pela obtenção de um diploma depois da entrada para a política (fonte: CD).

nível superior, ainda que em áreas menos promissoras profissionalmente e em estabelecimentos de ensino localizados fora do circuito das grandes universidades.[53]

Com uma exceção — o deputado Orlando Desconsi, cujo primeiro mandato já foi o de deputado federal —, os demais (quatro casos) têm carreiras políticas de início local, como vereador, prefeito ou deputado estadual e ascenderam rapidamente na política.[54]

No grupo dos ex-empregados de estabelecimentos bancários, há apenas um caso de deputado que se elegeu diretamente para a CD sem passar antes pela atuação sindical. Trata-se de Rodrigo Maia (PFL-RJ). Aqui, é provável que a eleição direta para a CD tenha sido facilitada pelo fato de ser filho de Cesar Maia e ter ocupado o cargo de secretário municipal de Governo do Rio de Janeiro entre 1997 e 1998, ano em que concorreu para a CD.

A análise desse grupo mostra mais uma das pequenas mudanças sócio-ocupacionais, agregadas a muitas outras que concorrem para

[53] O deputado Orlando Desconsi (PT-RS) completou o curso de Educação Física e Desportos na Faculdade Salesiana Dom Bosco, em Santa Rosa (RS) e depois obteve o diploma em Ciências Jurídicas e Sociais, pela Unijuí (Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul). O deputado João Magno (PT-MG) tem o diploma de Letras obtido na Fafic (Faculdade de Filosofia de Campos), uma unidade do Unifu (Centro Universitário Fluminense), por onde fez uma pós-graduação em Direito Público. O deputado João Grandão (PT-MS) tem o diploma de História pela UFMS (Universidade Federal de Mato Grosso do Sul), campus de Dourados, por onde obteve também o diploma de Direito, pelas Faculdades Integradas de Dourados, e uma especialização em História da América Latina pela mesma UFMS. O deputado Zequinha Marinho (PDT-PA) tem diploma de Pedagogia pela Uepa (Universidade Estadual do Pará). Eleito pelo PDT, transferiu-se em 2005 para o PST. Ex-funcionário do Banco da Amazônia, registra apenas uma curta passagem (1986-1988) como representante da Associação dos Empregados do Basa, muito antes de conseguir o primeiro mandato como deputado estadual na eleição de 1996. Por essa razão, não foi classificado de sindicalista (fonte: CD).

[54] O deputado João Magno (PT-MG) começou como vice-prefeito de Ipatinga. Na eleição seguinte, foi eleito prefeito (1993-1966) e, em 1998, foi eleito deputado federal. O deputado João Grandão (PT-MS) foi eleito vereador em Dourados (1997-1999) e, em 1998, foi para a Câmara dos Deputados; o deputado Alex Canziani, que não é bancário (eleito pelo PSDB-PR, atualmente no PTB), começou como vereador (1989-1992), pelo PTB; foi duas vezes prefeito interino antes de chegar à CD, em 1998. O deputado Zequinha Marinho (PDT-PA) começou como deputado estadual eleito pela legenda do PDT (dezembro de 2005) e está no PSC (fonte: CD).

"popularizar" a CD e encolher o espaço ocupado pelos setores de classe alta nesse organismo, assim como, provavelmente, nas assembleias legislativas e câmaras de vereadores do país. Nesse caso, como em outros, a mudança favoreceu mais as classes médias como um todo do que as classes trabalhadoras, embora haja um setor do grupo de bancários que veio de camadas mais populares.

Técnicos em indústria ou serviços

Estão nesse grupo deputados que foram técnicos agrícolas, técnicos de instrumentos musicais, técnicos de laboratório, técnicos químicos, técnicos em eletrônica, técnicos em telecomunicações etc. De modo geral, são profissões de nível médio de escolaridade. Contudo, encontramos na 52ª Legislatura quatro casos de técnicos com curso superior completo (além do curso técnico propriamente dito): um em Direito, um em Pedagogia, um em Administração de Empresa e um em Teologia, cursos efetuados geralmente em instituições que não fazem parte dos centros universitários mais importantes do país.

Trata-se de outro segmento profissional que integra um setor das camadas médias assalariadas. O número de parlamentares desse grupo subiu de oito para 11. Embora seu crescimento tenha sido elevado, cerca de 38%, seu significado no conjunto da CD é minúsculo, porque esse grupo é pouco numeroso (1,6% e 2,1% nas duas legislaturas).

Mas, outra vez, o aumento de três casos vem somar-se (como observamos para os bancários) a outras alterações na composição da CD que levam à expansão dos estratos de classe média assalariada no interior do sistema político brasileiro e à subsequente redução do espaço das classes ricas.

O exame dos perfis biográficos dos técnicos sugere um grupo de classe média em ascensão social, alguns provavelmente vindos um pouco mais de baixo na escala social, das classes trabalhadoras ou médias. A trajetória ascensional inicia-se (ou se acelera) por meio da obtenção de um posto de direção de um sindicato ou associação de classe. O passo seguinte é a eleição para algum cargo de representação política. Na 51ª Legislatura, seis deputados do grupo dos técnicos tinham sido sindicalistas; na

legislatura seguinte, de 11 deputados do mesmo segmento, seis também tinham sido diretores de sindicatos. (Voltaremos a esse ponto quando analisarmos, os deputados que vieram do sindicalismo.)

Operários industriais

Apesar do amplo crescimento da bancada do PT na Câmara e do grande aumento do número de sindicalistas eleitos e reeleitos entre uma legislatura e outra, o número de trabalhadores industriais não só continuou muito reduzido como cresceu muito pouco (menos de 2% do total) e não contribuiu de modo significativo para acentuar a "popularização" da classe política brasileira. Na 51ª, eram sete trabalhadores vindos do setor industrial: seis metalúrgicos e um ferroviário. Na 52ª, foram seis metalúrgicos, um ferroviário e um petroleiro. São trabalhadores qualificados, com escolaridade relativamente elevada. Há apenas um caso de um metalúrgico com curso elementar. Por outro lado, há vários com curso superior incompleto ao lado de muitos outros com curso técnico.[55]

No geral, apesar de se tratar de operários de indústrias, alguns poderiam (ou deveriam) ser classificados de trabalhadores manuais, termo que, na imagem corrente, identifica-se à "classe baixa", embora não "classe pobre". Contudo, os níveis de escolaridade e provavelmente os salários permitiriam classificá-los mais apropriadamente num setor das classes médias assalariadas.

[55] A classificação profissional dos parlamentares, como já explicitamos, foi feita segundo a ocupação/profissão que exerciam antes da obtenção de um primeiro mandato. Alterações posteriores não foram levadas em conta. Assim, o deputado Beto Albuquerque (PSB-RS) apontou "advogado" como profissão. Mas, para manter o critério classificatório que adotamos, foi incluído entre os metalúrgicos porque, no quesito "Atividades Profissionais e Cargos Públicos", indicou "mecânico" durante o período 1975-1990, última atividade profissional antes de ser eleito deputado estadual no RS em 1994. Em 1990, terminou o curso de Direito na UPF, RS. Entretanto, ao que tudo indica, não trabalhou como advogado porque foi eleito logo em seguida deputado estadual e depois duas vezes consecutivas deputado federal, sempre pelo PSB. Também não foi dirigente sindical. Por isso, sua trajetória ocupacional afasta-se do perfil típico dos demais integrantes do grupo de operários (fonte: *site* da CD). O Diap, op. cit., o classificou de advogado.

Trabalhadores rurais, lavradores e agricultores[56]

Na legislatura anterior, três (0,6% da CD) dos deputados tinham sido trabalhadores rurais (entre os quais, uma mulher), todos eleitos pela legenda do PT. Nas eleições de 2002, o número passou para cinco (1% da CD), havendo dois casos de reeleição. Dois deputados foram eleitos pelos Estados do Sul (RS e SC) e três pelos Estados do Norte (AC, RO e PA, um em cada Estado).

Não seria necessário salientar que o meio rural não é um locus importante de recrutamento para a classe política apesar do peso que a população e, em menor medida, o eleitorado rural ainda mantêm no país. A pobreza, o analfabetismo e a persistência de padrões de conduta tradicionais provavelmente afastam os agricultores e trabalhadores rurais da política institucionalizada. Desse grupo, com exceção de um parlamentar, os demais não foram além da escolaridade elementar.[57]

Deve-se notar, para relativizar o fenômeno brasileiro, que em toda parte a presença de camponeses e trabalhadores rurais nos legislativos de

[56] A distinção entre essas categorias não fica muito clara. O deputado Valdir Ganzer (PT-PA) definiu sua profissão como "lavrador". O deputado Adão Preto (PT-RS) e a deputada Luci Choinacki (PT-SC) definiram-se como "agricultores"; o deputado Anselmo (Anselmo de Jesus Abreu, PT-RO), como "trabalhador rural". Aparentemente, os que se classificaram como lavradores ou agricultores eram pequenos proprietários rurais. Os demais, possivelmente, eram assalariados rurais ou tinham qualquer outra forma de vínculo empregatício ou de relação de trabalho existente no campo (meeiro, arrendatário etc.). Nas linhas que se seguem, serão denominados "trabalhadores rurais".

[57] Do total de casos, o deputado Zico Bronzeado, mencionado anteriormente, é o único que foi além do colegial (começou mas não terminou o curso de Educação Física na Ufac). Seu perfil político, coincidentemente, afasta-se dos demais deputados incluídos no grupo de trabalhadores rurais. Como profissão, além da de agricultor, declarou também a de técnico em contabilidade, a de comerciário e a de seringueiro. Sua passagem pelo movimento sindical foi muito rápida: 1988-1990. Já os demais deputados não registram outra atividade profissional além da de trabalhador rural; tiveram mais tempo de atuação em sindicatos ou movimentos rurais e foram eleitos e reeleitos em vários mandatos sempre pelo PT, ao qual aderiram na década de 1980. A deputada Luci Choinaclá, que começou mas não terminou o ginásio, participou também das comunidades eclesiais de base, do MST e do Movimento das Mulheres Agricultoras. Tem, assim, uma base eleitoral mais ampla. O deputado Valdir Ganzer, que foi da direção nacional da CUT, renunciou ao mandato de deputado federal na legislatura 1999-2003 para assumir o cargo de vice-prefeito de Belém (fonte: CD).

outros países (desenvolvidos ou não) é muito baixa, mesmo onde os partidos de esquerda são fortes.

No nosso caso, teoricamente, seria de esperar uma presença maior de trabalhadores rurais na CD e outros órgãos legislativos em razão do crescimento do número de cadeiras ganhas pelo PT e outros partidos de esquerda, para não falar no forte crescimento da mobilização social e política dos trabalhadores rurais nos últimos tempos.

Um dos fatores que podem ter contribuído para a baixa participação de lavradores na CD é a preferência das organizações e associações de trabalhadores rurais pelas formas de atuação e pressão direta, com menor empenho na via eleitoral.

Talvez a ênfase nas táticas de ação direta (basicamente ocupações de terra e certa mobilização urbana para pressionar as autoridades, como ocupações de sedes do Incra e outros edifícios públicos) decorra dos objetivos estratégicos de transformação anticapitalista da sociedade, sob influência do catolicismo de esquerda misturado com alguns elementos das teorias marxista e ideias guevaristas. A opção por formas de pressão e atuação institucionais ("burguesas") traria para o centro da ação o partido político, com todo o rol de consequências, previsíveis ou suspeitadas pelas lideranças: máquina partidária, funcionários, burocracia, acordos com chefes políticos "burgueses" ou com "reformistas", conchavos parlamentares, adesão à ordem estabelecida, compromissos, corrupção, aspirações de ascensão social dos eleitos etc.

De todo jeito, houve um aumento, ainda que muito reduzido, do número de deputados vindos da classe baixa rural. Mas isso não significa um aumento dos "pobres" no interior da classe política brasileira. Na realidade, esses deputados já estavam afastados de seu meio social de origem e tinham experimentando uma trajetória de ascensão por intermédio dos sindicatos de trabalhadores rurais (os STRs) e outras associações apoiadas pela ala "progressista" da Igreja Católica e por partidos de esquerda.

Políticos

Por fim, como último grupo na relação das ocupações e profissões da Tabela 4, estão os deputados que foram designados, na falta de melhor

termo, como *políticos*, em itálico para diferenciá-los dos outros. Lembramos novamente que o critério adotado para a classificação profissional tomou como ponto de referência a última atividade ocupacional (ou as últimas, no caso de mais de uma exercida concomitantemente) antes da entrada na classe política definida pela obtenção de um primeiro mandato como titular para uma função pública.

Ocorre que, para um grupo de parlamentares, a classificação profissional não pôde ser feita porque *nenhuma* atividade profissional ou ocupacional havia sido registrada *antes* da entrada na vida pública. Com certo exagero: não se tornaram políticos, nasceram políticos. A solução, na ausência de uma atividade profissional que não fosse definida pelo diploma obtido (advogado, na maioria dos casos), foi denominá-los simplesmente *políticos.*[58]

Havia a alternativa de defini-los como "políticos profissionais". Essa definição, entretanto, deixaria subentendido que os outros deputados estariam em outra categoria, quer dizer, não seriam também políticos profissionais. Mas, na nossa visão, são também pessoas que deixaram a profissão ou ocupação "civil" para viver da política como a principal ou a única atividade. A diferença desses últimos com relação aos que designamos como *políticos* vem do fato de que entraram na política com mais idade, tendo tido outras experiências ocupacionais e profissionais que são também indicativas de suas origens sociais e de uma dada fonte de recrutamento.[59]

---

[58] Em seus perfis biográficos da CD, as profissões apontadas pelos deputados classificados de políticos foram: advogados (6), professor (3), empresário (2), estudante (1), engenheiro civil (1), economista (1). O número das profissões excede o de deputados porque houve mais de uma profissão declarada.

[59] O termo "político profissional" sempre tem uma conotação pejorativa, no Brasil e em outros países. Habitualmente, os políticos não gostam de ser classificados de políticos profissionais, embora mais ofensivo seria ser chamado de "político amador". Seguramente, mais agradável seria o termo "representantes do povo". Nossa definição, contudo, é sociológica. Não envolve nenhuma avaliação negativa, como já dissemos, aliás. Na verdade, entendemos que não existe democracia sem uma classe de profissionais da política, de pessoas que retiram sua subsistência da política. Só na fase da "democracia oligárquica", os políticos (que eram geralmente da aristocracia e/ou tinham outras fontes de renda) podiam dispensar o recebimento de remuneração para dedicar-se à política em tempo integral. Podiam viver para a política, mas não da política. O jornalista Fernando Rodrigues, em seu livro *Políticos do Brasil* (Publifolha, 2006), aponta um fato curioso. Entre 1.790 políticos

Para chegarmos à composição do grupo de *políticos*, adotamos o critério de aí incluir, com base nos perfis biográficos da CD,todos os deputados que obtiveram algum mandato eletivo sem registrar anteriormente nenhuma outra atividade ocupacional. É possível que alguns tivessem tido algum trabalho profissional não anotado no perfil biográfico. Confiando nos dados dos formulários fornecidos pelos próprios deputados, temos cinco parlamentares na 51ª Legislatura[60] e 16 na 52ª, entre os quais seis mulheres.[61]

Nesse grupo feminino, há quatro casos que se diferenciam tipicamente dos demais, porque são de parentes de políticos importantes que entraram tardiamente na vida política (acima dos 35 anos) e provavelmente foram, de algum modo, beneficiadas pelo prestigio e influência da família. Analisaremos posteriormente esses casos.

O critério que utilizamos para a inclusão de um parlamentar no grupo dos *políticos* tem a vantagem de se basear num indicador que deixa pouca dúvida e contestação, mas põe de lado o número dos que, por outro critério e à luz de sua carreira na política brasileira, poderiam integrar o grupo dos *políticos*, o que faria crescer, e muito, o número de seus integrantes. A

eleitos em 2002, 289 se definiram profissionalmente como "membros do Poder Legislativo", quer dizer, se declararam como "políticos", 16,1% do total. O jornalista entende que se trata de um ato de coragem.

[60] Foram só cinco casos na 51ª Legislatura que foram deixados de lado na análise das características dos *políticos*. Preferimos trabalhar apenas com os da 52ª Legislatura, que são em muito maior número.

[61] É a seguinte a relação de deputados e deputadas, listados por ordem alfabética, com a indicação da idade aproximada que tinham quando obtiveram o primeiro mandato: Ann Pontes (PMDB-PA), eleita deputada federal aos 36 anos; Cezar Schirmer (PMDB-RS), vereador em Santa Maria (RS), aos 19 anos; Clóvis Fecury (PFL-MA), deputado federal aos 33 anos; Fábio Souto (PFL-BA), deputado estadual aos 25; Francisca Trindade (PT-PI), vereadora aos 28; Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN), deputado federal aos 22; Jader Barbalho (PMDB-PA), deputado federal aos 30 anos; Junior Betão (PPS-AC), deputado federal aos 26 anos; Kelly Moraes (PTB-RS), deputada federal aos 39; Lindberg Farias Filho (PT-RJ), deputado federal aos 26; Luciano Leitoa (PDT-MA), eleito deputado federal aos 22; Maria do Rosário (PT-RS), vereadora em Porto Alegre aos 27; Neuton Lima (PFL-SP), vereador em Indaiatuba aos 23; Ronaldo Cunha Lima (PSDB-PB), vereador em Campina Grande aos 23; Sandra Rosado (PMDB-RN), vice-prefeita de Mossoró (RN) aos 41; Suely Campos (PFL-RR), aos 49. As legendas são aquelas pelas quais os deputados foram eleitos em 2002. Os partidos em que os deputados estão no momento em que redigimos (maio de 2006) frequentemente são outros.

dificuldade para uma correta localização dos *políticos*, ou seja, dos que nunca tiveram outra atividade fora da vida pública, vem do fato de que a preparação para a política passa frequentemente por um emprego na administração pública como assessor ou chefe de gabinete, como já apontamos nos parágrafos sobre o funcionalismo público. Quer dizer: o emprego público como preparação para a política.

As situações individuais são variadas e amiúde ambíguas. Do ponto de vista formal, os deputados tinham uma atividade profissional antes do primeiro mandato, ou seja, um emprego público que provavelmente se destinava, antes de tudo, a facilitar a militância política e a aquisição de um mandato, como já foi dito.

Vejamos alguns exemplos dos tipos de funções que retiramos dos currículos da CD: assessoria parlamentar, assessor especial de governo estadual, chefe de gabinete de câmara municipal, oficial de gabinete de uma secretaria estadual, assistente parlamentar, assistente de gabinete, oficial de gabinete de governador, auxiliar parlamentar etc. Em alguns casos, o tempo de ocupação desses cargos por jovens recém-formados é de curta duração. Termina logo depois de uma disputa vitoriosa para a Câmara Federal.

Dessa forma, seria possível, atropelando o critério que adotamos, incluir esses casos no grupo dos *políticos*. Mas nem sempre é possível detectá-los com segurança. Além disso, há outros casos-limite em que o deputado trabalhou, fora do setor público — por muito pouco tempo, mas trabalhou — antes de passar para a política e nela permanecer por toda a vida, podendo ser considerados exemplos típicos de políticos profissionais.[62]

Ante a existência dessas dificuldades de localização, na relação dos *políticos* resolvemos nos ater exclusivamente ao critério formal de ausência de outra atividade profissional, qualquer que fosse ela, anterior à primeira eleição vitoriosa. Por isso o grupo dos *políticos* que analisaremos a seguir

[62] Um exemplo é o do deputado Nelson Marchezan (PSDB-RS), já falecido, que foi eleito vereador com 21 anos para a Câmara Municipal de Santa Maria (RS). Depois foi subindo na vida política, elegendo-se duas vezes para a Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul e cinco vezes para a CD por várias legendas (fonte: CD). Por fidelidade ao requisito da ausência de atividade profissional anterior à primeira eleição, Nelson Marchezan não foi incluído no grupo dos políticos porque teve emprego no Banco do Brasil antes de ser vereador.

subestima o número real dos que, *de facto*, desde muito cedo, fizeram da política seu projeto de vida.[63]

As carreiras dos deputados do grupo dos *políticos* não têm muitos pontos em comum. As discrepâncias decorrem dos trunfos de que dispunham seus integrantes para entrar no jogo político, ou seja, uma variável de natureza sociológica que, quase forçosamente, delimita a escolha das portas de entrada na classe política, fechando algumas e abrindo outras. Note-se, contudo, que quaisquer que tenham sido as portas de entrada, depois da primeira eleição vitoriosa, em todo o grupo, não houve mais retorno "à vida civil", fato indicativo das vantagens que a profissão política exerce sobre os que nela entram. Toda atividade posterior à aquisição do primeiro mandato esteve sempre relacionada "à ambição política estática ou progressiva", para usarmos os termos de Schlesinger.

A entrada na vida pública não tem retorno para a vida civil. Uma vez político, sempre político. Essa é a regra. As poucas exceções vêm de motivos alheios à vontade pessoal: cassações de mandato, derrotas eleitorais ou outros motivos pessoais como doença, idade avançada etc. Mas, mesmo quando algum "motivo de força maior", indesejado e desagradável, força o retorno à vida civil, o tempo de afastamento da classe política é geralmente apenas um interregno em que a volta à arena política é preparado.

[63] Há dois exemplos, entre outros, que servem também para mostrar o processo de transmissão de uma herança política e de preparação da nova geração para o exercício do poder: o do então deputado Aécio Neves, na 51 Legislatura, e o deputado Antonio Carlos Magalhães Jr., na 52.
Aécio Neves, formado em Economia (1984) pela PUC, de Belo Horizonte, elegeu-se pela primeira vez em 1986 para a CD, com 26 anos. Em 1983-84, foi secretário particular do Governador Tancredo Neves. Depois da eleição do avô para a Presidência da República, foi secretário particular para Assuntos Especiais da Presidência da República. Em 1985-86, foi Diretor de Loterias da Caixa Econômica Federal antes de se eleger para a Assembleia Nacional Constituinte em 1986. Reelegeu-se quatro vezes deputado federal. Em 2002, elegeu-se governador de Minas Gerais, ocupando um posto que já tinha sido do avô.
O Dep. ACM Jr, de uma família de políticos importantes da Bahia, aos 22 anos entrou na política indo diretamente para CD. Formou-se em Direito em 2001 e teve o cargo de assessor na Secretaria de Educação no Estado da Bahia entre 1999-2002, antes de se eleger. A 52' Legislatura é sua primeira, e muito provavelmente não será a última experiência na política nacional.

No grupo dos *políticos,* o critério adotado para defini-lo implica quase necessariamente que a entrada na vida política tenda a acontecer com pouca idade. Deixando de lado as quatro deputadas (parentes de chefes políticos que foram para a política mais tardiamente e não foram computadas na tabulação), com uma exceção, praticamente todos entraram na vida pública com menos de trinta anos.[64] Na CD, essa proporção é de 12%.

É interessante notar que num universo muito menor, de 12 casos em quinhentos, há somente um deputado do grupo dos *políticos* que se elegeu a primeira vez com vinte anos ou menos, número igual ao da CD, um universo com muitos mais casos. Chama a atenção também o número relativamente elevado de mulheres entre os *políticos:* seis em 16, proporção muito mais elevada do que a existente no conjunto da CD: 43, ou seja, 8%. A explicação reside no fato de que no grupo dos *políticos* há quatro deputadas que ascenderam graças ao apoio de familiares, substituindo os maridos algumas vezes. Na CD, das 43 deputadas, ao menos oito eram parentes de chefes políticos, geralmente esposas.

Uma última observação sobre o grupo: o número de parlamentares na categoria de *políticos* é muito pequeno. Desse modo, os números abaixo, referentes a esse grupo, devem ser tomados antes como indicações.

[64] A exceção é o deputado Cezar Schirmer (PMDB-RS), que se elegeu vereador em Santa Maria (RS), com vinte anos pelo então MDB. Depois disso, elegeu-se cinco vezes deputado estadual e duas vezes deputado federal, sempre pelo PMDB, caso raro na política brasileira.

Tabela 22: Idade do primeiro mandato

52ªLegislatura				
Idade	Políticas	%	CD	%
20 ou menos	1	7,7	1	0,2
21 a 25	6	53,8	20	4,0
26 a 30	4	30,8	39	7,8
31 a 35	1	7,7	88	17,6
36 a 40			109	21,8
41 a 45			98	19,6
46 a 50			71	14,2
51 a 55			44	8,8
Total	12	100	500	100

Obs.: Do total da CD, foram excluídos todos os políticos.

Não houve concentração em alguma legenda como porta de entrada na política. A preferência distribuiu-se por seis partidos: PMDB (3), PT (3), PFL (2), PSDB (2), PSB (1) e PL (1). O PT foi o partido preferido pelas pessoas de classe média ou popular. Além disso, as pessoas de classe mais baixa e as de menor legitimidade social tenderam a escolher os pequenos partidos (ou os partidos mais à esquerda). Os mais ricos, de famílias mais poderosas, com mais trunfos para o jogo político, foram para os partidos maiores.

Diante dessas diferenças, é possível construir dois tipos de recrutamento: um, que serve aos políticos das classes altas, de perfil oligárquico, envolvendo os que vinham de famílias importantes com longa tradição de atuação na vida pública de seus Estados e na própria política nacional. Para esses, a iniciação política começa um pouco mais cedo e já parte de patamares mais elevados, ou seja, pela entrada direta para a CD em quase todos os casos. As carreiras dos deputados Fábio Souto e Henrique Eduardo Alves podem ser tomadas como paradigmas desse tipo, embora Fábio Souto tenha sido eleito primeiro para a Assembleia Legislativa e não para a Câmara dos Deputados, como é mais comum em casos semelhantes.[65]

[65] O deputado Fábio Souto (PFL-BA) elegeu-se deputado estadual aos 25 anos, logo depois de ter-se formado em Ciências Econômicas, pela Ufba, aos 24. Entrou para o curso de pós-graduação em Gestão Empresarial na FGV de Salvador (2001-2002). No pleito seguinte, de

A outra porta de entrada na vida pública que define um segundo tipo de carreira se abriu para as classes médias e populares em razão das transformações sociais e políticas dos últimos anos que favorecem a popularização do sistema de poder. Sem contar com o apoio de redes de parentesco, de recursos financeiros e com o controle de setores da administração pública, dos meios de comunicação e outros, a entrada na política dos grupos ascendentes necessita de outros tipos de trunfos, geralmente associações populares, sindicatos e também de partidos de esquerda que possuem uma máquina partidária mais forte e uma militância com forte motivação ideológica.

Certamente, não se deve superestimar a máquina dos pequenos partidos de esquerda, especialmente em disputas majoritárias. Esses partidos, inclusive os pequenos, em eleições proporcionais, oferecem o apoio de uma militância gratuita que se concentra em poucos candidatos e acaba por ser um fator importante, especialmente para os que não têm outros trunfos.

No grupo dos *políticos*, há três casos emblemáticos de deputados eleitos em 2002 com o perfil de classe média ou de classe popular que representam esse segundo tipo de carreira. O primeiro é o da deputada Maria do Rosário Nunes (PT-RS), eleita vereadora de Porto Alegre pelo PCdoB com aproximadamente 26 anos. Seu *curriculum vitae* na CD registra "professora" como profissão, mas as datas de atividade profissional — Secretaria Municipal de Educação (1996) e depois Secretaria Estadual de Educação (1998) — são posteriores à primeira eleição para a Câmara Municipal (1993-1996). Em outras palavras: não há registro de atividade profissional *antes* da entrada na política.

Pelas indicações do currículo, para a deputada Maria do Rosário foi importante a instituição partidária (o PCdoB) e também o Sindicato dos

2002, elegeu-se deputado federal. É filho de Paulo Souto, governador da Bahia no período de 1995-1998 e eleito senador em 1998.
O deputado Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN) elegeu-se deputado federal para a legislatura de 1971-1975 com cerca de 22 anos. Depois foi reeleito sucessivamente para esse órgão até a presente legislatura. Tal como Fábio Couto, vem de uma tradicional família de políticos. Seu pai, Aloísio Alves, foi eleito deputado federal já em 1946, com 24 anos. Posteriormente, foi eleito duas vezes governador do Estado, além de ter ocupado vários ministérios no governo federal.

Trabalhadores em Educação de Porto Alegre (CPERS-Sindicato). A participação no comando das greves de 1990 (58 dias de duração) e de 1991 (74 dias, segundo o sindicato) provavelmente tornou-a conhecida e ajudou sua eleição para a Câmara de Vereadores no ano seguinte.

O segundo caso é o do deputado Neuton Lima (Rubeneuton Oliveira Lima, PFL-SP), eleito vereador em Indaiatuba (SP) com 23 anos. Formado em Direito pela Universidade Metodista de Piracicaba em 1994, foi fundador e presidente da Associação dos Vereadores Evangélicos do Estado de São Paulo (1990-1997). Provavelmente, a relação com a Igreja Assembleia de Deus foi o trunfo principal para sua eleição aos 23 anos para a Câmara de Vereadores. Nossa hipótese é que, aqui, a Assembleia de Deus possa ter desempenhado papel institucional equivalente ao de um sindicato importante e/ou de um partido de esquerda como base de apoio eleitoral.

O terceiro caso é o da deputada Francisca Trindade (PT-PI), já falecida, eleita para a Câmara Municipal de Teresina aos 28 anos. Concorrendo sempre pelo PT, Francisca Trindade também teve um início de carreira local, elegendo-se vereadora em Teresina por duas vezes. Foi depois deputada estadual e, finalmente, deputada federal na legislatura de 2003-2007, a mais votada da história do Piauí. Apesar de assinalar, tal como a deputada Maria do Rosário, professora como profissão, Francisca Trindade não indicou no perfil biográfico da CD, ou em outros documentos que consultamos, nenhuma atividade no magistério. Formada em Teologia pela Universidade do Piauí, a deputada teve intensa atividade junto a associações de moradores, sendo fundadora da Associação de Moradores e Conselhos Comunitários do Estado do Piauí.

Esses exemplos revelam a importância de três modalidades de instituições da sociedade civil que, para as classes médias e populares, servem de trampolim para a entrada na política. Nos três exemplos (dois de mulheres) temos carreiras políticas de início local (vereança), ao contrário dos deputados de classe alta com muitos trunfos políticos familiares. O início local significa, por outro lado, a existência de etapas a percorrer que tornam mais árdua a chegada à CD, à diferença do que acontece com os herdeiros de famílias de elevado capital político.

Há ainda, entre os *políticos*, uma "profissão" que não foi mencionada, mas que é um importante trampolim de entrada na vida

pública para camadas das classes médias intelectualizadas. É a de "estudante", mais exatamente a de "dirigente estudantil". Trata-se, de fato, de uma atividade preparatória para a vida política que educa os jovens para a grande política, treinando-os na arte da oratória, organização de reuniões, atividade em congressos, conchavos variados, costura de alianças, capacidade de argumentação, afirmação ou dissimulação de intenções, ambição de poder e todas as habilidades que a sobrevivência e a ascensão na política requerem.

Os diretórios estudantis cumprem o mesmo papel dos sindicatos para outros setores das classes assalariadas. Tal como ocorre no sindicalismo, o movimento estudantil só é um trampolim para a passagem ao campo político na hipótese de que suas lideranças consigam ascender à direção de entidades estudantis importantes, de âmbito estadual ou nacional. Nesse sentido, a presidência da UNE é, para as classes médias, o que a presidência da CUT é para os trabalhadores. Depois de um desses cargos, seus presidentes credenciam-se imediatamente para disputar com êxito uma cadeira na Câmara.

Apesar da importância do movimento estudantil, foram apenas três os casos de deputados que declararam "estudante" como profissão.[66] Ocorre que mesmo os que militaram no movimento estudantil tiveram posteriormente uma ocupação ou profissão e foram definidos profissionalmente por uma delas.

Entre os estudantes, apenas em um caso a militância estudantil foi uma porta de entrada importante para a vida política, o do deputado Lindberg Farias (Luiz Lindberg Farias Filho, PT-RJ). Nascido em João Pessoa (PB) de família tradicional, Lindberg Faria foi presidente da UNE. Seu currículo na CD aponta como profissão "estudante universitário" com curso de Direito (incompleto) na UnB (1996) e de Direito (incompleto) na PUC do Rio (2000). Lindberg elegeu-se diretamente para a CD em 1994 pela legenda do PCdoB. Rompeu com esse partido e entrou para o PSTU (1997-2001). Em 2002, concorrendo pelo PT, elegeu-se novamente deputado federal. Em 2004, competindo para a Prefeitura de Nova Iguaçu por uma coligação que unia PT, PFL, PSB, PSDB e PCdoB, elegeu-se

[66] Os três estudantes são: Lindberg Faria Filho (PT-RJ), Luciano Leitoa (PDT-MA) e Leonardo Picciani, que indicou também agropecuarista como profissão.

prefeito desse município derrotando o candidato do PMDB apoiado por Anthony Garotinho.[67]

A relação dos *políticos* inclui ainda quatro deputadas cujo perfil de carreira escapa aos padrões anteriores, apesar de não terem atividade profissional prévia à vida política. Todas obtiveram o primeiro mandato com mais de 35 anos. Com a exceção da deputada Sandra Rosado (Sandra Maria da Escóssia Rosado), eleita deputada federal pelo PMDB (RN) e atualmente no PSB, as demais foram eleitas diretamente deputadas federais. Nos quatro casos, as relações familiares, mais especificamente, o prestígio e a força eleitoral de familiares (maridos principalmente) conseguiram a eleição das esposas.

A deputada Sandra Rosado, de uma extensa e tradicional família de importantes políticos de Mossoró, no Rio Grande do Norte, elegeu-se pela primeira vez vice-prefeita de Mossoró (1993-1996), com cerca de 41 anos, quando seu tio, Dix-huit Rosado, se elegeu prefeito da cidade pela terceira vez. Foi depois deputada estadual e deputada federal na legislatura de 2003-2007.[68]

A deputada Suely Campos (Maria Suely Silva Campos), eleita pelo PFL-de Roraima e atualmente no PP, elegeu-se pela primeira vez deputada federal em 2002, com 43 anos. O marido, Neudo Campos, foi governador de Roraima eleito em 1994 e reeleito em 1998. Antes de ser eleita, Suely Campos foi secretária de Estado do Bem-Estar Social (1977-2002), época em que seu marido era governador de Roraima. (Em fins de novembro de 2003, acusado de desvio de dinheiro da folha de pagamento dos funcionários, o ex-governador foi preso.)

O terceiro caso é o da deputada Kelly Moraes (Neiva Teresinha Marques, PTB-RS), eleita diretamente para a CD em 2002, com 39 anos.

[67] O outro deputado que se definiu profissionalmente como estudante, Luciano Leitoa (Luciano Ferreira de Souza), atualmente no PSB, mas eleito pela legenda do PDT (MA) com 22 anos, não indica em seu currículo atividade no movimento estudantil. Provavelmente seu principal trunfo eleitoral foram as relações familiares, porque adotou o nome político do pai, Chico Leitoa (Francisco Rodrigues de Souza), que foi prefeito de Timon (MA).

[68] Na realidade, o currículo da deputada indica uma atividade funcional anterior à eleição para vice-prefeita, a de secretária municipal de Mossoró (1983-1986). Mas estamos considerando a função de secretários municipais ou estaduais como cargos políticos e não como atividades profissionais regulares.

Na época, o marido, que havia sido deputado estadual e depois prefeito de Santa Cruz do Sul, teve o mandato cassado pelo Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul.

Por fim, nesse grupo de mulheres, há a deputada Ann Pontes (Ann Clélia de Barros Pontes, PMDB-PA), eleita aos 36 anos, como nos outros casos, diretamente para a CD e sem experiência política prévia e também pouca experiência administrativa a não ser cargos nas secretarias de governo na gestão do marido, ex-prefeito de Tucuri (PA) e coordenador regional da Funasa (Fundação Nacional da Saúde).

O caso dessas deputadas retrata uma porta de entrada na política “pelo alto”, cujo êxito dependeu do apoio de parentes, principalmente dos maridos. Não por acaso, todos os exemplos são de mulheres que entraram tardiamente na vida pública, em alguns casos substituindo os maridos, impedidos de concorrer.

Excluindo esses quatro casos do restante do grupo de *políticos*, o exame do conjunto revela uma situação mais complexa em termos de seus efeitos sobre a composição da classe política. As carreiras e vias de ascensão dos *políticos* mostram, por um lado, elementos de persistência nas fontes de recrutamento para o sistema político brasileiro. A persistência vem da reprodução de um tipo de profissional da política originário de clãs políticos tradicionais que se adaptaram às novas condições criadas pela massificação do sistema eleitoral. Por outro lado, mostram elementos de mudança decorrentes do surgimento, no interior das classes médias assalariadas de escolaridade elevada, de novos atores políticos que, embora se transformem também em profissionais da política, reduzem os espaços antes ocupados pelas classes altas no interior no sistema de poder.

Mudanças na classe política brasileira

4. Efeitos sociais da volatilidade partidária

Perfis partidários e diferenciação social

Consideramos que a classificação sociológica dos deputados efetuada com base na última ou últimas atividades ocupacionais é um indicador razoável do *status* ou dos meios sociais de origem dos parlamentares *antes* da ascensão econômica advinda da entrada na vida pública; além disso, permitiria também medir a importância que determinados meios sócio-ocupacionais de recrutamento político têm para cada partido. Como esperávamos à luz dos resultados de pesquisa anterior sobre a 51ª Legislatura, o levantamento da composição ocupacional e profissional das bancadas dos partidos em ambas as legislaturas revelou a existência de perfis partidários diferenciados, que tendiam a relacionar-se com suas localizações no eixo direita-centro-esquerda.

As diferenças nas fontes de recrutamento indicam, ademais, que os meios de origem influenciam, numa extensão difícil de medir, as opções individuais quanto aos partidos escolhidos como porta de entrada na vida pública e, posteriormente, para a continuidade na política. As pessoas de famílias ricas (ou que enriqueceram por esforço próprio antes de entrar para a política) muito dificilmente procuram, para sua iniciação na política, partidos considerados de esquerda. A adesão a um desses partidos iria prejudicá-las nas relações com seus círculos sociais e dificultar sua ascensão na vida pública. Inversamente, os que vêm das classes assalariadas ou das classes populares não procuram partidos considerados de direita, em que, no caso brasileiro, predominam políticos e candidatos das classes ricas.

Na verdade, é possível que a escolha, de fato, seja mais de natureza social do que ideológica ou programática. A autonomia de escolha partidária dos candidatos a político tem muitos limites. Obstáculos variados existem para bloquear a inclusão de arrivistas nas listas eleitorais de grandes partidos, especialmente dos que não são do meio social específico, quer dizer, não fazem parte do meio profissional, do círculo de amizade, parentela, recreação ou atividade num sindicato, numa igreja, diretório estudantil, numa associação patronal, numa ONG ou em qualquer outra atividade que legitime a pretensão de aderir (e se possível candidatar-se)

por uma dada sigla partidária. Funcionam, aqui, além das barreiras ideológicas, mais explícitas, outros obstáculos menos visíveis de caráter econômico, de educação, de idade, de natureza étnica, de *status* etc.

Mas, de modo geral, como acontece em outras atividades, as barreiras não precisam ser explícitas. Os candidatos buscam os ambientes socioculturais com os quais, no processo de convivência política e social que vão experimentar, têm algum tipo de identificação que faz com que se "sintam mais à vontade". Há, pois, um encaminhamento "natural" que leva, por exemplo, o trabalhador industrial, o bancário ou o professor da rede pública com alguma ambição política a procurar um partido em que as pessoas de meios relativamente equivalentes sejam majoritárias e imponham os valores e modos de comportamento grupal. No caso, partidos de esquerda, de ideologia de valorização formal dos trabalhadores e dos pobres e de programas assistenciais, são os preferidos como porta de entrada para a classe política por diretores de sindicatos, jovens intelectuais em busca de ascensão e outros setores que compõem as camadas superiores das classes médias instruídas ou das classes populares, tipicamente "os pobres intelectualizados ou modernizados".[1] Na atual conjuntura brasileira, PT e PCdoB são as legendas que, para as classes baixas, servem de porta de entrada para a política e subsequente ascensão na escala social.

Os exemplos anteriores situaram opções polares na relação de escolhas partidárias e de situações de classe que poderiam ser reduzidas à fórmula simplista da busca de identificação social e de realização de interesses econômicos ou de outra natureza. Mas as opções do início da carreira política — no Brasil e provavelmente também nos países de organização partidária débil e instável — não são influenciadas apenas pela escolha "livre" de partidos com os quais os potenciais políticos se identificam social e politicamente, mas também pelas siglas que estão disponíveis e parecem propiciar maiores chances de realização do projeto

[1].Usamos esse termo para caracterizar os elementos de classe baixa com escolaridade de nível intermediário, mas que não têm possibilidade, ou interesse, de converter seu capital intelectual e cultural em capital econômico, permanecendo relativamente marginais no mercado de trabalho e/ou afastados das atividades produtivas. A militância política remunerada acaba se convertendo no ganha-pão tanto para os menos qualificados (cabos eleitorais, funcionários de comitês, da administração partidária etc.) como para os mais qualificados, que conseguem ascender no sistema político — ascensão cujo melhor caminho é a obtenção de um mandato público.

político. As facções que dominam as máquinas partidárias controlam igualmente a seleção de candidatos aos postos eletivos, ou seja, dos que poderão ter seus nomes aprovados nas convenções e integrar as listas para as disputas eleitorais.[2] As origens sociais, que normalmente se relacionam com as atividades pré-políticas dos candidatos potenciais, constituem uma primeira forma de filtro seletivo, ao qual, obviamente, se seguem outros, já mencionados: relações sociais, padrinhos políticos, militância em "associações amigas", tais como entidades de classe, ONGs, instituições religiosas etc.

Além das variáveis mencionadas, que conectam a escolha da legenda partidária na disputa da primeira eleição com os perfis dos candidatos, outros elementos são levados em conta pelos potenciais políticos no momento da escolha da legenda adequada. No nosso sistema eleitoral, o quociente partidário esperado da legenda, a *performance* estimada dos outros candidatos do mesmo partido, quer dizer, o cálculo de quantas vagas poderão ser conquistadas pela sigla, a estimativa de quantos "companheiros" ficarão à frente e de como *é* possível se beneficiar da eventual existência de um candidato "puxador de votos" são outros fatores a pesar nas opções partidárias: no momento de entrada como iniciante na arena política e depois como veterano, no caso de migrações partidárias e outras opções de troca de partido.

Sem esquecer a soma desses e de outros fatores que influenciam a escolha da legenda que servirá de porta de entrada,[3] os dados de nossa

[2] A seleção de candidato para postos eletivos é um procedimento importante que estabelece, finalmente, em quem os eleitores poderão votar. Os procedimentos variam nos vários países e estão relativamente bem estudados pelos cientistas políticos que percebem a importância das formas de seleção partidárias preliminares que dizem quem pode entrar para a política.

[3] Falamos em "escolha de uma legenda" porque é realmente o que sucede com muita frequência por ocasião da composição das listas eleitorais. Não há necessidade de longo período de militância partidária para que um político ou candidato a político integre a relação de candidatos da legenda. Na realidade, é o candidato que se apresenta individualmente ao eleitorado, depois de uma disputa na convenção do partido para integrar uma ampla lista de candidatos que ultrapassa em muito o número de cadeiras em disputa. Os parlamentares podem mudar de sigla quantas vezes desejarem. Em termos das formas do recrutamento partidário, o sistema brasileiro deve ser incluído na classe dos sistemas que operam do lado da ampla oferta de candidatos (supply *side)* e não da demanda *(demands of gatekeepers),* quaisquer que sejam os guardiões da porta de entrada, quer dizer, os que selecionam os candidatos que vão disputar uma vaga (votantes, membros do partido, dirigentes partidários

pesquisa mostram que os principais partidos, representados por suas bancadas no Legislativo federal, possuem perfis sociais diferenciados numa extensão que não seria de prever à luz das elevadas taxas de migração partidária, das alianças ideologicamente inconsistentes, dos acordos fisiológicos, da distribuição de favores clientelísticos, da negociação de cargos e de outras condutas que seriam a denegação de uma orientação político-programática um pouco mais consistente. Os levantamentos sobre a composição social dos partidos na CD, medida por suas bancadas, mostram que eles não são a mesma coisa do ponto de vista das fontes de recrutamento.

Nossa tese, aqui, é que essas diferenças nas fontes sócio-ocupacionais de recrutamento, nas origens sociais e subsequentes experiências de vida marcam o *nec plus ultra* das transações e alianças, traçam limites que políticos e partidos têm dificuldades para ultrapassar, separam os campos de interesses e impedem que as alianças partidárias na CD sejam inteiramente aleatórias, quer dizer, guiadas apenas, ou fundamentalmente, pela ambição de poder dos políticos, como uma "luta entre homens para ganhar e manter poder", o que significa dizer, de modo mais concreto, orientados fundamentalmente pelo desejo de reeleição, como entende Mayhew.[4]

Os dados sobre a composição social das bancadas indicam que, de alguma maneira, certos interesses externos da sociedade encontram expressão diferenciada nos partidos por vinculação direta com os parlamentares. Os próprios políticos pertencem a certos segmentos sociais com os quais compartilham espontaneamente interesses e visão do mundo que influenciam suas orientações, as quais não são exatamente as de seus eleitores.

Perfis sociais partidários: continuidade e mudança

As observações anteriores sobre os perfis sociais diferenciados dos principais partidos se reforçam quando cotejamos a composição das bancadas entre uma eleição e outra. A comparação permite detectar as alterações na composição da CD que derivam da flutuação partidária, quer dizer, dos avanços e recuos na disputa por cadeiras de partidos que têm

etc.). Ver Pipa Norris (ed.), *Passages do Power. Legislative Recruitment in Advanced Democracies* (Cambridge: Cambridge University Press, 1997).

[4] David Fl. Mayhew, *Congress. The Electoral Connection* (New Haven: Yale University Press, 2004 [1 ª ed. 1974]).

perfis sociais diferentes. O fenômeno da "popularização" e da redução do espaço das classes altas decorre da perda de cadeiras dos partidos de centro e de direita e avanço dos partidos de esquerda, PT basicamente. Mas se isso aconteceu é porque os partidos não são iguais do ponto de vista de suas fontes de recrutamento. Os partidos de direita tendem a recrutar mais nas classes de renda elevada, e os partidos de esquerda, nas classes de baixa renda, nas classes médias e populares, ou, mais exatamente, em setores dessas classes.

Nas principais legendas, o crescimento ou a diminuição do número de representantes na CD não afetaram significativamente as características sócio-ocupacionais dos principais partidos. Ascenso ou declínio desses partidos, isto é, o número de cadeiras que obtêm, resultam em alterações no conjunto da CD, o que não aconteceria se os partidos tivessem os mesmos perfis sócio-ocupacionais. No caso, como os partidos de direita e de centro recuaram, a Câmara se tornou mais "popular" ou se "democratizou" socialmente. Não seria preciso dizer que a esse movimento de ascensão das classes médias na política nacional se relaciona uma massificação mais ampla da vida social do país, fenômeno externo ao sistema político. O exame dessa questão, porém, escapa aos objetivos desta pesquisa.

De modo mais geral, o desalinhamento partidário decorrente dos resultados eleitorais entre as duas legislaturas não afetou o perfil social da maioria dos partidos, com exceção do PTB e do PL. Para relembrar, consideremos as quatro categorias ocupacionais que formam os principais armazéns de abastecimento da classe política brasileira no Legislativo federal: o setor empresarial, a burocracia pública, o magistério e os profissionais liberais. Os deputados que eram (ou são ainda) empresários eram 44,8% da CD na 51ª Legislatura, mas sua presença declinou para 37,0% na 52ª. O setor público passou de 20,1% para 23,6%. Os ex-professores foram de 15,8% para 16,8%, e os profissionais liberais mantiveram praticamente sua parte, com cerca de 28%.

Obviamente, a reeleição, ou seja, o retorno dos mesmos parlamentares para a legislatura seguinte, seria um fator de continuidade do perfil social, desde que a migração partidária não fosse excessiva a ponto de alterar, no troca-troca de siglas, a composição sócio-ocupacional das legendas de saída e de entrada. Como já vimos, a taxa de renovação foi elevada, aproximadamente a metade da Câmara. Entretanto, ela não afetou

a composição das bancadas, inclusive entre os partidos em que os índices de renovação foram os mais altos, como o PT e o PDT.

Os partidos de direita

O PFL, em 1988, ganhou 105 cadeiras. Dessas, 62,9% foram ocupadas por políticos do mundo dos negócios urbanos, rurais e mistos. Trata-se do setor ocupacional mais importante, de longe, na bancada do PFL. Em 2002, porém, o número de deputados eleitos por esse partido baixou para 84, dos quais 47 (56% da bancada) vindos do meio empresarial. Houve assim uma redução de 29% desse setor socioeconômico no PFL, o que não impediu que os deputados que eram ou são empresários continuassem como o mais importante bloco da bancada.

O segundo meio de recrutamento do PFL, nas eleições anteriores, havia sido o setor público (23,8%). Na 52ª Legislatura, esse meio continuou em segundo lugar, mas a porcentagem de parlamentares daí originários aumentou para 29,8%. Foi um aumento relativamente importante, decorrente também da queda na proporção de parlamentares vindos do meio empresarial. (Em números absolutos, nas duas legislaturas, 25 deputados peefelistas vieram da burocracia estatal.)

As profissões liberais continuaram importantes na bancada pefelista: 23,8% na 51ª Legislatura e 28,6% na 52ª. Mas, tal como aconteceu com a proporção de parlamentares que vieram do setor público, o aumento da proporção de profissionais liberais na bancada dessa sigla decorreu da redução do espaço que os empresários ocupavam porque, em números absolutos, a variação foi mínima: 25 deputados na 51ª e 24 na 52ª Legislatura. A proporção dos ex-professores também permaneceu sem alteração: cerca de 10% e 11%, correspondendo a 11 e nove casos, respectivamente. Na 52ª Legislatura, dos 190 deputados do total da CD que vieram do meio empresarial, 47 (24,7%) elegeram-se pela legenda do PFL.

O PP, que também sofreu forte recuo em 2002 (49 parlamentares eleitos contra sessenta em 1998), manteve seu perfil de partido com forte presença de empresários em sua bancada, mais ainda do que o PFL: 63,3% contra 70,0% na 51ª Legislatura. Diferentemente do PFL, o setor público, para o PP, não é importante como meio de recrutamento político: somente

16,3% nas eleições de 2002 e 15,0% nas de 1998. A presença dos deputados originários dos segmentos das classes médias e baixas mencionados antes é igualmente insignificante nos dois partidos. Vemos, pois, que o PP não sofreu alteração no seu perfil, apesar da redução quantitativa de sua bancada na Câmara eleita em 2002.

Antes de passar à análise dos partidos de centro, conviria examinar outras duas legendas de menor importância habitualmente colocadas na direita do espectro político: o PTB e o PL. Em termos de resultados eleitorais, essas siglas caracterizam-se por *performances* opostas nas duas disputas.

O PTB havia chegado a 31 cadeiras em 1998, mas declinou para 26 em 2002. Ganhos e perdas de representantes, em princípio, são oscilações para cima ou para baixo que, se todos os demais fatores permanecem os mesmos, operam a favor de alterações no perfil social das bancadas (e também na força relativa das tendências e facções internas). O crescimento traz políticos novos para a legenda nem sempre recrutados dos mesmos meios sociais de onde vieram os membros mais antigos. Teoricamente, as perdas também poderão afetar a composição do partido se não se distribuírem igualitariamente entre os grupos ocupacionais existentes no interior da bancada. Foi o que aconteceu no PTB. Essa legenda perdeu 16% dos seus deputados: caiu de 31 para 26 entre as duas eleições.

Nesse caso, efetivamente ocorreram algumas alterações que afetaram a composição social dessa sigla. O resultado foi, na 52ª Legislatura, um perfil mais de “direita” desse partido. Na 51ª Legislatura, os empresários (todos os setores empresariais incluídos) representavam 41,9% da bancada petebista (13 deputados em 31). Na 52ª, a proporção passou para 53,8% (14 deputados em 26). O grande aumento (em termos proporcionais) nesse grupo ocupacional veio dos deputados que eram (ou são ainda) empresários rurais: de um para seis.

Desse modo, o grupo dos empresários manteve-se como o mais numeroso na bancada petebista. Mas a composição interna do partido alterou-se em razão de mudanças ocorridas em outras categorias profissionais na bancada. As profissões liberais, representadas por nove deputados na bancada do PTB eleita em 1998, caíram para cinco. O número de parlamentares que eram pastores baixou de seis para três. O único meio

de recrutamento político que cresceu — na contramão do declínio eleitoral do PTB — foi o setor público, que forneceu quatro deputados petebistas na 51ª e seis na 52ª. Por outro lado, a proporção de parlamentares originários das classes médias e baixas (bancários, metalúrgicos, pastores, técnicos, trabalhadores rurais) continuou minúscula, próxima de zero na bancada petebista em ambas as legislaturas.

O PL foi o outro partido de direita cuja dimensão quantitativa da bancada se alterou concomitantemente com a alteração do perfil social. Provavelmente o fator causal seja externo a essa relação: isto é, o afluxo de muitos deputados para uma legenda que fazia parte da coligação governamental (com as vantagens daí decorrentes). A legenda abriu-se para outros segmentos sociais, especialmente para os pastores das igrejas pentecostais, que lhe trouxeram muitos votos.

Na 51ª Legislatura, o PL elegera somente 12 parlamentares, dos quais sete tinham vindo do meio empresarial, seis do setor urbano e um do agronegócio, o que significa dizer que era um pequeno partido sem vínculos sociais com proprietários rurais. Dos seus parlamentares, dois tinham sido professores. Nenhum tinha vindo das classes populares. Vale notar que, na bancada que resultara da eleição de 1998, não havia nenhum pastor e ninguém do setor de comunicações e das classes populares.

Na eleição de 2002, o PL mais do que dobrou sua bancada. Logo depois, cresceu ainda mais com a migração de deputados eleitos por outras legendas para a do vice-presidente da República. Da eleição para a posse dos novos parlamentares, a legenda do PL já tinha passado para 33. Em começos de maio de 2005 estava com 46. Com o crescimento veio a alteração do seu perfil social que mencionamos. Houve expansão de algumas categorias profissionais e declínio de outras. Como resultado, a fisionomia social do PL mudou bastante. A proporção de parlamentares que vieram do meio empresarial baixou de 58% para 31%, todos do setor urbano. Os deputados que eram pastores, e não estavam representados na legislatura anterior, passaram a ser o primeiro grupo ocupacional em ordem de importância na bancada do PL, superando o dos empresários: 11 contra oito. O número de professores baixou de dois para um. O aumento do número de pastores pentecostais levou a um grande aumento dos

comunicadores.[5] Nenhum deputado vindo do setor de comunicação havia sido eleito em 1998. Contudo, no pleito seguinte, os radialistas e locutores de rádio e TV passaram a seis.

De modo esquemático, mas que julgamos não equivocado, em termos sociais a bancada do PL tornou-se mais “popular” em virtude, de um lado, da diminuição do número de deputados que tinham atividades empresariais e, de outro, do aumento de pastores (que são locutores ou apresentadores de programas de rádio e TV). Na bancada anterior, as categorias ocupacionais “populares” estavam ausentes. O novo perfil e a presença forte dos pastores sugere uma legenda politicamente mais conservadora, supondo que não ocorram muitas trocas de partido num futuro próximo.

Os partidos de centro

PMDB e PSDB, os dois grandes partidos de centro, também não mudaram fundamentalmente seu perfil social como resultado das duas eleições. Contudo, houve alterações na *proporção* das categorias profissionais nas bancadas desses partidos na CD, alterações um pouco mais expressivas do que nos casos do PFL e do PP. Essas alterações, porém, dizem respeito a variações no peso das categorias profissionais e ocupacionais que não afetam a disposição em *ordem* de importância de cada uma delas.

Por exemplo: o PSDB e o PMDB tinham uma elevada proporção de deputados vindos do mundo dos negócios, da ordem de 40% na primeira legenda e de quase 50% na segunda. O espaço dos deputados tucanos vindos desse setor econômico declinou fortemente: de 40,4% para 31,4% (em números absolutos, de 40 para 22). No PMDB, a proporção continuou a mesma, cerca de 50% nas duas legislaturas. Apesar das perdas, *o setor empresarial continuou nos dois partidos como a primeira fonte de recrutamento,* um pouco menor entre os tucanos do que entre os peemedebistas.

Depois dos empresários, em ambas as siglas, vem o grupo de deputados que eram profissionais liberais. O setor público continuou importante nos dois partidos e variou pouco. O magistério vem a seguir,

[5] Lembremos que, nos casos de mais de uma ocupação ou profissão, todas são registradas.

como quarto meio profissional de recrutamento nas duas legendas; mas, tal como na legislatura anterior, trata-se de um meio de recrutamento partidário mais relevante para o PSDB do que para o PMDB. Entre os tucanos, cerca de 21% de seus parlamentares eleitos em 2002 tinham sido professores. No PMDB, eram I 5%, em porcentagem redonda. Esses números sugerem que a bancada tucana é um pouco mais "intelectualizada" do que a do PMDB. De outro lado, a proporção de parlamentares originários das classes médias e populares continuou muito pequena nesses dois partidos.

Os partidos de esquerda

Os perfis dos partidos de esquerda também permaneceram aproximadamente os mesmos. No PT, a proporção de deputados vindos do setor empresarial continuou baixa, mas houve um pequeno aumento desse setor de uma legislatura para outra: de dois para cinco. Já a proporção de ex-professores praticamente não variou: cerca de um terço nas duas legislaturas, o maior grupo profissional da bancada petista, fato que contribuiu para a continuidade das feições sociais do PT. Dos 91 deputados petistas eleitos em 2002, 33% eram professores, porcentagem bem acima da existente no total da Câmara (aproximadamente 17% nas duas legislaturas). O exame de como os ex-professores da CD se dividem por partido permite captar melhor a importância do magistério como setor de recrutamento para o PT, muito maior do que em todos os demais partidos, inclusive entre os outros considerados de esquerda.

Para a 51ª Legislatura, foram eleitos 81 deputados (15,8% da CD) vindos do magistério (todos os níveis e setores). Desses, vinte (24,7% do total de professores) foram eleitos pela legenda do PT. Na eleição seguinte, 86 deputados desse setor chegaram à CD (16,7%), dos quais trinta (35,0%) pelo PT. Houve, portanto, no total da Câmara, um aumento de cinco deputados docentes. O crescimento deve-se principalmente ao PT. Na bancada petista, os ex-professores passaram de vinte para trinta, o que significou também ligeira ampliação, em termos proporcionais, do espaço dos professores na CD: de 15,8% nas1ª Legislatura para 16,8% na 52ª (81 para 86).

Seguem-se, em ordem de importância na bancada desse partido, os que vieram das profissões liberais. Na 51ª, o PT, então com 59 deputados,

tinha 25% de profissionais liberais em sua bancada (quinze casos). Na 52ª, com 91 deputados, a proporção baixou para 21% (19 casos), abaixo da porcentagem do total da CD, que ficou próxima de 29% nas duas legislaturas. Na verdade, na bancada petista eleita em 2002, não houve redução do *número* absoluto dos que tinham sido profissionais liberais. Mas sua *proporção* diminuiu, porque outras categorias aumentaram. Os parlamentares originários das classes médias assalariadas e populares (bancários, trabalhadores industriais, técnicos e lavradores) perfaziam 25% da bancada, muito acima da porcentagem de aproximadamente 7% do total da Câmara. A porcentagem de 17% de ex-funcionários públicos entre os petistas está bem abaixo da participação dessa categoria na CD: 20,1% na 51ª Legislatura e 23,6% na 52.ª

Não aconteceu, pois, mudança significativa no perfil social da bancada petista, embora algumas categorias profissionais tivessem ampliado seu espaço. Houve, no entanto, uma alteração importante que convém examinar com um pouco mais de detalhe. O número de parlamentares petistas que eram funcionários públicos antes da obtenção de um primeiro mandato tinha sido, como resultado das eleições de 1998, de apenas dois. Para a legislatura seguinte, o número chegou a 15. Essa pesquisa não dá elementos ara uma explicação mais segura desse súbito aumento do espaço do setor público na bancada petista eleita em 2002. Mas, a partir de uma ligeira caracterização desse grupo de ex-funcionários, pode-se supor que o aumento está ligado ao avanço político do PT e à consequente conquista de partes do aparelho estatal nos níveis municipal e estadual. Aparentemente, o PT repete aqui o que já havia acontecido com outros grandes partidos: de um partido que estava de fora, passa a estar dentro do Estado, com as vantagens que o fato proporciona e também suas consequências nas orientações políticas e comportamentais.

Nesse sentido, deve-se observar o número de deputados do PT da 52ª Legislatura (cinco casos) que tinham tido cargos de assessorias ou chefias de gabinetes antes de serem eleitos pela primeira vez.[6] Dois desses chefes

[6] Eis alguns exemplos retirados do grupo de parlamentares petistas que exerciam essa função pública antes da obtenção de um primeiro mandato: deputada Iriny Lopes (ES), assessora parlamentar na Assembleia Legislativa do Espírito Santo, eleita diretamente para a CD da 52ª Legislatura; deputado Ivo José (MG), chefe de gabinete da Prefeitura Municipal de Ipatinga (MG), entre 1989-1990, eleito deputado estadual em Minas Gerais em outubro de

de gabinete foram eleitos diretamente para a CD. Do total de 15 ex-funcionários, oito começaram a carreira política elegendo-se diretamente para a Câmara Federal.

O crescimento do setor público como uma fonte importante de recrutamento de políticos petistas e o número relativamente elevado de deputados do PT que foram assessores e chefes de gabinete antes de chegarem à Câmara resultam do fortalecimento do PT na administração pública brasileira já antes da eleição de Lula, consequência de êxitos eleitorais anteriores na disputa por governos municipais e estaduais. Por outro lado, o número de sindicalistas petistas eleitos em Estados pobres evidencia a ampliação da participação na política nacional das classes médias e baixas dessas áreas.

Excluindo-se os cinco deputados do PT que tinham sido agricultores (cerca de 5% de seus deputados federais), a maioria de sua bancada poderia ser entendida como originária de camadas das classes médias e, em menor medida, das classes médias baixas. Na impossibilidade de uma caracterização sociológica mais exata desse grupo, pode-se afirmar — com maior grau de generalidade, mas também com menos chance de errar— que quase toda a bancada petista, pelo menos no início da vida política, na sua fronteira inferior, estaria fora das faixas das classes pobres e, na sua fronteira superior, das classes ricas. Essa conclusão baseia-se, além de no exame da distribuição das ocupações e profissão dos membros da bancada petista, no exame da distribuição patrimonial e dos níveis de escolaridade.

Na 51ª Legislatura, 80% dos deputados do PT estavam na faixa que denominamos de baixo patrimônio. Os outros 20% localizavam-se na faixa que denominamos de médio-baixo patrimônio. Nenhum deputado petista declarou possuir bens nas faixas superiores. Não havia, então, na bancada

1990 (antes, havia sido assessor parlamentar da Assembleia Legislativa de Minas, 1987-1988); deputado José Dirceu, assistente jurídico, auxiliar parlamentar e assessor técnico de gabinete da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (1981-1987), elegeu-se deputado estadual na eleição de 1986; deputado Odair Cunha, de Minas, assessor do gabinete da deputada estadual Maria Tereza (1999-2000) e depois conselheiro jurídico das prefeituras e câmaras do sul de Minas de 1999 até sua eleição diretamente para a Câmara Federal (52ª Legislatura); deputado Vander Loubet (MS), chefe de gabinete na Assembleia Legislativa (1990-1998), tendo em seguida sido nomeado secretário de Estado do Governo de Mato Grosso do Sul e secretário de Infra-Estrutura e Habitação (2000-2001) quando o tio, Zeca do PT, era governador do Estado, se elegeu em 2002 deputado federal.

do PT deputados nas faixas de patrimônio médio-alto e alto. No conjunto, a bancada petista reunia os deputados com patrimônio menor do que os demais partidos.[7]

A má colocação no *ranking* dos patrimônios refere-se aos deputados federais do PT eleitos em 1998. Contudo, a pesquisa sobre a riqueza dos políticos brasileiros efetuada pelo jornalista Fernando Rodrigues mostrou que houve forte crescimento da riqueza dos petistas (sempre segundo as declarações entregues pelos candidatos aos TREs). Entre os quatro principais partidos que, somados, obtiveram cerca de 60% dos votos para a CD em 2002 (PT, PFL, PSDB e PMDB), o PT foi o partido cujo valor patrimonial dos seus membros mais cresceu entre 1998 e 2002. Considerando-se o valor médio de todos os deputados de todos os partidos parlamentares, o crescimento do valor médio do patrimônio da bancada petista só ficou abaixo do PTB, legenda na qual a média cresceu percentualmente mais: 172,2% contra 83,7% do PT. Com exceção do PSB (54,0%), os outros partidos ficaram abaixo de 50%. Apesar desse rápido crescimento, em números absolutos o valor médio da riqueza dos parlamentares petistas é bem menor do que os dos políticos dos outros partidos grandes e médios: PTB, PFL, PMDB e PSDB, nessa ordem, eram as legendas cujos políticos tinham uma média de valor patrimonial mais alta.[8]

A bancada do PCdoB, com 12 parlamentares na 52ª Legislatura, do ponto de vista da composição sócio-ocupacional, é a que mais se aproxima da do PT. A semelhança decorre da existência, nessa pequena bancada, de um número relativamente alto de deputados vindos das camadas médias com baixo rendimento e, principalmente, da mínima importância do meio empresarial como fonte de recrutamento político do PCdoB (um caso), tal como no PT (cinco casos), na 52ª. Outro ponto de aproximação é a elevada proporção de ex-sindicalistas entre os comunistas. Dos 12 parlamentares eleitos pela legenda do PCdoB, sete tinham sido sindicalistas. No PT, 47% vieram dos sindicatos. A proporção de sindicalistas no PT é um pouco mais baixa, mas o número

[7] Informações retiradas das declarações patrimoniais entregues aos tribunais regionais eleitorais e publicadas em meu livro *Partidos, Ideologia e Composição Social.*
[8] Fernando Rodrigues, *Políticos do Brasil* (São Paulo: Publifolha, 2006).

absoluto é bem mais alto, entre outras razões porque o PT elegeu mais deputados: 43 sindicalistas numa bancada de 91 deputados.

O pequeno número de membros da bancada do PCdoB não autoriza generalizações, mas entre os comunistas, em comparação com os petistas, o peso das classes médias parece maior, em razão do grande número de profissionais liberais (cinco numa bancada de 12). Outra diferença está na existência dos deputados que vieram do magistério. Os ex-professores representavam quase um terço da bancada petista, enquanto, na bancada comunista, eram somente 17%. (A comparação com a bancada comunista na 51a Legislatura fica prejudicada pelo número ainda menor de casos: o PCdoB só elegeu sete deputados em 1998.)

Os outros partidos de esquerda, nas duas legislaturas, recrutaram em meios sociais mais elevados do que o PT e o PCdoB. O PSB, para a 51ª Legislatura, elegeu 18 deputados, dos quais seis tinham vindo do setor empresarial, cinco, das profissões liberais, quatro, do setor público, um, do que denominamos "outros profissionais", três eram professores e um indicou ser "mecânico" no início da vida profissional.[9] Nas eleições de 2002, o partido melhorou um pouco seu desempenho, passando para 22 parlamentares.

As alterações na composição social da bancada socialista foram pequenas e consistiram principalmente na ligeira diminuição de parlamentares que vieram do meio empresarial, se colocarmos em porcentagens. Em números absolutos, foram seis empresários nas duas legislaturas. Como o PSB aumentou o número de suas cadeiras de 18 para 22, a proporção de empresários baixou de 33,3% para 27,3%. A de profissionais liberais subiu para nove (eram cinco); os professores e os funcionários públicos ficaram com cinco casos cada um. Esses números

[9] Referimo-nos ao deputado Beto Albuquerque (PSB-RS), que se reelegeu para a 52ª Sua carreira é atípica para trabalhador fabril. Seu currículo registra a atividade profissional como mecânico, em oficina em Passo Fundo (1975-1990). Nas eleições de outubro de 1990, elegeu-se deputado estadual na Assembleia gaúcha. Na tabulação das profissões, seguindo o critério que adotamos — última profissão/ocupação antes do primeiro mandato —, o deputado foi classificado de "mecânico". O parlamentar formou-se em Direito na universidade dessa cidade (1986-1990), no mesmo ano em que se elegeu pela primeira vez deputado estadual. A biografia da CD registra "advogado" como profissão.

indicam que o PSB é um partido que está atraindo principalmente políticos de classe média ou classe média alta, tendência que encontra apoio nos dados relativos ao crescimento do valor do patrimônio dos deputados desse partido entre as duas legislaturas: quarta maior legenda em crescimento porcentual do patrimônio, como mostram os dados de Fernando Rodrigues.

Tal como na maior parte dos outros partidos, as mudanças no perfil sócio-ocupacional do PDT entre as duas legislaturas foram pequenas, apesar da elevada proporção de novos deputados em sua bancada: 52%, em porcentagem redonda. A variação quantitativa da bancada federal do PDT continuou a caracterizar-se pela presença dominante de profissionais liberais: 13 na 51ª Legislatura e nove na 52ª. A porcentagem dos que foram empresários continuou em torno de um quinto. O perfil do PDT nas duas legislaturas sugere, tal como no PSB, um partido de classe média alta, com poucos empresários e quase nenhum parlamentar vindo das classes populares. No entanto, o PDT diferencia-se do PSB pela proporção menor de empresários em sua legenda (19% contra 27% no PSB, na 52ª). Outras diferenças são pequenas e não parecem caracterizar tendências mais definidas, principalmente quando lidamos com números de casos pequenos que podem ser afetados pela presença de um deputado "bom de voto".

Dos quatro pequenos partidos de esquerda, o ex-Partido Comunista Brasileiro, o atual PPS, é o que tem a bancada menos "popular". Seu perfil é equivalente ao dos partidos de centro, em razão da elevada proporção de membros que eram (ou são) empresários. Nas eleições de 1998, o PPS elegeu apenas três deputados. Na de 2002 subiu para 15, dos quais seis empresários do setor urbano e dois do setor rural. Outros sete deputados eram profissionais liberais.[10] A renovação foi grande: 11 novos deputados e quatro reeleitos.

[10] Nas duas bancadas que estamos comparando, o PPS teve um dos parlamentares de maior patrimônio na CD: o deputado João Herrmann Neto, empresário rural, diretor-presidente da Destilaria Guaricanga, localizada em Presidente Alves (SP). No momento em que escrevemos, João Herrmann Neto está no PDT (fonte: CD e Declaração Patrimonial, TRE, SP; Fernando Rodrigues, op. cit.).

Há, no PPS, apenas um caso de deputado vindo das classes trabalhadoras.[11] O número de ex-professores na bancada do PPS, um indicador forte de orientação política "mais à esquerda", é igualmente baixo: dois casos na bancada da 52ª Legislatura. Avaliado por sua bancada, o PPS parece um partido com sua identidade comunista original profundamente alterada.[12]

Não se trata apenas das óbvias consequências ideológicas e programáticas do fim da URSS e da composição social de sua bancada (de classe média para alta), mas também das origens partidárias de seus deputados nas CD. Dos 15 parlamentares que chegaram à CD pela legenda do PPS em 2002, somente dois vieram do MDB, embora fossem, de fato, do antigo "Partidão" (os deputados Roberto Freire e João Herrmann Neto). Dois parlamentares que haviam sido eleitos pelo PPS em 2002 (coincidentemente, jovens empresários do setor urbano) foram para o PL, enquanto o outro foi para o PP. É curioso observar que os dois parlamentares que passaram para o PL (Giacobo, PR, e Junior Betão, AC) se elegeram pela primeira vez pelo PPS e não estiveram em outro partido antes de se transferirem para o PL, que, em termos programático-ideológicos, está bem distante do PPS. O fato sugere, para o PPS, um perfil ideológico pouco nítido.

Os dados sobre a composição social dos outros partidos considerados são indicativos de que, em termos de vias de ascensão social e política, com exclusão do PT e, em menor medida, do PCdoB, os outros partidos de esquerda — tal como os de centro e, mais ainda, os de direita—, oferecem poucas chances para o começo de uma carreira política para pessoas de origem popular e/ou que não disponham de outros trunfos para aumentar as chances de entrada na vida política. Nos outros quatro partidos de esquerda, os dados apontam uma composição social de classe média, ou de classe média alta, como dissemos. Não

[11] Trata-se do deputado Cláudio Magrão, caldeireiro de Osasco (SP). Eleito pela primeira vez para a CD em 2002, é presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco e Região e presidente da Federação dos Metalúrgicos de São Paulo, ligada à Força Sindical (fonte: CD).

[12] Consideramos na análise da composição da bancada do PPS apenas a que resultou da eleição de 2002, em razão do número muito pequeno de deputados eleitos em 1998.

servem de canais de ascensão para os que vêm um pouco mais de baixo, não apenas em termos de renda, mas também de escolaridade.[13]

[13] Nas próximas tabelas, os dados serão apresentados em números absolutos em razão do número muito pequeno de casos em alguns partidos e também para não sobrecarregar demasiadamente os eventuais leitores com número excessivo de tabelas.

Tabela 23-A: Composição profissional dos partidos

51ª Legislatura

Profissões	PFL	PP	PMDB	PSDB	PT	PDT	PL	PTB	PSB	PPS	PCdoB	Outro
Empresários urbanos	41	24	25	28	2	3	6	8	4	1	–	4
Empresários rurais	18	11	10	10	–	2	–	1	2	–	–	3
Empresários mistos	7	7	6	2	–	–	1	4	–	–	–	–
Total dos empresários	66	42	41	40	2	5	7	13	6	1	0	7
Profissões liberais tradicionais	25	11	25	32	15	13	3	9	5	1	4	1
Outros profissionais	1	1	2	8	2	2	1	–	1	–	–	–
Setor público	25	9	24	26	2	4	2	4	4	–	1	2
Professores	11	4	12	16	20	5	2	5	3	1	2	–
Comunicadores	4	5	–	5	5	1	–	3	–	1	1	4
Pastores	3	5	–	–	–	1	–	6	–	–	–	1
Empregados não-manuais em serviços	1	–	–	1	4	–	–	1	–	–	–	–
Técnicos	–	1	–	–	6	–	–	1	–	–	–	–
Metalúrgicos	1	–	–	–	5	–	–	–	1	–	–	–
Trabalhadores agrícolas	–	–	–	–	3	–	–	–	–	–	–	–
Outras profissões	–	1	–	–	1	–	–	–	–	–	–	–
Políticos	–	–	3	1	–	1	–	–	–	–	–	–
Bancada	105	60	83	99	59	25	12	31	18	3	7	11

Tabela 23-B: Composição profissional dos partidos

52ª Legislatura

Profissões	PFL	PP	PMDB	PSDB	PT	PDT	PL	PTB	PSB	PPS	PCdoB	Outro
Empresários urbanos	28	18	21	15	4	4	8	7	6	6	1	6
Empresários rurais	14	7	10	5	1	–	–	6	–	2	–	1
Empresários mistos	5	6	6	2	–	–	–	1	–	–	–	–
Total dos empresários	47	31	37	22	5	4	8	14	6	8	1	7
Profissões liberais tradicionais	24	11	24	21	19	9	5	5	9	7	5	6
Outros profissionais	–	3	2	3	6	1	–	–	1	–	1	2
Setor público	25	8	21	21	15	5	4	6	5	3	2	6
Professores	9	5	11	15	30	2	1	3	5	2	2	1
Comunicadores	3	2	4	2	2	1	6	3	–	–	1	4
Pastores	3	2	3	1	–	1	11	3	2	–	–	–
Empregados não-manuais em serviços	1	–	–	1	6	1	–	–	–	–	1	–
Técnicos	1	–	–	–	6	–	2	–	–	–	1	1
Metalúrgicos	–	–	–	–	5	–	1	–	1	1	–	–
Trabalhadores agrícolas	–	–	–	–	5	–	–	–	–	–	–	–
Outras profissões	–	2	–	–	–	–	–	–	–	–	–	1
Políticos	4	–	5	1	3	1	–	1	–	1	–	–
Bancada	84	49	75	70	91	21	26	26	22	15	12	22

5. Sindicalistas na política

Os ex-sindicalistas na CD

Esse grupo compreende os diretores e presidentes de entidades do sindicalismo oficial e de associações profissionais, como a dos funcionários públicos e de profissionais liberais. A entrada dos sindicalistas para a CD reforçou o peso das camadas das classes médias assalariadas e, em menor extensão, o das classes trabalhadoras na política brasileira, contribuindo para reduzir o espaço ocupado pelos políticos que vieram das classes proprietárias, dos homens de negócios, dos grupos de renda elevada e dos setores empresariais. Na sua maioria, os ex-sindicalistas tendem a ter posições nacionalistas, corporativas e estatizantes, definidas habitualmente como de esquerda. Portanto, no espectro ideológico da CD, o crescimento desse grupo favoreceu os partidos que foram classificados de esquerda, especialmente o PT.

A eleição do símbolo máximo de sindicalista para a Presidência da República do país deu visibilidade ao espaço ocupado na política brasileira pelos ex-sindicalistas, que, na verdade, havia muito tempo tinham passado do campo sindical para o campo político. Em outros termos: já eram políticos profissionais muito antes da eleição de Lula para a Presidência. Desse modo, os sindicalistas no governo e no Legislativo devem as posições governamentais que ocupam mais ao presidente Lula e ao PT do que à capacidade de pressão de um *lobbying* sindical capaz de impor representantes ao governo. A presença dos ex-sindicalistas mais idosos em posições de comando da administração pública política brasileira parece ter derivado mais de razões partidárias e de amizade, do antigo círculo de relações do presidente, do que da força atual do sindicalismo.

Essas observações vêm da constatação do declínio do sindicalismo como movimento social. Contudo, o modelo corporativo do sindicato único, que garante as funções de representação, qualquer que seja a capacidade de pressão dos sindicatos, mantém a força *institucional* dos sindicatos na política e na economia do país, mesmo num contexto de redução de sua capacidade de mobilização, em especial no setor privado. É esse modelo que foi execrado por aquelas lideranças chamadas "autênticas" nos anos 1980 e que permite o aumento do espaço ocupado pelo sindicalismo na

política brasileira, não como movimento social e político, mas como instituição importante pelas funções legais e burocráticas que lhe foram atribuídas em outras eras pelo poder público.

Stricto sensu, a atividade sindical remunerada não deveria ser entendida como profissão. Em princípio, um cargo na diretoria de um sindicato ou associação profissional é uma função de representação profissional obtida por eleição, por prazo determinado e fixado de antemão. Os que exercem essa função são chamados habitualmente de *dirigentes* ou *líderes* sindicais, denominação que sugere que a direção de uma entidade de representação profissional não é um emprego, mas sim uma função de representação profissional não burocrática, que vai além da autoridade e funções que um cargo na diretoria da entidade outorga.

Na verdade, o termo "dirigente sindical" serve para legitimar o emprego de milhares de funcionários em entidades inexpressivas, que se limitam a administrar o aparelho sindical sustentado financeiramente por fontes de renda obtidas com pouco ou nenhum esforço. Em muitos casos, a criação de mais um sindicato é quase um negócio que vem garantir a renda de um número de pessoas que ocupam posições remuneradas na entidade. O fato é mais do que conhecido para que nele nos estendamos mais.

Assim, ainda que posições de chefia nas organizações sindicais possam não ser entendidas como uma profissão, mas uma atividade de representação à qual se chega por meio de eleição (tal como na política), a função de administração de uma entidade de classe transforma-se em meio de vida, em emprego permanente, especialmente para os que chegam ao comando dos grandes sindicatos e associações profissionais. A atividade de representação profissional que, em princípio, deveria vigorar por tempo determinado, para um mandato, transforma-se em emprego, em profissão, tal como no caso da atividade política.

Os benefícios proporcionados pelo trabalho da representação profissional, de onde retiram a subsistência e usufruem benefícios superiores aos que auferiam na profissão original, levam os diretores de sindicatos a se esforçarem para continuar no meio sindical, se possível ascender ou passar para outro tipo de atividade mais vantajosa, porém sem retornar ao antigo emprego. E o campo profissional mais acessível aos

sindicalistas que sobem na organização sindical é o campo vizinho da política.

Muitos fatores fazem do campo político a primeira opção dos sindicalistas que desejam trocar o sindicato ou associação profissional pelo partido, saltar da área da representação profissional para a da representação política.

Sem estabelecer uma ordem de importância entre desejos e possibilidades individuais, há inicialmente uma limitação ligada à capacitação individual, fator que estreita o leque das opções profissionais dos sindicalistas que desejam passar para outra ocupação. Depois de alguns anos na atividade sindical, um presidente de sindicato provavelmente adquire habilidades administrativas e de organização.

Em compensação, com relação à sua ocupação anterior, fica defasado profissionalmente, sobretudo nestes tempos de rápida mudança tecnológica, que em geral requerem pessoal de qualificação mais elevada num mercado de trabalho mais competitivo. Além disso, depois de muitos anos de trabalho numa organização sindical, os diretores já estão na faixa de idade em que a obtenção de emprego fica mais problemática. Na verdade, as únicas habilidades para as quais se aprimoraram são as que se assemelham àquelas requeridas para a profissão de político.

Em primeiro lugar, o sindicalismo e a política são, ambos, atividades de representação de interesses de terceiros, o que significa, em princípio, que o sindicalista e o político não têm interesses próprios e dedicam a vida para melhorar a situação de outros.

Em segundo lugar, são eleitos por dada “circunscrição eleitoral” (uma categoria profissional, no caso dos sindicalistas; um segmento do eleitorado, no caso dos políticos) por tempo determinado para cumprir certas funções fora do meio socio-ocupacional de origem, para o qual raramente retornam.

Em terceiro lugar, as duas funções — em razão de resultarem de uma escolha dos membros da “circunscrição” habilitados a votar (ser sindicalizado com mensalidades em dia; ter título de eleitor, estar no gozo dos direitos políticos etc.) — contêm um componente de insegurança com relação à continuidade na atividade, isto é, a estabilidade no emprego. A

insegurança aumenta, e a tensão tende a aumentar ao final de cada mandato porque nunca há 100% de certeza de reeleição. Uma derrota pode significar desemprego e súbita queda de *status*.

Mas aqui funcionam alguns mecanismos de proteção que se assemelham aos do campo político. Companheiros sindicalistas, ou aliados externos ao meio sindical (em geral políticos), vêm em auxílio do derrotado, providenciando-lhe um cargo, normalmente uma assessoria política, uma chefia de gabinete no Legislativo ou no Executivo. Um emprego numa organização sindical pode também acontecer, mas de modo a não representar uma *capitus diminutio* para o líder (ou ex-líder).

A mesma solidariedade corporativa existe igualmente entre os políticos derrotados que são, a seguir, nomeados para alguma função remunerada no setor público, que possibilita, por um lado, a sobrevivência econômica dos que não possuem outras fontes de remuneração e, por outro, a sobrevivência política. Não se trata apenas de gestos de solidariedade, mas de uma ação política destinada a reforçar a coesão de um grupo, porque, no sindicalismo como na política, os chefes nunca estão sozinhos. Esses mecanismos de proteção são essenciais para fortalecer a solidariedade grupal e são considerados legítimos até mesmo pelos adversários, porque é algo que interessa a todos.

Em quarto lugar, as habilidades que favorecem a ascensão à condição de líder sindical são semelhantes às requeridas para entrar e subir na vida política, a começar pelo domínio da oratória, da arte da sedução e do convencimento, da capacidade de liderar e de formar um séquito.

Em quinto lugar, e ainda no plano psicossocial, a ascensão a posições de mando no meio sindical e político requer personalidades fortes, com ambição de poder além da crença (às vezes excessiva) na sua capacidade e na sua legitimidade para expressar interesses coletivos, quer dizer, definir quais são eles e como podem ser alcançados.

Em sexto lugar, as ambições políticas do dirigente sindical encontram razoáveis possibilidades de efetivação em razão da existência da máquina sindical, que, em menor ou maior medida, de modo mais manifesto ou oculto, trabalha para o êxito eleitoral do companheiro.

A passagem do mundo do sindicalismo para o mundo da política tem como passo inicial a conquista da presidência ou outro posto importante na diretoria de um sindicato poderoso, com uma ampla base de representação profissional (por exemplo, de metalúrgicos, de petroleiros, de professores, de servidores públicos) que pode servir também de primeiro degrau para ascensão interna na estrutura sindical, ou seja, das federações e confederações. Organismos centrais que "unificam" as categorias aumentam a força política de seus dirigentes e lhes abrem possibilidades de ascensão a patamares mais elevados das variadas instâncias do poder político.

O ponto máximo da carreira sindical é a chegada à presidência de uma central sindical, o que dá, de imediato, muito poder e influência no meio sindical, econômico e político, além, é claro, de tornar o presidente da central uma figura conhecida nacionalmente, com forte potencial eleitoral.

No plano das vantagens imediatas — conferências, palestras, entrevistas, viagens pelo país e para o exterior (as preferidas) —, o presidente de uma grande central sindical passa a ser um interlocutor assíduo dos meios empresariais, governamentais e políticos. As viagens, que sucedem com muita frequência para os principais dirigentes, talvez envolvam um interesse turístico, mas servem, de algum modo, para abrir os horizontes de pessoas que, contando apenas com seus próprios recursos, dificilmente ultrapassariam as fronteiras do país. Já os contatos e conchavos com chefias partidárias e governamentais elevam a influência das principais lideranças sindicais nos assuntos nacionais e as preparam para a entrada na vida pública.

Escapa ao âmbito deste trabalho aprofundar o assunto, porém não se pode deixar de mencionar o fato de que o presidente de uma central — e também das grandes federações e confederações do sistema corporativo estabelecido pela CLT — controla vastos recursos financeiros e uma grande máquina administrativa, que os diretores de sindicatos se esforçam sempre para aumentar. O presidente de uma central, nesse aspecto econômico, é como o presidente de uma empresa de médio ou grande porte. Desse modo, a chegada à direção de uma central sindical significa, para o ex-trabalhador ou ex-empregado, uma imensa ascensão social e econômica, culminação de uma carreira sindical bem-sucedida.

A importância das centrais sindicais e a própria interconexão das questões trabalhistas com os assuntos políticos, econômicos e sociais empurram as chefias sindicais para o campo político.

Desse modo, o presidente (ou um diretor) de uma central, antes mesmo de concorrer a um mandato, já começa a desempenhar um papel político que posteriormente vai facilitar sua transformação em homem público. Facilita ainda mais a transição de um campo para outro o fato de a cúpula das centrais e organizações sindicais importantes dificilmente deixar de estar ligada a algum partido ou liderança política.

Esse fato, mais a visibilidade que a ocupação de um posto máximo na central sindical proporciona, as habilidades de tipo político adquiridas na militância sindical capacitam seu presidente quase "naturalmente" a disputar um cargo político. Dependendo da importância da entidade sindical e do posto nela ocupado, os ex-sindicalistas podem entrar para a classe política "começando de cima", quer dizer, sem passar por etapas inferiores da carreira política (câmaras de vereadores, assembleias legislativas, às vezes prefeituras) que são comuns aos que ambicionam uma carreira política, mas que ainda não contam com os trunfos necessários.

O caso paradigmático de sindicalista que entrou "por cima" na vida política, queimando etapas, é, não seria preciso dizer, o do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, carreira repetida depois, em menor dimensão, por outros sindicalistas que ascenderam na política brasileira. Depois de ter dirigido três grandes movimentos grevistas no setor metalúrgico em 1978, 1979 e 1980 e de se tornado uma figura nacional, o presidente Lula candidatou-se a governador do Estado de São Paulo em 1982, sem nunca ter disputado uma eleição fora do sindicato. Teve cerca de 1,1 milhão de votos (10,8% dos votos válidos). Ficou em quarto lugar. Em 1986, candidatou-se a deputado federal na eleição para a Assembleia Nacional Constituinte. Obteve quase 651 mil votos, dez vezes mais do que o candidato que ficou em segundo lugar no PT. Foi o candidato a deputado federal mais votado em todo o país e ajudou eleger muitos outros.

Dois outros presidentes da CUT, Jair Meneguelli, em 1998, e Vicente Paulo da Silva ("Vicentinho"), em 2002, elegeram-se também diretamente para a Câmara dos Deputados. Dos quatro sindicalistas que ocuparam a presidência da CUT depois de Lula — no período em que ocorreram

eleições —, três se candidataram diretamente a deputados federais e foram eleitos na primeira tentativa de entrar para a classe política. Quase todos, como a grande maioria dos políticos brasileiros, alimentam a ambição (legítima) de passar da esfera do poder legislativo para a do executivo. As prefeituras municipais são os cargos mais disputados, de conquista muito mais fácil do que governos estaduais. Nesse ponto, os ex-dirigentes sindicais transformados em políticos não se diferenciam de outros integrantes da classe política: 85 deputados federais da 52ª Legislatura disputaram eleições municipais em cidades com mais de 200 mil habitantes. O PT foi o partido com maior número de candidatos (vinte), seguido do PMDB (dez).[1]

A CUT não é o único trampolim para a entrada por cima na política brasileira. Na Força Sindical (FS), Luiz Antonio de Medeiros Neto ("Medeiros") também foi diretamente para a Câmara, elegendo-se deputado federal em 1998, na primeira vez em que concorreu. (Foi reeleito em 2002.) Além da presidência da CUT e da FS, cargos de direção em outros sindicatos e associações não tão importantes propiciaram igualmente a passagem do campo sindical para o campo político, o que significa dizer também passagem para um degrau superior na pirâmide da estratificação social.

Por tudo isso, a luta pela direção de uma central sindical ou de um grande sindicato não deve ser entendida apenas como disputa sindical, mas como uma luta para a captura de uma plataforma importante de entrada para a política.

A primeira condição para a transferência de campo de atuação é, portanto, a conquista de um posto na diretoria de um sindicato poderoso, de preferência a presidência, porque outros cargos, ainda que ajudem a ascensão posterior no aparelho sindical, não têm a mesma força de popularização capaz de fazer do dirigente sindical um nome conhecido pelo eleitorado. Afastando os casos de compra de votos de eleitores alienados politicamente, a entrada na política requer que o candidato seja, uma "figura conhecida", alguém de quem "já se ouviu falar".

Por isso, a segunda condição é a realização de uma greve importante, que atraia a atenção da mídia, se possível com resultado favorável aos

[1] Agência Câmara, apud *JB Online,* 4/10/2004.

empregados. Foi o que aconteceu no passado com muitos presidentes de sindicatos que se projetaram depois de movimentos grevistas e depois conseguiram passar para a classe política com um bom número de votos.

A importância dos aparelhos sindicais

O papel do sindicalismo na promoção de seus principais chefes é perceptível pelo número crescente de ex-sindicalistas na política brasileira e, no caso em foco, na Câmara dos Deputados. Pode-se deduzir que militância sindical foi essencial para levar pessoas sem outros recursos e trunfos pessoais para uma instância importante do sistema político nacional, que é a Câmara dos Deputados, e, em menor extensão, para o Congresso Nacional.

Contudo, a avaliação de quanto, de fato, as chamadas entidades de classe contribuíram para a eleição de seus diretores é muito difícil de ser feita. A posição de comando nas entidades de classe pode ter ajudado a ascensão de diretores de sindicatos e associações profissionais mediante apoio material ou financeiro (direto ou indireto), tal como o deslocamento de ativistas sindicais para a campanha eleitoral, confecção de material de propaganda, contato com o eleitorado etc.

A importância de cada fator é difícil de ser individualizada. Essas formas de apoio, no entanto, parecem menos importantes do que a visibilidade advinda da ocupação de uma posição de destaque na direção de um sindicato ou associação de classe. No passado, a trajetória típica para a popularização do sindicalista era a realização de uma greve de impacto que atraísse a atenção dos meios de comunicação de massas e da opinião pública e legitimasse as ambições políticas do líder do movimento grevista. Para isso, era necessário que se tratasse de uma ação efetuada por um grande sindicato de um setor importante da economia, aspectos, aliás, que se conectam. Assim, greves de metalúrgicos, de bancários, de petroleiros, especialmente, ajudaram a projetar lideranças sindicais que, depois, conseguiram entrar e ascender na política.

Esse caminho, porém, dificilmente pode ser seguido neste século 21 e tende a não conduzir a resultados equivalentes aos do passado. No Brasil de hoje, a influência da organização sindical vem mais do peso do sindicato,

federação e confederação, e mesmo das centrais, como instituições protegidas por uma legislação corporativa. Nesse ponto, nossa impressão é que o enfraquecimento do sindicalismo como movimento social foi compensado pelo crescimento do PT e do PCdoB, que contavam com muitos sindicalistas em suas fileiras, como veremos logo mais. Essas legendas serviram de porta de entrada das camadas assalariadas de classe média e de classe baixa no Legislativo federal, em alguns casos de modo direto, quer dizer, sem seguir os passos de uma carreira política mais longa, como já salientamos no caso dos bancários e dos empregados não-manuais.

O crescimento da bancada sindical

Foram considerados ex-sindicalistas somente os deputados que tiveram cargos na diretoria de alguma associação profissional, sindicato, federação ou central. Outro requisito foi que a ocupação de algum desses cargos precedesse a obtenção do primeiro mandato num período de até dois anos, a fim de dar alguma base à suposição de que a atividade sindical ajudou a entrada na política. Deputados que foram sindicalistas muito tempo antes da primeira eleição e tiveram depois outras atividades profissionais não foram computados como sindicalistas.[2]

O aumento da proporção de ex-sindicalistas está ligado à expansão do PT e do PCdoB na CD e também no Senado. Na eleição de 1998, foram para o Congresso 44 sindicalistas (40 para a CD). Na de 2002, o número passou para 59, sendo 53 deputados (10% da Câmara) e cinco senadores (6% do Senado). Do total de sindicalistas eleitos para a 52ª Legislatura, 43 eram do PT e sete do PCdoB. O PPS, o PFL e o PP contribuíram com um sindicalista por legenda.

[2] O número de sindicalistas computado por nós difere ligeiramente do apresentado pelo Diap (2002). Essa entidade incluiu na bancada sindicalista os deputados Nelson Pellegrino (PT-BA) e Fernando Lopes de Almeida (PMDB, ex-PSB, RJ). Pelo critério que adotamos, o deputado Nelson Pellegrino foi classificado de *advogado* apesar de ter tido funções de assessoria junto a sindicatos, as quais podem ter ajudado sua eleição. Já o deputado Fernando Lopes foi classificado de economista e professor universitário, apesar de ter sido diretor do Sindicato dos Economistas no Rio de Janeiro no período de 1980-1982. Contudo, obteve o primeiro cargo eletivo muitos anos depois (em 1987, quando se elegeu deputado estadual). Sua carreira profissional é claramente ligada ao magistério universitário, com mestrado e doutorado pela FGV (fonte: CD).

Quadro 7: Sindicalistas por partido

52ªLegislatura		
Partidos	N	%
PT	43	81,4
PCdoB	7	13,2
PPS	1	1,8
PL	1	1,8
PP	1	1,8
Total	53	100

Vem do crescimento das bancadas dos partidos de esquerda o aumento do número de sindicalistas na política brasileira, de modo geral, e na CD, de modo particular. Assim, na legislatura eleita em 1998, 40 sindicalistas foram eleitos deputados federais (7,8% do total da CD). Na composição do atual Senado, cinco senadores foram diretores de sindicatos. Com exceção do senador Paulo Paim (ex-metalúrgico), quase todos vêm de sindicatos de assalariados não-manuais: três professoras, uma bancária e um metalúrgico (já citado), todos eleitos pela legenda do PT. Em termos de gênero, quatro mulheres e um homem.

A análise da profissão dos sindicalistas eleitos sob as legendas do PT e do PCdoB mostra que foram principalmente setores das classes médias assalariadas sindicalizadas, mais do que os das classes populares, que utilizaram a porta sindical para a entrada na classe política. Dois fatores que se interpenetram podem explicar a ascensão desses setores de classe média de escolaridade elevada nos partidos de esquerda, especialmente do PT. Pelo lado sindical, houve a grande expansão do sindicalismo do setor público de assalariados não-manuais, das áreas da saúde e da educação, em particular. Pelo lado partidário, houve a ascensão desses setores dentro do PT e a redução da proporção de trabalhadores manuais e operários nos organismos de cúpula desse partido, fortalecendo as feições de classe média do partido.[3]

[3] Ver Raquel Meneguello, *PT. A Formação de um Partido, 1979-1982* (Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989); Leôncio Martins Rodrigues, “A Composição Social da Liderança do PT”, em L. M. Rodrigues, *Partidos e Sindicatos* (São Paulo: Ática, 1990); L. M. Rodrigues, “PT: A New Actor in Brazilian Politics”, em Fernando J. Devoto e Torcuato Di Tella (orgs.), *Political, Culture, Social Movements and Democratic Transition in* South *America in the Twentieth Century* (Milão: Feltrinelli, 1997); Carlos Alberto Novaes, “PT: Dilemas da

Na 52ª Legislatura, a porcentagem de sindicalistas eleitos pela legenda do PT foi de 81%; pela do PCdoB, 13%. Dos 53 ex-sindicalistas eleitos, 52 o foram por partidos de esquerda, sendo o PT o principal canal de entrada para a classe política. O dado é indicativo da vinculação entre os sindicatos e associações de classe e o PT, observação que deve ser estendida para o PCdoB: 48% dos parlamentares petistas e 58% dos do PCdoB eram diretores de sindicatos ou associações profissionais.

O declínio do sindicalismo do setor privado, especialmente dos sindicatos de trabalhadores manuais da indústria, reflete-se nos meios profissionais e ocupacionais de onde veio a maioria dos parlamentares que foram sindicalistas, ou seja, sindicatos de não-manuais (em primeiro lugar professores e depois médicos e bancários), bem como de outras categorias que também costumam ser incluídas num dos estratos intermediários da sociedade.

A classificação em manuais e não-manuais deve ser tida como mera indicação a partir do ramo ou do setor de atividade, com uma margem de erro que não tivemos condição de calcular. Para o caso de alguns sindicatos profissionais (como os de professores, médicos, economistas etc.) não é difícil supor que sejam todos de não-manuais.

A distribuição total das entidades a que pertenciam os deputados que foram diretores de sindicatos é a seguinte: professores, 11; bancários, nove; médicos, sete; metalúrgicos, seis; petroleiros, três; trabalhador rural, três; servidor público, três; metroviário, dois; economista, um; têxtil, um; urbanitário, um; eletricitário, um; engenheiro, um; arquiteto, um; papel e celulose, um; gráfico, um; telefônico, um.

Quadro 8: Tipos de sindicatos

52ªLegislatura		
Sindicatos	N	%
Não-manuais	34	64,1
Manuais	16	20,2
Rurais	3	5,7
Total	53	100

Burocratização", *Novos Estudos Cebrap*, n. 38, mar. de 1993; Margaret Keck, *PT A Lógica da Diferença. O Partido dos Trabalhadores na Construção da Democracia Brasileira* (São Paulo: Ática, 1991).

Os ex-docentes vêm geralmente de escolas públicas. Em 1998, entre os professores cujo setor de ensino conseguimos identificar, oito eram de instituições do ensino público, superior ou colegial. Em 2002, 14 foram eleitos. A diferença, em termos absolutos, é pequena, mas o crescimento foi de 57%. Embora os sindicalistas e outros parlamentares do PT vindos de algum segmento do setor público não formem a maioria da bancada, é visível que o PT encontra mais facilidade de avanço entre as categorias profissionais da administração pública, como já tinha ficado evidenciado quando comentamos o perfil dos deputados que tinham sido bancários.

Por outro lado, o crescimento da bancada sindicalista entre empregados não-manuais, especialmente professores, mas também médicos, favorece a participação feminina na CD. Para a 51ª Legislatura, foram eleitas quatro deputadas sindicalistas num total de 39, quer dizer, 10,3%. Para a 52ª Legislatura, foram para a Câmara oito mulheres sindicalistas num total de 53, o que representa 15,1% do total de sindicalistas. Esse aumento é outro fator que contribui para a tornar mais diversificada a composição do Legislativo federal.

Chama a atenção, também, quando se coteja os ex-sindicalistas das duas legislaturas, a pequena variação na composição profissional dos deputados que vieram do sindicalismo, dado que não causa surpresa à luz da comparação entre o conjunto das bancadas do PT e do PCdoB, já comentada. Na verdade, as mudanças na composição das legislaturas tendem a ocorrer em pequena escala. No exame das mudanças na composição das "bancadas sindicais", seria difícil que o padrão fosse diferente.

Como dissemos, a classificação em manuais e não-manuais, feita a partir da categoria profissional ou do setor de atividade (Quadro 8), deve ser tida como indicativa. Para certos casos, não conseguimos saber exatamente a função e/ou tipo de trabalho exercido na empresa, quer dizer, se manual ou não, ainda que o sindicato esteja no setor industrial.[4]

Outra fonte de informação da composição social dos ex-sindicalistas vem do exame das profissões e ocupações. Na 52ª legislatura, a soma de

[4] O modelo sindical brasileiro não exige que o empregado de uma empresa do ramo metalúrgico, mecânico e de material elétrico, por exemplo, seja necessariamente um operário manual, embora seja habitualmente designado como "metalúrgico".

apenas três profissões (profissionais liberais, professores e empregados não-manuais em serviços) chega a cerca de 68% do total da "bancada sindical". Na 51ª, esse grupo era aproximadamente de 59%. O crescimento veio principalmente da grande expansão de sindicalistas de associações de professores na Câmara eleita em 2002. Em números absolutos, oito sindicalistas do magistério público elegeram-se em 1998; em 2002, 14 foram eleitos.

Tabela 24: Profissões agregadas dos sindicalistas

Níveis de escolaridade	**51ªLegislatura**		**52ªLegislatura**	
	N	%	N	%
Profissões liberais tradicionais	9	23,1	14	26,4
Outros profissionais	2	5,1	2	3,8
Empresários	2	5,1	1	1,9
Professores	10	25,6	15	28,3
Setor público	1	2,6	4	7,6
Comunicadores	2	5,1	0	–
Empregados não-manuais em serviços	4	10,3	7	13,2
Técnicos em geral	6	15,4	6	11,3
Metalúrgicos	6	15,4	7	13,2
Trabalhadores agrícolas/lavradores	2	5,1	3	5,7
Padres	1	2,6	0	–
Total de sindicalistas	39	115,4	53	111,4
Total de profissões	45	–	59	–

Maior precisão quanto às origens ocupacionais dos ex-sindicalistas pode ser obtida por meio de uma relação ainda mais desagregada das profissões dos sindicalistas na 51ª e 52ª Legislaturas. Os dados da tabela seguinte mostram o aumento da predominância das ocupações e atividades profissionais que requerem nível elevado de formação educacional, principalmente médicos e professores, como já mencionamos. Apesar disso, consideradas as profissões isoladamente, a proporção de metalúrgicos continuou alta, só superada, na 52ª Legislatura, pelos professores, médicos e bancários.

A comparação das ocupações e profissões dos sindicalistas das duas legislaturas é indicativa de declínio da força dos sindicatos de trabalhadores fabris do setor privado e dos sindicatos de assalariados não-manuais,

geralmente do setor privado.[5] O número de sindicalistas vindos de entidades do setor fabril ou de trabalhadores manuais aumentou, mas os de não-manuais cresceu mais. Os metalúrgicos passaram de cinco para seis. Os professores, de dez para 15; os médicos, de quatro para sete; e os bancários, também de quatro para sete, para citarmos os casos mais expressivos.

Tabela 25: Profissões desagregadas dos sindicalistas*

Profissão/ocupação	**51ªLegislatura**		**52ªLegislatura**	
Advogado	1	2,5	1	1,9
Médico	4	10,3	7	13,2
Engenheiro	3	7,7	4	7,5
Farmacêutico	1	2,5	2	3,8
Economista	1	2,5	1	1,9
Sociólogo	1	2,5	–	–
Arquiteto	–	–	1	1,9
Prof. do ens. publ. sup.	4	10,3	4	7,5
Prof. do ens. priv.sup.	2	5,1	–	–
Prof. do colegial. publ.	2	5,1	5	9,4
Prof. do colegial priv.	–	–	1	1,9
Prof. do ensino fund. Publ.	2	5,1	5	9,4
Jornalista	2	5	–	–
Padre	1	2,5	–	–
Empresário urbano	1	2,5	–	–
Corretor	1	2,5	–	–
Representante comercial	–	–	1	1,9
Auditor do gov. federal	–	–	1	1,9
Chefe de gabinete, assessor gov. estad.	–	–	1	1,9
Chefe de gabinete, assessor gov. mun.	–	–	1	1,9
Agente administrativo	–	–	1	1,9
Servidor público	1	2,5	–	–
Bancário	4	10	7	13,2
Técnico agrícola	1	2,5	–	–

[5] Esse movimento não está na contramão do que acontece atualmente em outros países, inclusive onde o sindicalismo foi muito poderoso: declinou o sindicalismo de trabalhadores fabris e de operários manuais, especialmente do setor privado, enquanto aumentou a importância do sindicalismo do setor público. Analisei o fenômeno da crise do sindicalismo em outra obra. Não é caso de, neste trabalho, entrar em mais detalhes sobre esse assunto. Ver Leôncio Martins Rodrigues, *Destino do Sindicalismo* (São Paulo: Edusp, 2002).

Programador de produção	1	2,5	1	1,9
Delineador naval	1	2,5	1	1,9
Técnicos	3	7,5	4	7,5
Gráficos	1	2,5	1	1,9
Metalúrgico, mecânico	5	12,5	6	11,3
Lavrador	2	5	3	5,7
Total de sindicalistas	39	53	–	–

*A soma dos percentuais é maior que 100% porque alguns deputados possuíam mais de uma profissão/ocupação.

O grau de escolaridade fornece outras indicações para a avaliação das origens sociais dos ex-diretores de sindicatos e associações profissionais: 60% têm instrução de nível superior completo; 15% tem superior incompleto, e somente 8% declararam escolaridade de nível elementar (Quadro 9). No caso do PCdoB, os níveis de escolaridade são mais altos do que os do PT, em parte porque nenhum trabalhador industrial ou lavrador elegeu-se por sua legenda: na 52ª Legislatura, seis dos ex-sindicalistas comunistas tinham formação superior e um tinha curso técnico e superior incompleto (em Geografia). A bancada de sindicalistas do PCdoB, porém, é muito pequena para possibilitar uma análise estatística: apenas três na 51ª e sete na 52ª. Por isso, não estão apresentados em tabela. Notemos, apenas, que, dos sete sindicalistas comunistas, três eram formados em Medicina. No caso dos petistas, com 43 ex-sindicalistas, havia apenas dois médicos. Em troca, 11 dos ex-dirigentes sindicais petistas (25,6%) vieram de entidades do setor da educação contra apenas um caso do PCdoB, dado que reforça a observação já feita sobre a origem social um pouco superior dos parlamentares comunistas.[6]

Quadro 9: Escolaridade dos sindicalistas

52ª Legislatura	
Escolaridade	%
Elementar	7,5
Secundária	3,8
Técnico	9,4
Superior incompleto	15,1
Superior completo	60,4
Sem informação	3,8

[6] Esses dados não estão apresentados em tabelas e foram retirados dos perfis biográficos (fonte: CD).

Observação final

O uso das profissões e ocupações como indicadores de pertencimento a agrupamentos socioeconômicos mais amplos — que costumamos chamar de classes sociais — é sempre sujeito a discussão, como, aliás, o conceito de classe social. No caso em exame, ademais, faltam informações mais exatas, individualizadas, que ofereçam uma percepção mais clara do *status* dos deputados que vieram do sindicalismo. Apesar disso, com as imprecisões inevitáveis, classificados pelos níveis de escolaridade, aparentemente cerca de 10% dos sindicalistas da 52ª Legislatura estariam nas classes populares e o restante, nas classes médias.

Mas são avaliações muito gerais. Algumas atividades profissionais de nível de instrução relativamente alto, como as dos professores do ensino médio, são mal remuneradas se comparadas com as de trabalhadores de setores industriais do setor privado, como os operários qualificados do ramo metalúrgico, petroleiro, petroquímico e outros. Os docentes do setor público dos níveis elementares provavelmente ficariam entre as classes médias baixas. Desse modo, a conclusão, com margem menor de erro, mas por isso mesmo com dose maior de generalidade, é que o recrutamento político pela via do sindicalismo e outras associações profissionais tende a levar à Câmara (e provavelmente a outras instâncias dos poderes Legislativo e Executivo) sobretudo assalariados dos estratos intermediários, que ocupam espaços antes pertencentes a políticos das classes altas. O crescimento da "bancada sindical" é, pois, mais um fator de popularização da classe política brasileira e do avanço dos setores da classe média assalariada e instruída no sistema político brasileiro.

6. Veteranos e novatos: controlando a extensão da mudança

Embora a renovação do pessoal político, em todos os países, não se efetue com a rapidez e a profundidade que a opinião comum frequentemente desejaria, no Brasil, a taxa de *turnover* eleitoral é das mais elevadas. Como mostrou André Marenko dos Santos, a renovação da CD em cada eleição tem oscilado, por mais de quatro décadas, em torno de 50% das cadeiras.[1]

O sistema de eleições proporcionais uninominais de lista aberta, com algumas circunscrições eleitorais de magnitude muito elevada (caso do Estado de São Paulo, por exemplo), tende a ser um estímulo, entre outros, para entrada na vida política, especialmente ante os muitos benefícios materiais e simbólicos que a profissão política oferece. O êxito na luta por uma cadeira na CD parece mais fácil quando estão em jogo muitas vagas (apesar do grande número de candidatos) do que em eleições uninominais de um turno *(plurality)*, como vigora na Grã-Bretanha e em suas ex-colônias (EUA, Canadá, Austrália e Nova Zelândia), onde os que já estão no cargo (os *incumbents)* levam muitas vantagens sobre os desafiantes.

No Brasil, para os que ainda nunca ocuparam uma cadeira de deputado federal (e enfrentam os que tentam a reeleição, dentro e fora do mesmo partido), parece relativamente fácil se eleger para a CD sem passar por experiência de ocupação de cargos eletivos em assembleias legislativas, câmaras municipais e prefeituras pequenas ou de porte médio. (A disputa para prefeituras de capitais ou de cidades importantes fica para políticos mais conhecidos, com maior tempo na vida pública, com mais legitimidade para conseguir apoio de seus colegas da própria classe política.)

A existência de fortes apoios políticos locais e apoios corporativos e associativos extrapartidários (associações de classe, igrejas etc.) pode ajudar a entrada direta na CD, impedir a reeleição de políticos veteranos e elevar a rotatividade na Câmara e de outros [2]órgãos legislativos. Na 52ª Legislatura, 217 deputados (42,3%) iniciaram-se na política diretamente pela CD.

[1] Op. cit.

[2] Nossos dados diferem dos do Diap, que contabilizou 283 reeleitos. Ocorre que o Diap levou em consideração os suplentes que assumiram os lugares de titulares e foram reeleitos, o que aumentou o número dos casos de reeleição. De nossa parte, o interesse de comparar os efeitos do pleito de 2002 no perfil social da CD levou-nos a considerar apenas os titulares. Suplentes reeleitos não foram levados em conta.

Na eleição de outubro de 2002, a renovação da CD chegou perto da metade: 208 novos deputados (40,5% do total) passaram a fazer parte dela pela primeira vez. (Daqui para a frente, os componentes desse grupo serão designados como *novos deputados.)* Estão excluídos dos *novos deputados* 39 parlamentares que não tinham sido eleitos para a 51ª Legislatura em 1998, mas já tinham sido deputado federal anteriormente e se elegeram para a 52ª Legislatura: não integraram o grupo de reeleitos, mas não são calouros na CD.

A esses parlamentares denominaremos, nas linhas seguintes, *novos veteranos. com* essas deduções, somente 266 parlamentares (51,9% da CD) vindos da 51ª voltaram para o exercício da legislatura seguinte. (Daqui para a frente, esses deputados reeleitos serão designados apenas como *reeleitos.)*

Quadro 10: Índices de reeleição

52ª Legislatura			
Novos Deputados	Reeleitos	Novos Veteranos	Total
208(40,5%)	266(51,9%)	39(7,6%)	513(100%)

Os partidos de esquerda foram os que obtiveram, em termos proporcionais, as maiores renovações de suas bancadas. Dito de outro modo: todos os partidos de direita e centro tiveram mais dificuldade para renovar suas bancadas do que os partidos de esquerda. No conjunto das legendas, a começar pela do PT, a porcentagem de *novos deputados* superou a dos que foram reeleitos. Essa diferença, na bancada do PT, chegou a 62,6%; na do PDT, a 52,4% (Tabela 26).

As taxas mais elevadas de renovação nos partidos de esquerda devem-se principalmente ao significativo aumento de suas bancadas, fato que abriu vagas para os estreantes na CD. Destes, alguns conseguiram se iniciar na vida pública diretamente como deputado federal. No caso, trata-se em geral de candidatos que tiveram o apoio, além do partido, de alguma associação profissional, de uma denominação religiosa ou de parentes

politicamente importantes, como vimos anteriormente na análise sobre o grupo dos *políticos.*

Mais de um quarto das bancadas do PMDB, PL, PSDB, PFL, PP e PTB na 52ª Legislatura ficou composto por estreantes. Nesse grupo, o PL, em especial, chegou a ter 38,5% de *novos deputados* em sua bancada eleita em 2002. Esse fato mostra taxas elevadas de renovação também nas bancadas de partidos de centro e de direita, quer dizer, no conjunto da CD. Aliás, essa tendência a uma alta taxa de renovação já tinha sido assinalada por Marenco dos Santos[3] em suas análises de eleições anteriores: a renovação tende a ocorrer em todas as legendas, embora depois da redemocratização ela tenha sido mais intensa no PT. Na eleição de 2008, o PT e os partidos de esquerda (PDT, PPS, PSB e PCdoB) tiveram as taxas de renovação mais elevadas do que as legendas de centro e direita, em razão do grande crescimento de suas representações na CD. O PT renovou sua bancada em cerca de 63%, e o PDT, em 52%. Consequentemente, os partidos de centro e direita tiveram maior proporção de *reeleitos* por partido. No PT, apenas cerca de 32% de sua bancada vinda da 51ª Legislatura foi reeleita. Os demais partidos de esquerda reelegeram menos ainda. O PTB foi o campeão das reeleições: 69% dos deputados, embora em números absolutos o PFL apresente 54 casos de deputados reeleitos em 2002. O PSDB e o PMDB também chegaram próximos das porcentagens do PTB e PFL. Desse modo, os partidos de centro e de direita ficaram com bancadas na CD mais experientes, o que pode, eventualmente, compensar suas perdas.

[3] Op. cit. Nota 133.

Tabela 26: Novos Deputados e Reeleitos

51ª Legislatura (% em linha)						
Partidos	Novos Deputados		Reeleitos		Bancada	
	Nº	%	Nº	%	N	%
PT	57	62,6	29	31,9	91	100
PDT	11	52,4	7	33,3	21	100
PMDB	23	30,7	45	60	75	100
PSDB	19	27,1	48	68,6	70	100
PFL	23	27,4	54	64,3	84	100
PP	14	28,6	32	65,3	49	100
PTB	7	26,9	18	69,2	26	100
PL	10	38,5	14	53,8	26	100
PPS	10	66,7	3	20	15	100
PSB	11	50	8	36,4	22	100
Prona	6	100	0	–	6	100
PCdoB	5	41,7	6	50	12	100
Outros	12	–	2	–	16	–
Total	208	–	266	–	513	–

Obs.:Outros partidos:PST (2 e1): P015 e 0);PSC (1 e 0), PSL (O e 1), PSD (3 e O); PSDC (1 e 0); PMN (O e O). Os algarismos entre parênteses indicam, respectivamente, o número de novos deputados e de reeleitos.A diferença entre novos e reeleitos é composta pelos novos-veteranos.que não fazem parte da tabela.

Em parte, a baixa proporção de *reeleitos* na bancada petista decorre logicamente do próprio êxito petista, quer dizer, do grande crescimento de suas bancadas. Mas essa variável (crescimento da bancada) provavelmente não explica todo o fenômeno. Uma análise mais sofisticada teria de considerar a responsabilidade de outros fatores que hipoteticamente podem ter ajudado a elevar o número de petistas estreantes na Câmara Federal. Seria preciso ter em conta o número de veteranos derrotados na tentativa de reeleição, como foi o caso de Jair Meneguelli (PT-SP), ex-presidente da CUT.

Além disso, há os deputados petistas que não tentaram a reeleição e preferiram concorrer para outros cargos executivos entendidos como um passo à frente no campo da política, como o ex-deputado José Genoino, que concorreu para governador do Estado de São Paulo. Essa opção eleitoral está dentro da lógica da ambição política que guia a carreira dos homens públicos de todos os partidos. Contudo, quaisquer que tenham sido os

motivos, a ausência de políticos petistas "bons de voto" na competição de outubro de 2002 para a deputação federal deve ter facilitado a estréia de outros na CD.

A elevada rotatividade nas bancadas dos partidos de esquerda reforça as conclusões dos capítulos anteriores, que relacionaram as mudanças socioeconômicas no corpo parlamentar às variações na distribuição das cadeiras na CD, ou seja, à volatilidade eleitoral. O exame dessa relação pode ficar mais acurado se levarmos em conta apenas a ocupação ou profissão do grupo dos parlamentares que *chegou à deputação federal pela primeira vez* e compararmos seu perfil sócio-profissional com o dos 513 parlamentares da 51ª Legislatura (marcada pela vitória do PSDB e do PFL).

Elimina-se, desse modo, o viés que vem de uma dupla contagem: a existência de parlamentares que estão nas duas legislaturas, ou seja, os *reeleitos* da 52ª. Para uma comparação mais precisa, excluímos do grupo dos *novos deputados* também os que já tinham sido deputados federais em alguma legislatura anterior à 52ª, mas não conseguiram eleger-se (ou reeleger-se) para a 51ª, só voltando à Câmara em 2002 (os *novos veteranos).*

Os números da Tabela 27— que compara os *novos deputados* da 52ª Legislatura com o total da 51ª — mostram de modo mais acentuado as diferenças socioeconômicas que vimos anteriormente no cotejo entre o total da 51ª e o total da 52ª, reforçando os dados sobre a popularização da classe política. O principal indicador desse processo é a forte diminuição entre os *novos deputados* da proporção de empresários. Na 51ª, os deputados classificados nessa categoria tinham chegado a cerca de 45% do total. Entre os que estrearam em 2003 na CD, apenas 29% vieram do meio empresarial.[4]

Todos os setores empresariais, na verdade, perderam espaço em relação aos que estrearam em 2003. Entre os 208 *novos deputados*, somente 1% tinha vindo do agronegócio. No caso dos empresários rurais, a proporção caiu de 11,1% para 6,3%.

[4] Daqui em diante todas as comparações serão feitas em porcentagens. Não haveria sentido usar números absolutos porque o número de recém-chegados à CD é 2,5 vezes menor do que o total de parlamentares.

O setor das profissões liberais como fonte de recrutamento para a classe política também recuou. Nas eleições de 1998, 28,1% dos deputados eleitos tinham sido profissionais liberais. Entre os *novos deputados*, a proporção baixou para 23,1%. Todos os outros setores profissionais e ocupacionais ampliaram sua presença na CD.

Os meios sócio-ocupacionais que cresceram em importância como celeiro de abastecimento do pessoal político foram principalmente os sindicatos, o setor público, o magistério, os pastores, os técnicos e o próprio meio político. Paradoxalmente, apesar do avanço da esquerda e do aumento do número de sindicalistas, a proporção de ex-metalúrgicos e de outros trabalhadores fabris entre os recém-chegados permaneceu a mesma: 1,4%, fato que reforça a hipótese de que foram principalmente os políticos que vieram das classes médias assalariadas, de escolaridade relativamente elevada, que se beneficiaram do avanço da esquerda.

Um dado de menor dimensão chama a atenção: o aumento da porcentagem dos *políticos* no grupo dos *novos deputados.* Na 51ª Legislatura, os *políticos* representavam 1% da CD; entre os *novos deputados*, a porcentagem subiu para 4%. A multiplicação de organizações profissionais, associações populares, ONGs de todo tipo, igrejas católica e evangélica, por um lado, e o crescimento do PT e do PCdoB, por outro, provavelmente abriram mais canais de entrada na política para pessoas mais jovens das classes médias e populares.

Tabela 27: Profissão/ocupação

Profissão/ocupação	**51ªLegislatura**		**52ªLegislatura**	
	N	%	N	%
Empresários urbanos	146	28,5	46	22,1
Empresários rurais	57	11,1	13	6,3
Empresários mistos	27	5,3	2	1
Total dos empresários	230	44,8	61	29,3
Prof. Liberais tradicionais	144	28,1	48	23,1
Outros profissionais	18	3,5	11	5,3
Setor público	103	20,1	51	24,5
Professores	81	15,8	35	16,8
Comunicadores	33	6,4	16	7,7
Pastores	16	3,1	11	5,3
Políticos	5	1,0	9	4,3

Empregados não-manuais em serviços	7	1,4	4	1,9
Técnicos	8	1,6	7	3,4
Metalúrgicos	7	1,4	3	1,4
Trabalhadores agrícolas/lavradores	3	0,6	3	1,4
Padres	2	0,4		0
Outras profissões	0		2	1
Base de cálculo	513	128,3	208	125,5
Total de profissões/ocupações	657		261	

Até aqui tomamos como indicador de *status* as profissões e ocupações. Em certos tipos de atividades ocupacionais, elas são indicadores fortes do *status* de origem.[5]

Mas, em muitos casos, a indicação daí proveniente é insuficiente porque um mesmo campo profissional contém fortes diferenças sociais e econômicas no seu interior. Por isso, resolvemos usar também outra variável importante na indicação de *status:* a escolaridade. Comparamos a distribuição dos níveis de educação formal dos *novos políticos* com a da CD composta pela totalidade dos parlamentares da 51ª Legislatura. Obviamente, nada exclui situações de discrepância de *status*, como a combinação de alta renda e baixa escolaridade, e vice-versa. Apesar disso, a escolaridade parece um bom indicador de status.

A comparação dos níveis de escolaridade dos recém-chegados à deputação federal com os dos membros da 51ª (entre os quais, obviamente, também havia outros recém-chegados a CD) reforça as observações anteriores sobre redução do espaço das classes altas no campo político brasileiro. A porcentagem de parlamentares com formação superior completa, na 51ª, era de 82,3%. Entre os recém-chegados, foi de 76,9%. Nesse grupo, 14,4% iniciaram, mas não terminaram um curso superior em contraposição a 7,7% na 51ª Legislatura. Na mesma direção vai a existência, entre os deputados eleitos em 1998, de 5,2% com mestrado e 3,6% com doutorado, contra *nenhum* com esses títulos entre os estreantes na CD.

[5] Por exemplo: profissões manuais, de modo geral, são tipicamente de classe baixa. Resta pouca dúvida quanto ao *status* social de quem se declarou trabalhador rural, pedreiro etc. – se a informação estiver correta, obviamente. Já não é assim para as profissões liberais, empresariais e outras em que grandes disparidades socioeconômicas existem no seu interior.

Seguramente, não são diferenças brutais nem poderiam ser porque em parte alguma, salvo algumas exceções, os políticos profissionais têm escolaridade muito baixa. Apesar disso, os níveis educacionais podem ser tomados como indicadores de *status* e de origem social. Se assim é, eles são um dado a mais a mostrar o aumento da proporção de deputados de classes média e popular na 52ª Legislatura.

Tabela 28: Escolaridade

Escolaridade	**Novos Deputados**		**51ª Legislatura**	
	N	%	N	%
Até o primeiro grau completo	4	2,1	12	2,4
Até o segundo grau completo	13	6,6	38	7,7
Superior incompleto	28	14,4	38	7,7
Superior completo*	150	76,9	408	82,2
Base de cálculo	195	100	496	100
Sem informação	13		17	
Total na CD	208		513	

* Inclui mestrado (26) e doutorado (18).

Obs.: Para efeito de comparação, os deputados para os quais não se obteve a informação sobre a escolaridade foram retirados da base de cálculo.

Conclusão

Os capítulos anteriores procuraram oferecer um conjunto de evidências de que, entre uma legislatura e outra, a composição social da CD se tornou significativamente mais popular e menos elitista no curto período de quatro anos. Essa popularização, entendida como a entrada de políticos originários das classes populares e médias numa das mais importantes instâncias do poder político brasileiro e que reflete os variados contextos regionais, pode ser interpretada não só como uma popularização da classe política, mas também como uma democratização social de nossa vida política.

Esse processo, aparentemente, deve ajudar a consolidar o sistema democrático ao mostrar que a participação no sistema de poder não está fechada para quem vem das classes populares e que as disputas políticas não são um jogo reservado às elites. Os plebeus podem tornar-se ex-plebeus, chegar às camadas altas não só por meio do êxito econômico e profissional, mas também por meio da ascensão na carreira política.

A entrada de muitos políticos vindos dos estratos intermediários e daí para a elite que comanda o aparelho de Estado obriga, pelo menos, a matizar a costumeira e inespecífica referência crítica às "nossas elites", referência que vem principalmente dos membros das elites acadêmicas e intelectuais. Mas raramente fica claro se o termo "elite" envolve apenas os ricos ou se compreende outras elites, entre as quais a política. Se a referência for apenas à elite política, é bom começar a nela incluir os que vieram das classes médias e populares.

Os indicadores

A conclusão sobre a diminuição do espaço no campo político ocupado pelos parlamentares vindos das classes altas foi inferida dos seguintes indicadores:

a) redução do número dos deputados federais que eram (ou são ainda) empresários e o correlato aumento dos que vieram de ocupações ou profissões típicas das classes médias e baixas;

b).comparação entre os níveis de escolaridade dos parlamentares da legislatura anterior com atual;

c) crescimento da bancada do PT e dos partidos de esquerda, mais especialmente do PCdoB, e diminuição da bancada do PFL, PSDB, PMDB e PP, que possuem mais empresários em suas bancadas e têm um valor médio de patrimônio mais elevado;[1]

d) aumento do número de sindicalistas e pastores entre as duas eleições.

A avaliação dos indicadores

Pelo menos três observações principais devem ser feitas sobre os indicadores citados:

1. Quando falamos em "popularização" da CD em virtude do aumento da proporção de políticos de classe média ou popular, a referência para a classificação não diz respeito à situação socioeconômica atual depois da entrada na classe política, mas aos meios sociais de *onde vieram.* Como mostra Fernando Rodrigues, e como já tínhamos visto na pesquisa sobre a 51ª Legislatura, os patrimônios *declarados* aos tribunais regionais eleitorais tendem a aumentar com o número de legislaturas. Isso não significa dizer que esses valores não possuam erros e omissões e não escondam parte das fontes de renda, propriedades, bens variados, enfim, tudo que possa expor a dimensão de riqueza que só os pobres não temem revelar. Mas eles dão alguma informação sobre um terreno sobre o qual pouco sabemos.

Assim, os dados sobre a popularização da CD dizem respeito às origens dos deputados *antes* de obterem o primeiro mandato, antes da entrada na classe política. A partir daí, se inicia um movimento ascensional de aumento de renda e de patrimônio, de *status* social que é proporcionalmente mais significativo para os que tinham menos. Desse

[1] No tocante ao valor médio do patrimônio, o PP é um caso à parte. O resultado do exame que efetuamos do patrimônio dos deputados desse partido na Câmara eleita em 1998 situava grande parte dos membros da bancada no grupo de alto patrimônio. O levantamento de Fernando Rodrigues, em *Políticos do Brasil* (op. cit.), sobre a riqueza dos políticos brasileiros, incluindo os eleitos em 2002, revelou diminuição do patrimônio médio dos parlamentares do PP entre as duas eleições.

modo, se, de um lado, a entrada de políticos vindos das classes baixas age no sentido da popularização do campo político, de outro, do ponto de vista individual, significa *aburguesamento* dos que conseguem ascender politicamente.[2]

2. As organizações sindicais e profissionais e as denominações pentecostais foram apontadas como as principais ou mais visíveis portas de entrada na política das classes populares. Trata-se de um recrutamento de fora dos círculos dominantes tradicionais de classe alta e de formação católica. Mas parte dos políticos de classe média ou baixa hoje na CD pode ter usado outras portas que não a religiosa e a sindical.

Assim, chamamos a atenção para o papel dos clãs políticos de famílias tradicionais na reprodução das características sociais da classe política ao transferir a "herdeiros" as posições de poder de que dispunham, aspecto que tem sido relativamente bem estudado, em especial pelos brasilianistas.

Além dos caminhos mencionados, outras vias de ascensão política provavelmente existem para os membros das camadas médias e baixas. Localizá-las exigiria uma pesquisa individualizada dos candidatos vitoriosos. Seria necessário também, para maior exatidão, investigar os derrotados a fim de tentar descobrir por que alguns, além dos dotes individuais, têm êxitos na política e outros não. No trabalho já por si difícil e repleto de armadilhas no levantamento de dados para essa pesquisa, um empreendimento dessa natureza escaparia de nossas possibilidades.[3]

---

[2] Não se trata de um fenômeno específico do Brasil. Guttsman, no seu estudo sobre as mudanças na elite política britânica, mostra o fenômeno de integração dos parlamentares sindicalistas eleitos pelo Partido Trabalhista: "A busca de ascensão social — escreve — tem sido endêmica há muito e a carreira parlamentar tem sido sempre um lugar para mobilidade social ascendente". *The British Political Elite* (Nova York: Basic Books, 1963), p. 24.

[3] João Carlos da Silva, contudo, trabalhando apenas com os deputados *empresários* da 51ª Legislatura, efetuou um exaustivo e cuidadoso levantamento desse setor no que toca aos recursos utilizados para a entrada na vida política. Localizou os seguintes, que reproduzo sinteticamente: vínculos associativos com entidades de classe; atividades de direção em associações recreativas; atividades ligadas a movimentos religiosos; atividades em meios de comunicação de massas ou propriedade desses meios; influência em setores da classe política que levem a nomeações para cargos de governo que sejam trunfos políticos importantes; atividade partidária; vínculos familiares. Ver *Empresários na Câmara dos Deputados* (1999-2003), dissertação de mestrado defendida na Unicamp, 2002.

3. A proporção de empresários nas bancadas dos partidos foi tomada como um indicador das origens sociais dos parlamentares. Considerando-se o conjunto dos empresários, a correlação entre montante do valor de patrimônio e a atividade empresarial é forte, o que faz desta um indicador razoável de riqueza. Mas deve ser considerado com cuidado.

O professor João Carlos da Silva, no seu estudo sobre os empresários, conseguiu classificar este grupo em pequenos, médios e grandes. Os pequenos empresários, com patrimônio de até R$ 500 mil (valores de 1997), representavam 25% dessa categoria; os médios empresários (patrimônio de R$ 500 mil a R$ 2 milhões), representando 40%, e os grandes (patrimônio acima de R$ 2 milhões), representando 35%. Há, pois, um bom número de pequenos empresários.

Esses dados mostram que a proporção de empresários nas bancadas não significa que todos os deputados assim classificados devam ser necessariamente entendidos como de classe rica. *Mas sua inexistência é um indicador forte de que os valores patrimoniais dos deputados são baixos.*

No plano dos indicadores do processo de popularização, deixamos para o fim um indicador onomástico, não mencionado antes, um pouco *sui generis*, porém revelador do aumento do espaço dos políticos de origem popular e da proporção de eleitores das classes baixas no corpo eleitoral.

Políticos, especialmente os que estão entrando na vida pública, necessitam adotar "nomes políticos" de mais fácil memorização, tal como os artistas e outros profissionais de campos de atividade cujo êxito depende de serem conhecidos e reconhecidos com facilidade. Ao contrário dos artistas ou dos militantes de partidos clandestinos e de organizações criminosas, na maioria dos casos, não *inventam* novos nomes (nomes artísticos, "nomes de guerra", codinomes, apelidos etc.), mas levam para a vida pública os nomes — ou apelidos, frequentemente — pelos quais eram conhecidos num dado meio antes de serem eleitos.

A troca do nome teria um custo eleitoral que não vale a pena pagar. Assim, utilizam na vida pública os nomes ou apelidos da vida privada pelos quais eram chamados, procedimento que, no Brasil, fica mais fácil em razão do intimismo e da informalidade pela qual as pessoas, políticos e autoridades inclusive, ficam conhecidos: Getúlio, Adhemar, Juscelino. Os sobrenomes de família são raramente usados.

Entendemos que os designativos pelos quais os políticos preferem ser chamados têm relação com os meios de onde vieram e com as características sociais de suas bases políticas. Alguns nomes ou apelidos com forte toque popular não servem para candidatos que obtêm seus votos majoritariamente nas classes altas ou médias.

O contrário vale para os que captam votos principalmente nas camadas populares. Uma vez que o corpo eleitoral se torna mais popular em virtude da universalização do sufrágio, os nomes políticos, além de fácil memorização, devem servir para aproximar o político de suas bases eleitorais, mostrando que também pertencem ao povão, que não são grã-finos. Os apelidos adotados, ou seja, os nomes políticos, já oferecem indicações sobre as origens sociais dos políticos e de suas bases eleitorais. Por isso, parece-nos um indicador razoável da popularização da classe política e do eleitorado.

A reabertura política (para fixar uma data de expansão do corpo eleitoral) da segunda metade da década de 1980 trouxe para a vida pública uma série de nomes adotados por políticos que, em tempos de corpo eleitoral mais restrito, subtrairiam votos em lugar de acrescentar.

A lista pode ser encabeçada pelo apelido com que Lula ficou conhecido na vida pública brasileira, incorporado oficialmente ao nome de família.[4] Ao exemplo do presidente pode-se acrescentar uma sequência de "nomes políticos" que, pelo tom informal e íntimo, parecem vantajosos na luta pelo voto. Às vezes, são apelidos que nada têm a ver com os nomes e sobrenomes de batismo e traem as origens sociais dos candidatos; às vezes, são simplificação dos nomes completos destinados a facilitar a memorização. Vejamos alguns, na política nacional e na Câmara: Mão Santa, Zeca do PT, Airton Cascavel, Carlos Batata, Chico da Princesa, Dr. Heleno, Givaldo Carinnbão, João Grandão, Nilton Baiano, Nilton Capixaba, Zé índio, Babá, Badu Picanço, Fernando Coruja, Luciano Leitoa, Tático, Zé Lima, Zé Geraldo, Zé Gerardo, Zico Bronzeado.

Os diminutivos que, surgidos na vida familiar e em princípio carinhosos, são transportados para o campo político. No informalismo da

[4] Na realidade, o presidente Lula não teria alternativa, como muitos dos políticos que mencionaremos, o que não elimina o argumento de que os nomes e apelidos adotados são indicadores das fontes de recrutamento político.

cultura brasileira, não desqualificam os usuários. Ao contrário. Destinam-se a aproximar os candidatos dos eleitores, reforçar a ideia de que o político pode ser considerado como um igual.

No caso dos diminutivos, muito usados, o primeiro exemplo é o do ex-governador Garotinho e de sua mulher, Rosinha, a atual governadora do Rio de Janeiro. Muitos outros, menos conhecidos, surgem de um levantamento dos deputados federais: Juquinha, Luisinho, Dr. Rosinha, Professor Luizinho etc. Na linha da informalidade e do intimismo, vem a adoção, como nome político, da junção da profissão com o nome de batismo: Dr. Heleno, Doutor Pinotti, Dra. Clair, Pastor Reinaldo, Pastor Amarildo etc.

Na luta para a ascensão política e social, os candidatos utilizam os meios de que dispõem. No exame dos deputados da CD e de outros da política nacional, vê-se que os que vieram de famílias importantes, quando os "nomes políticos" não ficam demasiadamente extensos, não deixam de incluir os sobrenomes. Essa opção onomástica, não seria preciso dizer, destina-se ao eleitorado, mas serve também para obter mais legitimidade e importância entre os próprios pares.

Assim, para exemplificar, na relação dos políticos aparecem nomes como Aécio Neves, AC M Neto, Paes Landim, Leur Lomanto, Feu Rosa e muitos outros que, embora não exibam todo o sobrenome familiar, mostram que, apesar da popularização, os políticos originários dos círculos dominantes tradicionais conservaram muita influência.

É claro que a escolha dos nomes políticos que parecem mais adequados para a carreira política não é um procedimento ilegítimo, que desqualifique o candidato para o exercício do mandato. Como em todas as outras atividades, as pessoas de posse de suas faculdades mentais, no interior de uma estrutura de oportunidades, escolhem as táticas e as estratégias que lhes parecem trazer mais vantagens, imediatas ou futuras.

Renovação e continuidade

As alterações que assinalamos na composição da CD não foram dramáticas, não significaram perdas irreversíveis para as classes proprietárias e empresariais. Provavelmente, seriam avaliadas de outro

modo se não tivesse ocorrido a perda da Presidência da República que multiplicou os efeitos da "popularização" e do avanço da esquerda na Câmara, em particular, e no Congresso Nacional, de modo geral.

Como mostram muitos outros exemplos de democracias de massas, a entrada de novos atores nas instâncias legislativas tem sido marcada por dois tipos de conduta. De um lado, ações para o público externo, destinadas a marcar uma diferença com relação às "velhas elites", com programas de tipo social que devem beneficiar parcelas do eleitorado mais pobre que tendem a ser as bases de apoio eleitoral da elite ascendente. De outro lado, ações para um público próximo, destinadas a conseguir legitimidade como membros da elite.

Esse esforço dos recém-chegados implica a adoção de modos de conduta que reproduzem, ou buscam reproduzir, as formas de comportamento e o estilo de vida dos grupos de *status* mais elevado, dos que estão há mais tempo no poder A conciliação entre esses dois tipos de comportamento nem sempre é fácil porque a imitação dos mais ricos pode não ser bem-vista pelo eleitorado de classe baixa e também provocar reações contrárias em facções mais "ideológicas" do próprio partido.

Apesar disso, ou seja, do empenho de se caracterizar como "algo novo", com propostas diferentes, o exemplo de todos os países que presenciaram a ascensão parlamentar de políticos originários do sindicalismo, de grupos étnicos ou religiosos e de outros setores relativamente marginais, mostrou que os recém-chegados quase sempre acabaram por desempenhar um papel de moderação ante as pressões de movimentos radicais que vêm de fora do sistema político institucional.

Em larga medida, esse "efeito moderador" deriva do fato de os recém-chegados terem passado a fazer parte do sistema de poder, responsáveis em maior ou menor medida pela conservação das instituições nas quais eles tanto se esforçaram para entrar e agora precisam defender.

Ocorre que todos que chegam à vida parlamentar encontram uma instituição em funcionamento, com regras formais e informais estabelecidas há muito tempo que não são fáceis de alterar por meios democráticos, quer dizer, sem o apoio de "movimentos de massas" externos aos órgãos representativos. Por isso, a tendência que depois de certo tempo se impõe aos novatos é de assimilação e de reprodução dos costumes e valores "da

casa". As características das velhas elites tendem a modelar as novas, o que dificulta mudanças radicais.

Nas análises anteriores, as alterações de natureza social na parcela da classe política representada na CD foram entendidas principalmente como decorrência de fatores eleitorais: aumento do número de deputados do PT e do PCdoB, e também dos deputados ligados às igrejas pentecostais.

Essas mudanças no corpo parlamentar poderiam ser entendidas como resultado de transformações na sociedade, parcialmente externas ao sistema político, como o descompasso entre a extensão da incorporação política, de um lado, e a incorporação social, de outro; ou, como escreveu Huntington há certo tempo,[5] *baixos níveis de institucionalização política e elevados níveis de participação*, questões que, para serem desenvolvidas, implicariam outra pesquisa.

Mas o que acontece nos órgãos legislativos não segue mecanicamente as mudanças na estrutura da sociedade, mesmo porque seus reflexos no campo político são variados e contraditórios. O jogo político, como se sabe, tem sua própria lógica, e as mudanças nesse campo vêm sempre de outros fatores políticos. Para afetar o sistema político, as mudanças na sociedade têm de passar por um campo de forças políticas que as interpretam e transformam em instrumento de luta. Por isso, como vários autores já acentuaram, a política carrega um componente de incerteza que torna difícil as previsões.

No caso da CD, a popularização, embora seja um fenômeno mais antigo, esteve agora correlacionada aos resultados eleitorais favoráveis à esquerda. Por isso, não estão excluídas alterações na distribuição de forças partidárias na CD num prazo de tempo relativamente curto, isto é, sem que nenhuma mudança significativa de natureza estrutural tenha ocorrido na economia e na sociedade.

Com essas observações em mente, o prognóstico que nos parece mais provável é que, apesar das flutuações partidárias que possam acontecer, as classes médias de escolaridade elevada devem ampliar sua presença na política brasileira por meio de portas de entrada de natureza diversa. Ao longo de algumas eleições, provavelmente se verá a consolidação de uma classe de políticos profissionais difundidos por todos os partidos. Mas

[5] Samuel P. Huntington, *El* Orden *Político en las Sociedades en Cambio* (Buenos Aires: Paidos, 1972).

sempre, diante da massificação da política brasileira, algumas portinholas devem existir para as camadas populares.

Um olhar retrospectivo para as democracias ocidentais bem-sucedidas mostra que, apesar da conotação negativa que o termo "político profissional" habitualmente tem na opinião pública, essa categoria é necessária para o funcionamento dos regimes democráticos. Não existe outro grupo profissional capaz de cumprir mais adequadamente as funções de governar. "A democracia é o governo dos políticos", entende Schumpeter.[6] Se assim é, como parece ser, a ambição política tem uma função positiva para a ordem democrática.

No nosso caso, a grande dúvida é a que vem da relação entre a democratização social, a ascensão política dos que vieram de baixo e os reflexos desse fato sobre a capacidade de governar, os coeficientes de eficiência, responsabilidade e honestidade do conjunto da classe política. Os desdobramentos futuros não parecem claros e não existe previsão que não se choque contra argumentos contrários razoavelmente sólidos.

O único prognóstico muito geral, de senso comum, fácil de proclamar, mas difícil de ser conseguido vem do fato de que o correto funcionamento das democracias requer uma boa classe política, o que por sua vez necessita de um eleitorado mais qualificado capaz de selecioná-la. Esse eleitorado mais qualificado necessita, entre outras coisas, de uma política educacional, que por sua vez necessita de verbas. A partir daí se pode partir para uma série de relações causais que, ao final, nos levaria ao ponto de partida com o adendo de um advérbio: precisamos urgentemente de uma boa classe política.

[6] Joseph Schumpeter, *Capitalismo, Socialismo e Democracia* (Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961).

Autores citados

Alexandre Brasil Fonseca, *Religion and Democracy in Brazil* (1998-2001): *A Study of the Leading Evangelical Politician* (no prelo), *apud* Ari Pedro Oro, "A Igreja Universal e a Política". Em: Joanildo A. Burity e Maria das Dores C. Machado (orgs.), *Os Votos de Deus. Evangélicos, Política e Eleições no Brasil.* Recife: Fundação Joaquim Nabuco/Massangana, 2005.

Alzira Alves de Abreu et. al., *Dicionário Histórico-Geográfico Brasileiro — Pós-1930.* 2ªed., Rio de Janeiro: Editora FGV/CPDOC, 2001.

André Marenko Santos, *Não se Fazem mais Oligarquias como Antigamente.* Tese de doutoramento defendida no Departamento de Ciência Política da UFRGS, 2000 (mimeo.).

Angelo Panebianco, *Modelos de Partido. Organización* y *Poder en los Partidos Políticos.* Madri: Alianza Editorial, 1990.

Antônio Flávio Pierucci, "Representantes de Deus em Brasília:A Bancada Evangélica na Constituinte", *Ciências Sociais Hoje,* São Paulo, 1989.

____,"Bye Bye, Brasil — O Declínio das Religiões Tradicionais no Censo 2000", *Estudos Avançados*, vol. 18, nº 52, set./dez. 2002, *Dossiê Religiões no Brasil.*

Ari Pedro Oro, "A Política da Igreja Universal e Seus Reflexos nos Campos Religioso e Político Brasileiros", *Revista Brasileira de Ciências Sociais,* vol. 18, nº 53, out. 2003.

Carlos Alberto Novaes, "PT: Dilemas da Burocratização", *Novos Estudos Cebrap,* nº 38, mar. 1993.

César Romero Jaboc et al., *Atlas da Filiação Religiosa e Indicadores Sociais no Brasil.* São Paulo/Rio de Janeiro: Loyola/Editora PUC, 2003.

Daniel Gaxie, *La Democratie Representative.* Paris: *Montchrestien, 1996* (2ª ed.)

David Mayhew, *Congress. The Electoral Connection.* New Haven e London: Yale University Press, 2004 (2ª ed.).

Fernando Rodrigues, *Políticos do Brasil.* São Paulo: Publifolha, 2006.

Jales Ramos Marques e David Verger Fleischer, *PSDB. De Facção a Partido.* Brasília: Instituto Teolônio Vilela, 1998.

Joanildo A. Burity, "Religião, Votos e Instituições Políticas: Notas sobre os Evangélicos nas Eleições de 2002". Em: Joanildo A. Burity e Maria das Dores C. Machado (orgs.), Os *Votos de Deus. Evangélicos, Política e Eleições no Brasil.* Recife: Fundação Joaquim Nabuco/ Massangana, 2005.

João Carlos da Silva, *Empresários na Câmara dos Deputados.* Dissertação de mestrado defendida na Unicamp, 2002 (mimeo.).

José Pastore, "Mobilidade Partidária dos Dirigentes do PT", *Estado de S. Paulo,* 12/8/2003.

Joseph Schumpeter, *Capitalismo, Socialismo e Democracia.* Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

Joseph A. Schlesinger, *Ambitions and Politics.* Chicago: Rand McNally & Company, 1966.

Júlia Miranda, "Nós, Vocês e Eles: Os Desafios de uma Convivência (In)Desejada. Em: Joanildo A. Burity e Maria das Dores C. Machado (orgs.), *Os Votos de Deus. Evangélicos, Política e Eleições no Brasil.* Recife: Fundação Joaquim Nabuco/Massangana, 2005.

Klaus von Beyme, *La Clase Política en los Estados de Partidos.* Madri: Alianza Editorial, I 995.

Leôncio Martins Rodrigues, *Destino do Sindicalismo.* São Paulo: Edusp, 2002.

____, *Partidos, Ideologia e Composição Social.* São Paulo: Edusp, 2002.

____, "PT: A New Actor in Brazilian Politics". Em: Fernando J. Devoto e Torcuato Di Tella (orgs.), *Political, Culture, Social Movements and Democratic Transition in South America in the Twentieth* Century. Milão: Fondazione Giangiacomo Feltrinelli Editore, 1997.

____, "A Composição Social da Liderança do PT". Em: *Partidos e Sindicatos.* São Paulo: Ática, 1990.

Margaret Keck, PT. *A Lógica da Diferença.* O *Partido dos Trabalhadores na Construção da Democracia Brasileira.* São Paulo: Ática, 1991.

Maria das Dores C. Machado, "Evangélicos e as eleições de 2002 no Rio de Janeiro: As Disputas pelo Poder Legislativo em Perspectiva". Em: Joanildo A. Burity e Maria das Dores C. Machado (orgs.), Os *Votos de Deus. Evangélicos, Política e Eleições no Brasil.* Recife: Fundação Joaquim Nabuco/Massangana, 2005.

Mattei Dogan, "Les Profession Propices à la Carrière Politique. Osmose, Filières et Viviers". Em: Michel Offerlé (org.), *La Profession Politique. XIXe.-XXe. Siècles.* Paris: Belin, 1999.

Michel Offerlè, *La Profession Politique,* XIXe—XXe Sieclés. Paris, 1999.

Newton Gaskill, "Estrutura Política e a Mobilização de Líderes Religiosos: O Caso do Simeesp e do Conselho de Pastores do Estado de São Paulo". Em: Joanildo A. Burity e Maria das Dores C. Machado (orgs.), *Os Votos de Deus. Evangélicos, Política e Eleições no Brasil.* Recife: Fundação Joaquim Nabuco/Massangana, 2006.

Paul Freston, *Protestantes e Política no Brasil: da Constituinte ao Impeachment.* Tese de doutorado defendida no Instituto de Ciências Humanas da Unicamp, 1993.

Pipa Norris (ed.), Passages to Power. Legislative Recruitment in Advanced Democracies. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

Rachel Meneguello, PT. *A Formação de um Partido, 1979-1982.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

Ricardo Mariano, Neopentecostais. São Paulo: Loyola, 1999.

____, "Expansão Pentecostal no Brasil: O Caso da Igreja Universal", *Estudos Avançados*, vol. 18, nº52, set./dez. 2002, *Dossiê Religiões no Brasil*.

Ricardo Mariano e Antônio Flávio Pierucci, "O Envolvimento dos Pentecostais na Eleição de Collor", *Novos Estudos Cebrap,* nº 34, nov. 1992.

Roldão Arruda, "Na Câmara, Tropa Protege Império da Comunicação", O *Estado de S. Paulo,* I 7 jul. 2005, p.A11.

Ronald R. M. Almeida, “A Universalização do Reino de Deus”, *Novos Estudos Cebrap*, nº44, mar. 1996.

____, “Religião na Metrópole Paulista”, *Revista Brasileira de Ciências Sociais,* vol. 49, nº 56, out. 2004.

Rubens César Fernandes (coord.); Leandro Carneiro Piquet, Cecília Mariz, Clara Mafra: *Novo Nascimento — Os Evangélicos em Casa, na Igreja e na Política.* Rio de Janeiro: Mauad, 1998.

Russell J. Danton, “The Decline of Party Identification”. Em: Russell J. Dalton e Martin Wattenberg, *Parties without Partisans.* Oxford: Oxford University Press, 2002.

Samuel P. Huntington, *El Orden Político en las Sociedades en Cambio.* Buenos Aires: Paidos, 1972.

Sérgio Soares Braga, *Quem Foi Quem na Assembleia Constituinte de* 1946. *Um Perfil Socioeconômico e Regional da Constituinte de 1946*. Brasília: Câmera dos Deputados, Coordenação de Publicação, 1998.

Silvana Krause e Rogério Schmitt, *Partidos e Coligações Eleitorais no Brasil.* São Paulo: Fundação Konrad Adenauer/Fundação Editora da Unesp, 2005.

W. L. Guttsman, *The British Political Elite.* NovaYork: Basic Books, Inc., Publishers, 1963.

OUTROS DOCUMENTOS

Carta Capital, 30/3/2005, ano XI, nº335 *(site).*

DIAP, “Os *‘Cabeças’ do Congresso Nacional”,* ano VI, 1999.

DIAP, *Radiografia do Novo Congresso — Legislatura* 2003-2007, out. 2005.

Primeira Leitura, 28/8/2003.